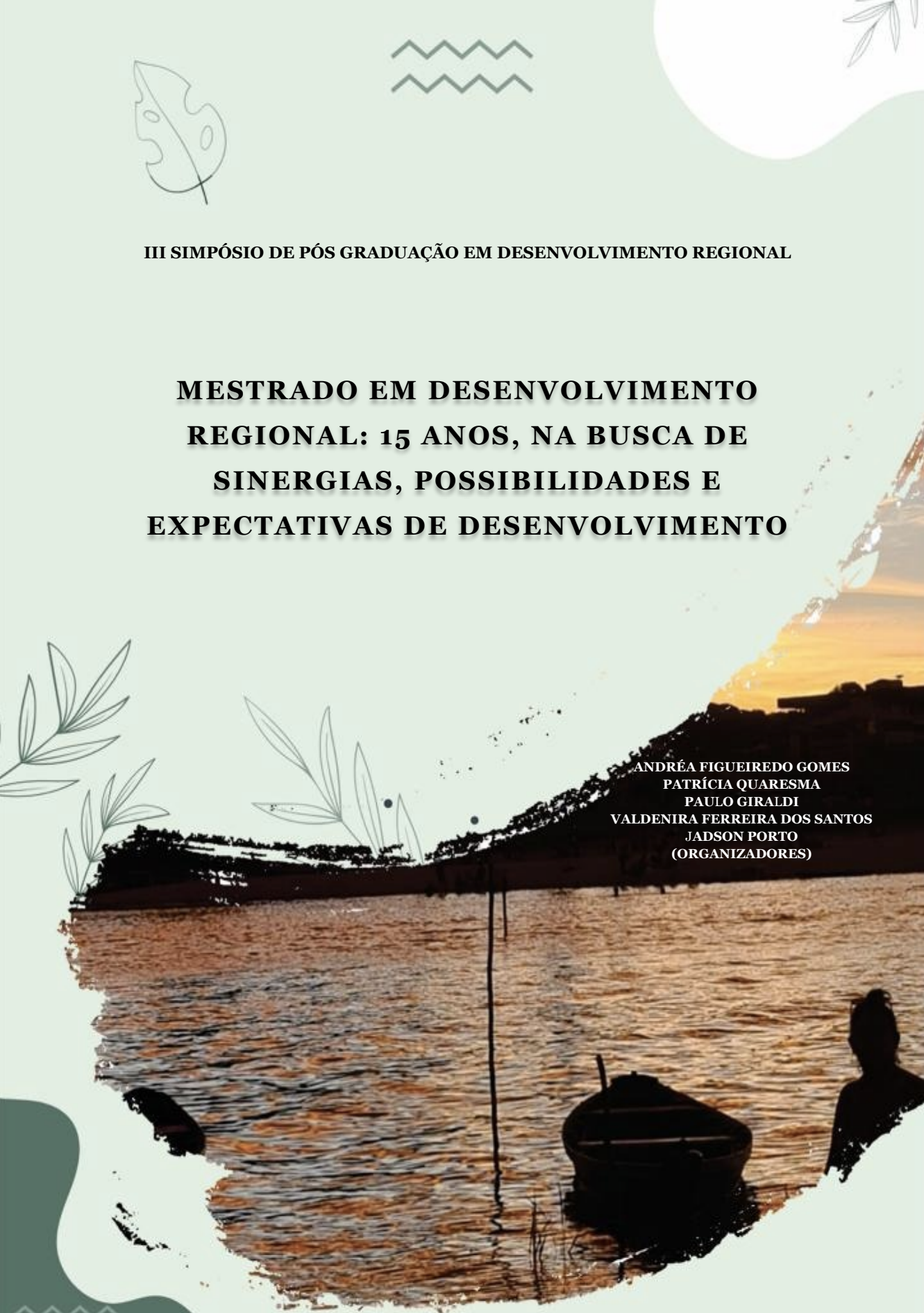





III SIMPÓSIO DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL: 15 ANOS, NA BUSCA DE
SINERGIAS, POSSIBILIDADES E
EXPECTATIVAS DE DESENVOLVIMENTO**



**ANDRÉA FIGUEIREDO GOMES
PATRÍCIA QUARESMA
PAULO GIRALDI
VALDENIRA FERREIRA DOS SANTOS
JADSON PORTO
(ORGANIZADORES)**

Foto da capa: Luciano França Moresco

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
Campus Universitário de Macapá
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR)
Campus Universitário Marco Zero do Equador
Rod. Juscelino K. de Oliveira – Km 02, Bloco DPG
Bairro: Universidade Macapá-Ap CEP: 68903-419

Realização Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGMDR/UNIFAP
Universidade Federal do Amapá
Apoio: Capes – Edital Procad Amazônia 2018.

Coordenador PPGMDR: Marco Antônio Chagas
Vice-Coordenador PPGMDR: José Francisco de Carvalho Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M586 Mestrado em desenvolvimento regional [livro eletrônico] : 15 anos, na busca de sinergias, possibilidades e expectativas de desenvolvimento / Organizadores Andréa Figueiredo Gomes... [et al.]. – Maringá, PR: Uniedusul, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-80277-98-8

1. Desenvolvimento regional – Amapá. 2. Planejamento regional.
3. Amapá – Desenvolvimento sustentável. I. Gomes, Andréa Figueiredo. II. Quaresma, Patrícia. III. Giraldi, Paulo. IV. Santos, Valdenira Ferreira dos. V. Porto, Jadson.

CDD 338.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

doi: 10.51324/80277988

Conselho Editorial

Alejandro Schweitzer (UNPA/UARG - Argentina)
Alejandro Pimiento Betancur (INER, Universidad de Antioquia - Colômbia).
Carlos Alberto Ciocci Sampaio (FURB)
Gisele dos Santos da Silva (ALJA)
Felipe da Silva Duarte Lopes (UNIFAP)
Filipe Guimarães (UNIFAP)
Joyce Elanne Mateus Celestino (CEEP JFFN/SEEC-RN)
Miguel Patrice Philippe Dhenin (UNIFAP)
Nilton Marques de Oliveira (UFT)
Rogério Devisate (AFL)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei no 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código penal.

Os organizadores informam que a revisão ortográfica é de responsabilidade dos autores.

COMISSÃO ORGANIZADORA DO III SPGDR - 2021

Coordenação docente:

Paulo Giraldi
Jadson Luís Rebelo Porto
Valdenira Ferreira dos Santos

Coordenação Comissão dos Mestrados MDR-2020

Adriano Barros Verino
Andrea Figueiredo Gomes
Max Ataliba Ferreira Pires
Maysa Vilhena dos Anjos
Patrícia Ferreira Quaresma
Vanessa Michele do Nascimento Araújo

Comissão de Divulgação

Benedito Balieiro Nobre Júnior
Nalimilson Gomes Pinheiro
Magno Martins Cardoso

Comissão de Inscrição

Andrea Figueiredo Gomes
Andrea Girlene Barreto Alves
Vanessa Michele do Nascimento Araujo

Comissão de Organização Física

Max Ataliba Ferreira Pires
Maysa Vilhena dos Anjos
Paulo Roberto Miranda da Silva

Comissão Mediação, Cerimonial e Recepção

Letícia Picanço Carneiro
Tiago de Oliveira Lima

PRÓLOGO

Jadson Porto

Abril de 2004. Estava em discussão a criação do curso de graduação em Medicina na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Recebemos a visita do Prof. Dr. Tavares Neto (UFBA), que apresentou a experiência acreana na criação deste curso e a criação de um Mestrado em Saúde concomitantemente. A proposta foi de, enquanto tramitava a instalação da graduação em Medicina, aproveitava-se a capacidade instalada de docentes com doutorado na pós-graduação *stricto sensu* na instituição. A intenção foi de gerar nova geração de intelectuais em saúde com mestrado.

O Dr. Tavares Neto (UFBA) chegou a elaborar uma proposta para ser instalado um curso *stricto sensu* na Unifap. Naquele ano, a Unifap possuía 7 doutores, o IEPA detinha 3 e a Embrapa, 5. Nenhum deles na área de saúde. Esta deficiência seria resolvida com docentes do Programa de Pós-graduação em Saúde da UFBA, que à época era nota 7 pela Capes.

A proposta elaborada não foi implementada. Porém serviu de base para a elaboração do Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional (Minteg) em maio de 2005, sendo aprovado pela Capes no Comitê de Área Planejamento Urbano Regional e Demografia (PLURD) em dezembro de 2005 e iniciando suas atividades em março de 2006. Na avaliação da Capes 2008-2012, houve a alteração do nome do curso para Programa de Pós-graduação Mestrado Desenvolvimento Regional (PPGMDR).

Integrando um movimento interiorização de pós-graduação pela Capes (BRITO, 2020; ETGES; KIST; BRANDT; DORNELLES, 2019; SANTOS, 2019), o Mestrado Desenvolvimento Regional da Unifap foi o primeiro curso *stricto sensu* do Comitê PLURD na Amazônia, a fim de qualificar o debate sobre o desenvolvimento regional, a partir de suas (re)configurações territoriais e fronteiriças (PORTO; CALDAS; LOMBA, 2014; PORTO; THEIS, 2016).

Mesmo considerando o cenário exposto por Porto, Caldas e Lomba (2014) e Costa (2019) sobre o caso das pesquisas em desenvolvimento regional, os esforços feitos pelas instituições envolvidas para a consolidação de cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Amapá (Universidade Federal do Amapá, Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), inicialmente com o Mestrado Desenvolvimento Regional e o Mestrado e Doutorado em Biodiversidade (PPGBIO). Sobre este último, além das instituições supra citadas, houve, também o envolvimento da Conservação Internacional (CUNHA; CAVALCANTI DA CUNHA; CARDOSO DA SILVA, 2013).

Em 2020, o Mestrado em Saúde na Unifap completou 10 anos de existência. Em 2021, tanto o PPGMDR, quanto o PPGBIO comemoram 15 anos; e o Mestrado Profissional em Matemática em rede, um decênio¹. Esses quatro Programas são os mais antigos instalados no Amapá, que em apresentam à academia e sociedade

¹ Além desses programas *stricto sensu*; em 2021, o Mestrado Profissional em Matemática (em rede) também completou 10 anos. Em 2021, os programas existentes na Unifap entregaram seus relatórios à Capes e aguardam o resultados de suas avaliações. Caso os programas sejam mantidos, em 2022, o Bionorte (Doutorado em rede), o Mestrado em Saúde, também, completarão 10 anos; Os mestrados em Ciências Ambientais, em Educação e o Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços, 5 anos. Em 2023, o Mestrado em Ciências Farmacêutica, 10 anos.

amapaense, cerca de 700 dissertações e mais de 20 teses defendidas. Em 2021, a Unifap registrava 10 programas e integrava 8 redes *stricto sensu*.

Em 15 anos de existência, o PPGMDR contribuiu não somente na qualificação de técnicos e docentes da Unifap e da sociedade amapaense, em suas quase 180 dissertações defendidas. Mas, também, na geração de conhecimento sobre este espaço amazônico, (trans)fronteiriço, na foz do maior rio do mundo; docentes, ao retornarem de seus doutorados integraram o curso, consolidando a manutenção da massa crítica, bem como na instalação de novos programas de pós-graduação no Amapá. Ei-los:

DOCENTES PPGMDR (2006-2021)

Núcleo Original de docentes do PPGMDR (2006)

Arley Costa
Carmo Antônio de Souza
Eugênia da Luz Silva Foster
Gilberto Ken-Iti Yokomizo (Embrapa)
Jadson Luís Rebelo Porto
José Alberto Tostes
José Carlos Tavares de Carvalho
Marinalva Oliveira
Odete Silveira (*In Memoriam*) (IEPA)
Ricardo Adaime (Embrapa)
Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Saint-Clair Trindade Júnior (UFPA)

Docentes que integraram o PPGMDR

Alexandro Cezar Florentino
Arley Costa (UFF)
Carmo Antônio de Souza
Eugênia da Luz Silva Foster
Emmanuel Raimundo Costa Santos
Iuri Cavlak
Gláucia Maria Tinoco Barbosa
Gilberto Ken-Iti Yokomizo (Embrapa)
João da Luz Freitas (IEPA)
Jodival Maurício da Costa
José Carlos Tavares de Carvalho
José Maria da Silva
Jucilene Amorim Costa
Manoel de Jesus de Souza Pinto
Marinalva Oliveira (UFRJ)
Norma Iracema de Barros Ferreira
Ricardo Adaime (Embrapa)
Ricardo Ângelo Pereira de Lima
Rosemary Ferreira de Andrade
Rosinaldo Silva de Sousa
Saint-Clair Trindade Júnior (UFPA)
Sidney Lobato
Valter Gama de Avelar
Yurgel Caldas

Docentes que integram o PPGMDR (2021)

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão
Daniel Santiago Chaves Ribeiro
Galdino Xavier de Paula Filho

Gladson Paulo Milhomens Fonseca
Gutemberg de Vilhena Silva
Jadson Luís Rebelo Porto
José Alberto Tostes
José Francisco de Carvalho Ferreira
Kátia Souza Rangel
Marcos Antônio Augusto Chagas
Paulo Vitor Giraldi Pires
Raullyan Borja Lima e Silva (IEPA)
Roni Mayer Lomba
Valdenira Ferreira dos Santos (IEPA)
Wardsson Lustrino (Embrapa)

CONTRIBUIÇÃO DE DOCENTES PPGMDR NA FORMAÇÃO DE OUTROS PPGS NA UNIFAP

PPG Biodiversidade (2006): José Carlos Tavares de Carvalho; Ricardo Adaime (Embrapa).

PPG Direito Ambiental e Políticas Públicas (2006-2013): Carmo Antônio de Souza; Eugênia da Luz Silva Foster; Ricardo Ângelo Pereira de Lima (PS: Este PPG não mais integra às atividades de pós-graduação da Unifap).

PPG Saúde (2010): José Carlos Tavares de Carvalho; Rosemary Ferreira de Andrade.

PPG Ciências Farmacêuticas (2013): José Carlos Tavares de Carvalho.

PROFHistória (2016): Iuri Cavlak; Sidney Lobato.

PPG Estudos Fronteiriços (2017): Jodival Maurício da Costa; Gutemberg de Vilhena Silva.

PPG Educação (2017): Eugênia da Luz Silva Foster; Norma Iracema de Barros Ferreira.

PPG Ciências Ambientais (2017): Alexandro Cezar Florentino.

PPG Inovação Tecnológica (2018): Daniel Chaves (PS: O referido docente não mais compõe o rol de docente deste PPG).

PPG Geografia (2019): Emmanuel Raimundo Costa Santos; Jodival Maurício da Costa; José Francisco de Carvalho Ferreira; Jucilene Amorim Costa; Ricardo Ângelo Pereira de Lima; Roni Mayer Lomba; Valter Gama de Avelar.

PPG História (2019): Iuri Cavlak; Sidney Lobato.

PPG Letras (2019): Yurgel Caldas.

Desde o final de 2019 o mundo vem enfrentando uma pandemia mundial da Covid-19, e o primeiro caso da doença chegou ao Brasil em março de 2020, que em sua expansão afetou as questões educacionais em todos os níveis, desde o ensino fundamental e atingindo as universidades, em seus cursos de graduação e pós-graduação, por conta da não ocorrência de aulas presenciais, funcionamento de laboratórios, pesquisas de campo e defesas de trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações e teses. Até a publicação desta obra, o Brasil havia registrado mais de 660 mil mortes por este vírus.

Assim se passaram 15 anos! Por vários desafios a pós-graduação no Estado do Amapá vem enfrentando e enfrentou. Além das desigualdades regionais econômicas, acadêmicas e científicas enfrentadas, a pós-graduação no Brasil teve que enfrentar uma pandemia. Mesmo assim, um grande esforço de todos envolvidos foi feito, embora se perceba que muito há para se avançar.

Além de se garantir condições de funcionamento dos PPGs no Brasil, seja na consolidação e modernização de seus laboratórios, nas melhorias das condições de trabalho a serem executadas nas universidades, seja na expansão dos investimentos e fomentos em ciências, tecnologias e inovações, que também haja avanços acadêmicos voltados para a consolidação da interiorização de PPGs em território brasileiro, a exemplo da instalação do Doutorado em Desenvolvimento Regional no Amapá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITO, C. S. **Expansão da pós-graduação e desigualdades regionais brasileiras**: um estudo no contexto dos planos nacionais de pós-graduação. Macapá: PPGED/Unifap, 2020. Dissertação (Mestrado em Educação).

COSTA, T. R. C. **A pós-graduação stricto sensu no Estado do Amapá**: contribuições do PPGMDR/Unifap (2005-2017). Macapá: PPGMDR/Unifap, 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional).

ETGES, V. E.; KIST, R. B. B.; BRANDT, G. B.; DORNELLES, M. A “interiorização” da pesquisa e da pós-graduação no Brasil: o caso dos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. **Revista Brasileira de gestão e Desenvolvimento Regional**. 15(7): 16-34, dez. 2019. Edição Especial.

CUNHA, H. F. A.; CAVALCANTI DA CUNHA, A.; CARDOSO DA SILVA, J. M. A Pós-Graduação stricto sensu em Biodiversidade Tropical no Amapá: uma experiência em construção. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, 10 (19): 213-237, mar., 2013.

PORTO, J. L. R.; CALDAS, Y. P.; LOMBA, R. M. Pós-graduação em desenvolvimento regional no Estado do Amapá: O caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. 11 (23): 49-73, 2014.

PORTO, J. L. R.; THEIS, I. M. A Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional no Brasil: Quatro décadas de reflexões territoriais. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 9, n. 3. p. 33-46, 2016. Edição Especial MDR 10 anos.

SANTOS, J. A. B. **Instituição e expansão da pós-graduação stricto sensu na Universidade Federal do Amapá (2006-2017)**. Macapá: PPGED/Unifap, 2019. Dissertação (Mestrado em Educação).

TOPOS, UTOPIA E DISTOPIA NO MEIO DO MUNDO: OS 15 ANOS DO MDR

A região a que se convencionou chamar de “Amazônia” – que nunca deixou de ser um conceito eivado de diversas subjetividades – sempre esteve atrelada a uma imagem que revela sonhos, cobiça e realizações. Este topos que ocupou e ocupa um formidável espaço em muitos discursos e em diversas áreas do conhecimento – desde as Ciências Naturais até as Ciências Humanas, por exemplo – também parece assombrar aqueles e aquelas que buscam régua e compasso para uma definição que ao menos indique o caminho de uma certeza para um conceito que é, em essência, algo que insiste em escapar dessa medição meramente tecnocrática que a certeza aprazível da objetividade almejaria alcançar.

Assim é essa Amazônia – espaço de uma “construção identitária múltipla, móvel e porosa” (como diz Gerson Albuquerque) porque é constituída de algumas dimensões, tais como a histórica, a mítica, a econômica, a política e, sobretudo, a humana. Essa Amazônia é também representativa de *topoi* recorrentes em culturas e períodos diversos, tais como o mito da criação, a terra prometida (paraíso na terra), o elixir da juventude, a Idade do Ouro, o Idílio, dentre tantos outros temas que a literatura não se farta em demonstrar. Nesse caso, vale a pena pensar na Amazônia como um objeto sobre o qual se debruçam saberes múltiplos e do qual se originam questões que, no limite, ajudam a pensar alternativas para problemas inerentes a tal objeto.

Esse é o caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), um programa de pós-graduação multidisciplinar que resiste ao tempo (no espaço do pensamento “líquido” de Zygmunt Bauman) – é o primeiro mestrado da UNIFAP e o mais longo em atividade – justamente porque, dentre outras coisas, muitas respostas epistemológicas e práticas ainda não vieram à tona. Não por acaso um dos objetivos do MDR é “valorizar a diversidade sociocultural, conhecimentos e saberes tradicionais”. E assim como a ideia de “Amazônia” precedeu a constituição de uma Amazônia histórica (do ponto de vista dos discursos que a representaram a partir do período colonial), o desejo de construir um programa de pós-graduação “da casa”, ou seja, da e na UNIFAP faz do MDR uma utopia que se concebe e se realiza há 15 anos no seio de uma instituição ainda marcada por problemas estruturais, que incidiam também no quadro docente ainda bem reduzido à época, dentre outros fatores que explicariam as condições incipientes do estabelecimento da primeira instituição de ensino superior do Amapá, logo após a Constituição Federal de 1988, que torna o então Território Federal em Estado da Federação.

Passados 15 anos, pode-se dizer que o MDR é um programa consolidado na UNIFAP, com 191 defesas concluídas, desde a formatura de sua primeira turma em 2008 e a elaboração desta obra. Mas também é possível dizer que o MDR é um programa em expansão, seja pela sua colaboração na criação de uma dezena de programas *stricto sensu* na Unifap, seja porque ao olhar para si e sua história, projeta um futuro no qual é possível a implantação de um Doutorado em Desenvolvimento Regional. E mesmo num mundo cada vez mais distópico e num contexto desfavorável para a Ciência e o conhecimento libertador (para falar como Paulo Freire), num Brasil que insiste em repetir a história como farsa – em seu sentido mais pejorativo, claro – o MDR existe, resiste e insiste na ampliação dos olhares sobre o local, o regional, o nacional e o transnacional – mediado pela diversidade de saberes que atravessam nossa história, e jamais deixarão de fazer parte do que ontem fomos, hoje somos e amanhã sonhamos.

Assim, a pluralidade de pensamentos e ideias é parte integrante da própria concepção do MDR, assim como o respeito às diversas linhas teórico-metodológicas das disciplinas que ajudaram e ajudam a construir um programa de pós-graduação plural e extremamente importante na história da UNIFAP, do estado do Amapá e da região amazônica. Isso revela também a capilaridade do MDR em suas dimensões que extrapolam o regional, considerando suas muitas ações com universidades e centros de pesquisa por todo o Brasil e no estrangeiro.

Em 2021, o PPGMDR completou 15 anos de existência. Vida longa ao programa. Mesmo esses autores que aqui escrevem não haverem participado dos primeiros momentos do programa, sentimos confortáveis para expor um pouco dos diversos desafios.

A UNIFAP é uma universidade jovem assim como o próprio Amapá, criada em 1990 e 1988 respectivamente, tendo sido anteriormente um campus da UFPA. Além da sua recente criação, soma-se a isso o fator geográfico e político de sua posição fronteiriça localizada no extremo norte, condição que sempre dificultou na atração de pesquisadores para constituírem carreira neste lugar.

Assim, nos primeiros momentos da UNIFAP, esta cumpriu um papel também relevante que foi a formação profissional em uma região carente de profissionais da educação, saúde entre outros. A maioria dos profissionais que atuavam na UNIFAP nos seus primeiros 15 anos não possuíam títulos de pós graduação como mestrado em doutorado, tornando as pesquisas locais escassas.

A criação do PPGMDR enquanto um dos primeiros programas de pós graduação do estado foi um esforço hercúleo dos poucos doutores que aqui estavam, que pela diversidade de formações em pesquisa, tinham que buscar uma linha norteadora em comum, no caso, o desenvolvimento regional para que esse mestrado de fato ocorresse.

Acreditamos que esse tenha sido o principal entrave para os primeiros anos do programa: as dificuldades de aderência aliados a baixa produção acadêmica na área. Porém, passados os primeiros tempos de forte turbulência que culminaram em notas baixas nas avaliações da Capes e riscos eminentes de encerramento, o PPGMDR conseguiu se fortalecer. O MDR foi resistente e se projetou na construção do saber local, na formação de pessoal mais qualificado e uma massa crítica sólida representada pelos seus mestrados e pesquisa por eles elaboradas e defendidas.

Portanto, escrever essas poucas linhas, é analisar um pouco da memória na coordenação do mestrado durante anos difíceis (2011 a 2014) mas que felizmente conseguimos ultrapassar tais momentos e hoje, vislumbrar outros cenários, como a elevação de nota para pleitear a criação do um programa de doutorado em desenvolvimento regional.

Para nós é uma grande honra escrever esse prefácio de livro, resultado do evento de comemoração dos 15 anos do PPGMDR. Ele apresenta um evidente amadurecimento e aderência o corpo docente e discente.

Finalizamos que esse momento de encontro e reflexões sobre nossas pesquisas servem como pontapé aos novos desafios que encontraremos adiante, o do fortalecimento do PPGMDR como instrumento de pesquisa, formação e indutor ao desenvolvimento regional no Amapá.

Macapá, 21 de fevereiro de 2022.

Roni Mayer Lomba

Yurgel Caldas

Ex-Coordenadores do PPGMDR.

PRÓLOGO	iii
<i>Jadson Porto</i>	
PREFÁCIO	vii
<i>Roni Mayer Lomba; Yurgel Caldas</i>	
MENSAGENS ACADÊMICAS	10
INTRODUÇÃO	13
<i>Paulo Giraldi; Andréa Figueiredo Gomes; Patrícia Quaresma</i>	
APRESENTAÇÃO	15
<i>Amanda Alves Fecury</i>	
A EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO AMAPÁ	17
<i>Antônio Sérgio Monteiro Filocreão; Marco Antônio Chagas</i>	
DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA: O ESTADO DO AMAPÁ	25
<i>Wardsson Lustrino Borges; Janayna Santos de Sousa Costa; Larissa Pinheiro de Melo; Nadiane Munhoz Araujo; Olivan do Nascimento Saraiva; Ana Karolina Lima Pedrada; Débora Silva de Araújo</i>	
ENTRAVES PARA O DESENVOLVIMENTO DA BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA	38
<i>Charles Chelala; Cláudia Chelala; Antônio Cláudio de Almeida Carvalho</i>	
AGROEXTRATIVISMO E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI	49
<i>Kátia Souza Rangel</i>	
O OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A SUA IMPORTÂNCIA ANALÍTICA PARA A AMAZÔNIA SETENTRIONAL	59
<i>Adalberto Carvalho Ribeiro</i>	
O PLANEJAMENTO INSURGENTE NAS EXPERIÊNCIAS DOS PLANOS DIRETORES DOS MUNICÍPIOS DE LARANJAL DO JARI E OIAPOQUE	71
<i>José Alberto Tostes</i>	
REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DO SUS: O PAPEL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE	87
<i>Roberto Bauer Melo de Lima; Rosa Maria Guimarães Brito; Andréa Figueiredo Gomes</i>	
A IMPORTÂNCIA DO IEPA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ	93
<i>Allan Kardec Ribeiro Galardo; Valdenira Ferreira dos Santos; Jadson Porto</i>	
BEM VIVER: UMA ALTERNATIVA PARA REPENSAR MODO DE VIDA PÓS-PANDEMIA.	111
<i>Liliane Cristine Schlemer Alcântara; Carlos Alberto Cioce Sampaio</i>	
AUTORES	128



O Mestrado em Desenvolvimento Regional trouxe uma série de reflexões para construção do conhecimento sobre o pensar de como o indivíduo ou a localidade se insere nas relações globais, afetados pelas suas ferramentas e tecnologias existentes e acessadas. Contudo, a percepção da localidade deve ser considerada sob o olhar crítico, em como as formações sociais, institucional, econômica e histórica da Amazônia e do Amapá, espaços esses que são objetos de estudo deste programa de pós-graduação.

Ao acessar variadas teorias sobre desenvolvimento (regional e local), planejamento urbano, o que me chamou atenção foi sobre a apropriação do espaço e sua institucionalização. Com isso, fui estimulada a repensar sobre a importância do planejamento urbano para o desenvolvimento local. Ressalto, aqui, o aprendizado com Dr. José Alberto Tostes, que expôs a prática intervencionista de alguns gestores chamada de *fazejamento* urbano¹ e avançando tais reflexões para *arranjo* urbano², conceitos presentes no pensamento *tostiniano*³.

Destaca-se, também, que o planejamento precário e a incapacidade da gestão geram diversos problemas, tais como: ausência da sociedade em um debate mais estrutural; o associativismo e relação com a política pública; a participação das instituições com propostas mais efetivas em prol da coletividade; a falta de fiscalização dos recursos públicos, que se reflete e materializa na configuração do território amapaense e amazônico, levando há um descrédito sobre as possibilidades e intenções de desenvolvimento.

Sendo assim, a formação do pensamento crítico adquirido neste mestrado contribuiu para que eu seja uma cidadã, intelectual e debatedora sobre o desenvolvimento local, regional e sobre o planejamento urbano no território amapaense.

Andréa Figueiredo Gomes

Administradora; Servidora da Superintendência Estadual do
Ministério da Saúde Amapá e mestranda no PPGMDR, Turma 2020.

Referências

TOSTES, J. A. **Além da Linha do Horizonte**. João Pessoa: Sal da Terra, 2012.

¹Fazejamento Urbano (TOSTES, 2012): Prática baseada no improviso e na definição de metas com critérios duvidosos (p. 158), cuja característica fundamental é a preferência por ações imediatistas e de curto prazo (p. 146). Não há no fazejamento nenhuma preocupação com trabalhos de médio e longo prazo e sim, as expectativas com o horizonte de até a próxima eleição (p. 146).

²Arranjo Urbano: Prática de desconsideração de projetos elaborados e constituídos em governos anteriores; na desconsideração das leis vigentes; da inexistência da formação de equipes qualificadas para conduzirem à tarefa de desenvolvimento urbano e no descumprimento das metas básicas defendidas em campanha eleitoral.

³ Pensamento Tostiniano: Reflexões desenvolvidas pelo professor José Alberto Tostes, resultado de 27 anos como docente e pesquisador da Universidade Federal do Amapá. O pensamento tostiniano visa explicar com olhar amapaense, amazônico, a cidade e o lugar, tendo no planejamento urbano a força para considerar as concepções social, cultural e política.

O programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, é importante no entendimento das dinâmicas ocorridas na evolução da história do estado do Amapá, que produziu em 15 anos estudos científicos nas distintas áreas do conhecimento, sendo uma rica fonte de pesquisa, que permite conhecer o estado através de diferentes olhares científicos. Dá-me expectativa para aprimorar o conhecimento, pois têm um seletivo conjunto de métodos e técnicas adequados às pesquisas científicas.

A multidisciplinaridade é uma característica importante e diferenciada desse programa, pois proporciona o contato entre profissionais e cientistas. Através destas interações, é possível a troca de conhecimentos e o compartilhamento de experiências. Cria-se a expectativa de aprimorar o conhecimento acadêmico e científico para desenvolver pesquisas de qualidade e, no âmbito profissional, de elevar o nível de qualificação e assim ampliar as possibilidades de atuação no mercado de trabalho.

Maysa Vilhena dos Anjos
Cientista Ambiental e mestranda no PPGMDR, Turma 2020.

A minha relação com o MDR é antiga, desde seu início em 2006. Por ser o primeiro programa dos mestrados ofertados no Estado do Amapá, possuir forte concorrência em seu processo de seleção, e, talvez, o despreparo pessoal postergaram meu ingresso no mestrado.

Com o contato direto com o programa e suas disciplinas, obtive uma melhor compreensão do que seja de fato o “desenvolvimento”. Tenho experimentado um crescimento mais robusto, aprofundado e crítico sobre cada artigo analisado sobre o tema. Hoje já consigo, mesmo que preliminarmente, tecer comentários sobre políticas públicas implantadas com o olhar mais aguçado e mais próximo da realidade.

Alguns me perguntam: por que a escolha do MDR, se minha formação é na área pedagógica? Então respondo afirmando que o programa, nos últimos 15 anos, tem contribuído na qualificação de dezenas de profissionais da área da Educação e que eu, especificamente, fui motivado a continuar em busca do acesso ao programa em virtude das condições socioeconômicas do espaço amapaense, sobretudo as do município do Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa, onde tive a oportunidade de conhecer e trabalhar. Além disso, o Programa do MDR me ajudou na compreensão das razões do subdesenvolvimento ali percebido, bem como entender as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais estabelecidas.

Paulo Roberto Miranda da Silva

Pedagogo, servidor público da Unifap, mestrando no PPGMDR, Turma 2020.

INTRODUÇÃO



Esta obra visa registrar debates efetuados no III Simpósio de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional que ocorreu no período de 01 a 03 de dezembro de 2021, evento on-line¹, que além de dialogar sobre o paradigma e utopias do desenvolvimento, ele marcou a comemoração de 15 anos da existência do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (PPGMDR/Unifap).

Nesses 15 anos o PPGMDR vem apresentando um amplo debate sobre o assunto das pesquisas oriundas de suas dissertações, proporcionando fontes de informações sobre esta parte do espaço amazônico nacional, também contribuindo em elaboração de políticas públicas locais e regionais.

Neste sentido, este evento debateu e acolheu conferencistas, palestrantes que participaram de mesas redondas, nestes dias de evento articulando diferentes atores e saberes. O evento expos algumas reflexões efetuadas neste programa de pós-graduação *stricto sensu*, a partir de suas linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico; Meio Ambiente e Planejamento.

Na oportunidade foram lançados 11 livros, resultado de pesquisas recentes no território, sendo eles: *Caderno de Resumos do I Simpósio de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá*²; *O Cavalo do Vingador*³; *O sentido político da arquitetura e urbanismo*⁴; *Desenvolvimento Sustentável: apontamentos sobre o conceito*⁵; *Desenvolvimento no Estado do Tocantins na perspectiva da Imprensa*⁶; *Entre Espaços Regionais e Locais: Intenções de Desenvolvimento*⁷; *Entre rotas e caminhos: Até onde o rio-mar chega e o mar alcança o rio*⁸ e; *De Apagão a Apagado: Ensaios ensaios sobre a questão energética do Amapá*⁹; *Comunicação Tecnologias e Trabalho: Indicadores para o desenvolvimento Regional do Amapá*¹⁰; por fim, *Região Metropolitana de Palmas: Uma reflexão sobre o orçamento e o Desenvolvimento Regional*;

O evento contou a participação da professora emérita da Universidade Federal do Pará, Edna Maria Ramos de Castro, que fez a abertura do evento¹¹; com as conferências do Dr. Antônio Claudio Almeida de Carvalho (Embrapa/Amapá) e do Dr. Allan Kardec Ribeiro Galardo (IEPA); Por fim, com Dr. Carlos Alberto Cioce Sampaio (FURB)¹² encerrando as atividades.

¹ Disponível em: https://www.youtube.com/playlist?list=PLuVv9FEYOBraXDFTaqovvz_2PUATQy03f.

² Disponível em: <https://bit.ly/3NinLQN>.

³ Disponível em: <https://bit.ly/3Da6qEV>.

⁴ Disponível em: <https://bit.ly/3tCcdzY>.

⁵ Disponível em: <https://bit.ly/3LdlRPC>.

⁶ Disponível em: <https://bit.ly/3uiIb3e>.

⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3IDyy15>.

⁸ Disponível em: <http://iepa.ap.gov.br/noticias/2021/06.php>.

⁹ Disponível em: <https://bit.ly/37RlieF>.

¹⁰ Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2021/10/comunicacao-tecnologias-trabalho.pdf>.

¹¹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_lrmM4Jjxoc&t=2355s.

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YyuoEiJjtvo&t=2607s>.

Os capítulos aqui expostos expõem alguns dos temas discutidos neste Programa de Pós-Graduação, seja pelas articulações técnicas e científicas dos seus docentes com outros programas de pós-graduação da Unifap (*Entraves para o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia; O Observatório de Desenvolvimento Regional e sua importância analítica para a Amazônia setentrional; Bem viver , uma alternativa para repensar modos de vida pós-pandemia*); pelas construções de pesquisas estabelecidas (*Desenvolvimento e agricultura: o estado do Amapá; Agroextrativismo e perspectivas de desenvolvimento da reserva extrativista do rio Cajari*); pelas aproximações institucionais e planejamento estratégico (*A experiência de planejamento estratégico do Mestrado em Desenvolvimento Regional no Amapá; Regionalização da saúde no contexto do SUS: o papel do Ministério da Saúde; A importância do IEPA para a ciência e tecnologia do estado do Amapá*); seja como resultado reflexivo de trabalhos elaborados em momentos distintos de um mesmo objeto (*O planejamento insurgente nas experiências dos planos diretores dos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque*).

Esperamos que tenham uma boa leitura

Andréa Figueiredo Gomes
Paulo Giraldi

APRESENTAÇÃO



A história do Mestrado em Desenvolvimento Regional (MDR) se mescla com a da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), não apenas por ser o primeiro Programa de Pós-graduação *stricto sensu* da instituição, mas pelo pioneirismo em possibilitar a formação de recursos humanos qualificados no Estado.

Antes da criação desta jovem Universidade (que completa 30 anos), situada ao Norte do país, o sonho de realizar um curso superior só era possível através da busca por essa formação em outros Estados da Federação. Passados 15 anos, o MDR possibilitou essa qualificação referente à Pós-graduação no próprio Amapá¹.

A aprovação da proposta apresentada pela UNIFAP para a criação do curso, em 2005, foi um marco histórico para a Pós-graduação (PG) na Região Norte do país, pois todos os Estados da região passaram a ter pelo menos um programa de mestrado, contribuindo para a tão almejada redução das assimetrias regionais.

O curso iniciou suas atividades em 2006, atendendo uma demanda social reprimida, que possuía graduação em áreas diversas. A escassez de professores doutores na época, sua convicção no desenvolvimento da PG e suas pluralidades de origens, contribuíram para imprimir ao MDR uma característica de formação ampla e diversificada, perpassando por diferentes áreas de conhecimento, contando um quadro docente multidisciplinar.

O quadro docente inicial do MDR contava com 8 professores permanentes, aumentando para 13 esse quantitativo em 2009; 16, em 2012 e; 27, em 2017. A partir de 2018, com o primeiro Planejamento Estratégico do Programa, iniciou-se um processo de redução do corpo docente, priorizando a dedicação exclusiva ao programa, atendendo exigência da área de avaliação da CAPES, sendo que no final de 2020, o quadro era composto por 17 professores permanentes, sempre mantendo a característica multidisciplinar tanto da formação docente, quanto do perfil discente, como das diversas produções geradas.

O programa criou estratégias para se “revisitar” e reestruturar, visando melhorar a qualidade do curso e obter ascensão nas avaliações proporcionadas pela CAPES, ação importante, que demonstra o comprometimento com o curso. Parcerias com IEPA e EMBRAPA e a aprovação em editais de apoio à Pós-graduação vinculados à CAPES, Fapeap e PROPESPG somam para o fortalecimento do MDR.

Reafirmo: a história do MDR se mescla com a da UNIFAP! E ousou dizer: compõe com louvor o desenvolvimento do Estado e dos municípios em diversos sentidos.

Além da multiplicidade de formação docente, alguns já foram pró-reitores, vice-reitores, reitores, contribuindo para o desenvolvimento da UNIFAP, da pesquisa e da Pós-graduação na região. A expertise do corpo docente tem reconhecimento regional, nacional e internacional, sendo que diversos docentes foram condecorados com lãureas por instituições de renome, somando-se também aos docentes pesquisadores que apresentam parcerias desenvolvidas além das fronteiras brasileiras.

Mesmo com todo o cenário de desafio de fazer pesquisa e desenvolver a região do extremo norte do Brasil, até 2021, o MDR contribuiu na formação de 174 mestres, sendo que alguns são servidores do Estado e outros compunham ou passaram a compor o quadro de servidores efetivos da UNIFAP. Um outro grupo de egressos seguiu seu processo de qualificação acadêmica, findando em contribuir para a criação dos novos programas de pós-graduação que atendem demandas de variadas áreas do conhecimento, tendo o MDR um “papel gerador” na origem comum desses novos cursos.

O perfil de atuação do egresso do curso proporcionou atuação em diversas áreas, tais como: educação básica e superior (incluindo docentes das outras duas instituições públicas de ensino superior, técnico e tecnológico do Estado – Universidade Estadual do Amapá e Instituto Federal do Amapá), planejamento de políticas públicas, saúde e meio ambiente, levando a melhorias efetivas no DESENVOLVIMENTO REGIONAL, fazendo jus ao nome MDR.

A atuação das pesquisas realizadas já alcançou quase todos os municípios amapaenses, fato que contribuiu com novas reflexões. Outro aspecto relevante que deve ser pontuado é o auxílio prestado a diversos municípios com projetos de larga escala como os planos diretores. Todo esse impacto social é de extrema relevância para a manutenção e expansão do curso.

Só tenho a desejar crescimento ainda maior e vida longa ao Mestrado em Desenvolvimento Regional. Parabéns pela trajetória e pelos 15 anos de qualificação de profissionais com comprometimento e dedicação.

Amanda Alves Fecury
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG/UNIFAP)

A EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO AMAPÁ



Antonio Sérgio Monteiro Filocreão
Marco Antonio Chagas
doi: 10.51324/80277988.1

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá foi aprovado, em 2005, como Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional (MINTEG-DR)¹. Segundo o Plano Nacional da Pós-graduação (2011-2020), em seu segundo volume, registra a criação deste Programa como um marco histórico na luta de correção das assimetrias na pós-graduação brasileira, que assim se expressa:

Já em 2005 foi possível perceber os primeiros resultados dessa empreitada - foram apresentadas 55 novas propostas de programas de pós-graduação para análise pelas comissões de área, das quais 37 foram aprovadas. Um ponto relevante daquele momento foi a aprovação da apresentada pela UNIFAP, ou seja, a partir de então todos os estados da região Norte passaram a ter pelo menos um programa de mestrado (BRASIL, 2010, p.101).

Ou seja, o Amapá foi o último estado brasileiro a receber o seu primeiro curso de mestrado que começou a funcionar em maio de 2006. Na condição de primeiro programa de pós-graduação “stricto sensu” da UNIFAP e do Amapá, foi forçado pelas circunstâncias a atender as demandas reprimidas de formação das ciências humanas, sociais aplicadas e de outras áreas próximas ou afins, juntando os poucos doutores existentes no estado, com formações acadêmicas bem diversas e com poucas experiências no ensino de pós-graduação.

Neste capítulo, pretende-se registrar o amadurecimento do PPGMDR no seu processo de planejamento, apresentando a sua experiência com o planejamento estratégico situacional, como uma tentativa de racionalização e melhorias das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão no intuito de alcançar melhores resultados na avaliação quadrienal 2017 – 2020 realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e, com isso, visando materializar na mudança de sua atual nota 3 para 4. Com esta meta alcançada, será possível a criação do curso de Doutorado em Desenvolvimento Regional, necessário para atender a demanda de continuidade na formação de doutores criada pela pós-graduação da UNIFAP nesses 15 anos.

As experiências de uso de diferentes metodologias de planejamento estratégico, em diversas áreas da administração pública têm possibilitado momentos de reflexão compartilhada pelos envolvidos, no sentido de centralizar e programar os seus esforços na compreensão dos gargalos que reduzem as possibilidades de avanços, permitindo a definição e execução de prioridades, coletivamente, definidas para a superação desses redutores. No geral, essas experiências têm trazido resultados positivos no desempenho institucional de vários programas de pós-graduação no país, e na última avaliação quadrienal da pós-graduação brasileira, decidiu-se considerá-lo em conjunto com uma autoavaliação dos programas em fatores importantes na avaliação.

¹ Para maiores detalhes sobre o PPGMDR, vide Costa, 2019; Porto; Caldas; Lomba (2014).

Parece evidente que a autoavaliação e o planejamento estratégico não poderão ser considerados, de per si, como panaceias simplistas capazes de superar os problemas de natureza estruturais construídos ao longo de um processo de desenvolvimento nacional desigual e excludente que atingiu, diferentemente, as regiões e consequentemente a pós-graduação brasileira.

No planejamento estratégico, as prioridades definidas, antes de tudo, são, simplesmente, objetos de apostas. Se por um lado, potencializam um melhor aproveitamento dos recursos internos disponíveis, nas situações periféricas, basicamente, os recursos humanos. Por outro lado, a exemplo de um programa de pós-graduação, as incertezas são muito elevadas, devido a falta de governança dos programas sobre a maioria dos fatores essenciais para as melhorias exigidas.

A realidade da pós-graduação brasileira que foi construída com grandes assimetrias regionais, nos seus processos avaliativos, não leva em consideração essas diferenças que são cruciais para os programas criados nas regiões mais excluídas do desenvolvimento nacional. Esses programas enfrentam grandes dificuldades nas suas consolidações devido a falta crônica de doutores e da infraestrutura mínima exigida, quando comparados com os seus similares criados nas regiões beneficiárias do desenvolvimento brasileiro.

O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em janeiro de 2018, o PPGMDR inicia o seu processo de Planejamento Estratégico com a criação através da Portaria Nº 0165/2018-PROPESPG/UNIFAP do seu Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica, composto pelos professores Antonio Sergio Monteiro Filocreão, José Francisco Carvalho Ferreira, Jadson Luís Rebelo Porto, José Alberto Tostes, Marco Antonio Chagas e da secretária Monnya Karollynne Cardoso e contou com o apoio da bolsista Aline Celestino de Araújo.

Este comitê foi criado com a responsabilidade de coordenar e acompanhar o processo de elaboração e execução do Planejamento Estratégico do PPGMDR, para o período de 2018 a 2020, de forma a organizar os procedimentos referentes às atividades de fortalecimento do programa durante a vigência da Avaliação Quadrienal 2017 a 2020, que já se encontrava em andamento.

Para subsidiar o Planejamento Estratégico foi organizada uma síntese comparativa das 3 avaliações vivenciada pelo PPGMDR, elaborada pelo professor José Alberto Tostes. Este documento foi considerado como ponto de partida para o processo de avaliação e planejamento, que deveria ser lido e refletido por todos os docentes do programa no sentido orientador para a criação das propostas de melhorias para o avanço do curso.

Em seguida, fez-se a opção por uma metodologia conhecida como *Método de Resolução de Problemas* (MRP), introduzida, originalmente, no Brasil em 1972 por Edwin Barte, da Vanderbilt University, um dos seus criadores (BUJES, 2010). O que influenciou na escolha metodológica foram as suas facilidades e o tempo relativamente pequeno (20 horas) para sua aplicação, além de possibilitar na sua execução uma autoavaliação dos problemas a partir da percepção e vivência dos envolvidos com o programa.

Foram feitas adaptações para atender os propósitos e especificidades de um programa de pós-graduação. Em síntese, o MRP ocorreu em 4 fases:

1 - **Gênese**: fase situacional, onde construiu-se uma consciência inicial do PROBLEMA para o planejamento, através da reflexão do contraste entre a *Situação Real* e a *Situação Desejada* para os envolvidos diretamente com o PPGMDR, nas suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária;

2 - **Diagnóstico:** construiu-se uma compreensão mais aprofundada do PROBLEMA, através da identificação das *Forças Impulsoras* e *Forças Restritivas* que compõe o campo de forças vinculado ao PROBLEMA;

3 - **Análise:** trabalhou-se na redução do PROBLEMA, através da proposição de *Linhas de Ação* que atuarão nas forças identificadas na fase anterior com o objetivo de acelerar as mudanças no rumo da *Situação Desejada* para os diretamente envolvidos com o PPGMDR.

4 - **Síntese:** fez-se a identificação dos diferentes tipos de recursos necessários para a implementação das *Linhas de Ação* priorizadas, que, em seu conjunto representaram o Plano Estratégico do PPGMDR.

Nas adequações operacionais do Planejamento Estratégico, ocorreu uma fase de reflexão e contribuição individual, que aconteceu através da leitura da Síntese das Avaliações vivenciadas pelo PPGMDR e do preenchimento de um formulário eletrônico *on line* da Plataforma Limesurvey, organizado para este objetivo que foi disponibilizado por e-mail aos participantes através de um link eletrônico.

O material gerado e coletado individualmente, transformou-se em contribuição coletiva de origem não identificada dos envolvidos, cujas ideias foram agrupadas por aproximação pelo Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica, para reflexão, lapidação e priorização nas fases posteriores que aconteceram nas oficinas de planejamento estratégico, envolvendo também o Colegiado do Programa.

A tempestade de ideias construídas individualmente (*brainstorming*) sobre o ensino, pesquisa e extensão universitária, transformada em contribuição coletiva não identificada pelo Comitê de Planejamento e Gestão

PRIORIDADES	Pontuação	Governança	Tempo	Relevância
1-Atualização urgente do Projeto Político Pedagógico (PPP) do PPGMDR.	9	3	3	3
2-Atualização do Regimento Interno (RI) do PPGMDR.	9	3	3	3
3-Estimular a dedicação exclusiva ao PPGMDR.	9	3	3	3
4-Criar um Programa de Pesquisa e Extensão integrador do PPGMDR.	9	3	3	3
5-Buscar fontes de financiamento para o Programa e Subprogramas.	9	3	3	3
6-Criar eventos científicos do PPGMDR.	9	3	3	3
7-Criar um Programa de Radio do PPGMDR na Radio Universitária.	9	3	3	3
8-Estimular parcerias com as organizações da Sociedade Civil	9	3	3	3
9-Incrementar a publicação em revistas com Qualis (estipular o mínimo de B2 para publicações de alunos)	8	2	3	3
10-Participar em redes de pesquisa nacionais e internacionais	8	3	2	3
11-Organizar eventos de Desenvolvimento Regional nos municípios amapaenses.	8	2	3	3
12-Promover a internacionalização (professor visitante; pós-doutorado).	7	1	3	3
13-Estimular a instalação de uma Incubadora de Políticas Públicas.	7	2	2	3
14-Promover minicursos que estimulem a formação contínua em instituições públicas	7	2	2	3

Estratégica geraram as *Linhas de Ação* que foram priorizadas considerando os critérios de governança, tempo e relevância de acordo com a percepção dos envolvidos e se encontram sintetizadas na Tabela 1.

Tabela 1-Ranking das Prioridades do Planejamento Estratégico do PPGMDR
Fonte: CPGE-PPGMDR (2018)

As prioridades com pontuação 9, principalmente, as 5 primeiras, foram as que nortearam os maiores esforços do PPGMDR para o alcance dos seus objetivos de melhorias, no intuito de conseguir a nota 4 na Avaliação Quadrienal 2017 – 2020, necessária para a submissão da proposta do Doutorado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP à CAPES.

As prioridades com menores escores foram consideradas nas atividades desenvolvidas pelo programa buscando o aproveitamento das oportunidades ocorridas no período.

OS RESULTADOS RELACIONADOS AS PRIORIDADES DEFINIDAS

Neste tópico serão apresentados os resultados parciais alcançados nas cinco primeiras atividades ranqueadas e definidas como prioritárias no Planejamento Estratégico do PPGMDR. A experiência de autoavaliação e planejamento do PPGMDR aconteceu em um contexto local, marcado pela criação de novos programas de pós-graduação na UNIFAP, para o qual, a contribuição do PPGMDR foi fundamental. A análise contextual reforçou a necessidade de atualizações na estrutura institucional do Programa, para fortalecer a sua identidade na Área do Planejamento Urbano Regional e Demografia (PLURD) da CAPES.

Nessa direção, as prioridades ordenadas na Tabela 1 como **primeira** e **segunda** são referentes as atualizações urgentes dos Projeto Político Pedagógico (PPP) e Regimento Interno (RI) do PPGMDR, respectivamente, considerando a urgência e importância para os avanços desejados. Para essa missão, os dois professores mais antigos do programa integrantes do Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica, ficaram responsáveis pela coordenação da execução dessas duas prioridades.

Em 28/08/2019, o PPP e o RI já atualizados foram aprovados pelo Colegiado do Curso. Em setembro/2019 foram encaminhados para a apreciação das instâncias superiores administrativas da pós-graduação (Departamento de Pós-graduação e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação) para posterior aprovação pelo Conselho Universitário da UNIFAP.

No final de fevereiro/2020, o PPP e o RI, após diversas reuniões para aprimoramentos e adequações, organizadas pelo Departamento de Pós-graduação, tornaram-se aptos para o envio ao Conselho Universitário. Porém, no dia 16/03/2020, a UNIFAP, devido a chegada da PANDEMIA do Corona Vírus no Amapá, suspendeu suas atividades administrativas presenciais. As reuniões do Conselho Universitário passaram acontecer de forma remota, com pautas em quantidades reduzidas. Isto levou a não apreciação das atualizações do PPP e RI do PPGMDR, no ano de 2020, sendo aprovados e implantados em 2021.

Em termos gerais, as principais mudanças propostas no PPP foram as reduções no número de linhas de pesquisa de 3 para 2; no número de disciplinas obrigatórias de 4 para 3, significando uma redução do número de créditos obrigatórios de 16 para 12 créditos; e no número de disciplinas optativas de 44 para 14 de 2 créditos, incluindo uma de Tópicos Especiais em aberto, para atender necessidades conjunturais específicas de cada turma no Programa, garantindo uma diversificação do número de optativas.

Criou-se, também, as possibilidades para uma maior capacidade de oferta de oportunidades para o envolvimento dos mestrandos em diversas atividades do programa, necessárias para uma boa formação, como: organização de eventos, oficinas, atividades de extensão, publicação de artigos, estágios docências nas quais se criou a possibilidade de incentivos pela atribuição de créditos.

Na atualização do PPP do PPGMDR, manteve-se a área de concentração *Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento Regional* e as linhas de pesquisa *Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico* e *Meio Ambiente e Planejamento* por se entender que não existem incoerências entre essas instâncias e os objetivos do Programa.

Foi suprimida na revisão do PPP a Linha de Pesquisa *Sociedade, Cultura e Políticas Públicas*, que atendia as demandas de pesquisa mais relacionadas a temáticas específicas da educação, letras e artes, história e geografia; como também por conta de criação de quatro novos programas stricto sensu na UNIFAP (Educação, Letras, História e Geografia), cujos docentes atuantes nesta linha de pesquisa migraram para atender as demandas desses novos cursos.

A **terceira** prioridade do Planejamento Estratégico, foi a exigência ao quadro docente da dedicação exclusiva ao Programa, de forma a atender ao regramento da Área de Avaliação na CAPES do PPGMDR. A partir daí, iniciou-se um processo de redução do quadro de professores permanentes com atuação em mais de 2 programas de pós-graduação que passaram a condição de colaboradores até a conclusão das suas orientações de mestrandos no Programa. No final de 2020, o quadro docente do PPGMDR estava composto por 11 professores permanentes, acrescido de 6 professores colaboradores, aguardando o encerramento das suas orientações para desligamento do quadro docente do Programa.

O desligamento previsto desses professores, permitiu que no final de 2020 fosse publicado um edital para credenciamento de 4 novos docentes permanentes, exigindo dedicação exclusiva com o PPGMDR. Atualmente, o programa conta com um Quadro de 15 professores permanentes, sendo 10 com dedicação exclusiva ao PPGMDR. O número de professores colaboradores em fase de desligamento são 2 que solicitaram formalmente suas saídas do quadro de professores permanentes.

A **quarta** prioridade do Planejamento Estratégico propunha a elaboração de um grande projeto de pesquisa e extensão com um papel integrador do corpo docente do PPGMDR, que foi identificado como de atuação muito dispersa, com pouca cooperação acadêmica, ou seja, cada docente priorizando seus projetos de pesquisa individuais, com poucos impactos para a formação e produção acadêmica.

No segundo semestre de 2018, a CAPES lança o Edital 021/2018 do PROCAD-Amazônia com uma proposta nova de gestão dos projetos, onde a instituição responsável pela coordenação da cooperação acadêmica seria o programa proponente mais frágil. O PPGMDR considerou uma oportunidade a ser aproveitada para atender a quarta prioridade do seu Planejamento Estratégico.

A partir desse momento, o Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica iniciou as tratativas para elaboração e submissão do projeto ao PROCAD-Amazônia. A decisão do Comitê foi de buscar uma cooperação acadêmica com programas de pós-graduação da Área de Planejamento Urbano Regional e Demografia, articulando na Amazônia a Cooperação com o PPGDR da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e fora da Amazônia com o PPGDR da Universidade Regional de Blumenau (FURB), que já tinha colaborado com a UNIFAP na recepção de um professor do PPGMDR para estágio pós-doutoral e, também, pela experiência daquele programa com a implantação de um Observatório de Desenvolvimento Regional, em funcionamento, objetivando-se na cooperação acadêmica o assessoramento da FURB na implantação de Observatórios de Desenvolvimento Regional na UNIFAP e na UFT.

O projeto de cooperação acadêmica denominado *“Estratégias de Desenvolvimento Regional e Dinâmicas Territoriais dos estados Amapá e Tocantins: nos 30 anos”*, foi aprovado no PROCAD – Amazônia 2018, iniciando suas atividades em março de 2019, envolvendo 10 professores do PPGMDR da UNIFAP, 16 professores

do PPGDR da UFT e 8 professores do PPGDR da FURB. Nas atividades da cooperação acadêmica foram previstas mobilidades acadêmicas de discentes e docentes, participação de atividades de ensino e pesquisa conjuntas, produção de eventos científicos e publicações científicas envolvendo os respectivos programas.

Em 2019, o projeto iniciou suas atividades com a primeira reunião de planejamento em Macapá, contando com a participação dos coordenadores do projeto e professores do PPGMDR. Na primeira quinzena de novembro desse ano, o PPGMDR organizou com os seus discentes o II Simpósio de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, com a apresentação de 23 trabalhos acadêmicos dos mestrandos para a comunidade acadêmica local, como uma preparação para o I Seminário de Desenvolvimento Regional do PROCAD Amazônia, que ocorreu em Palmas -TO, na UFT, contando com a participação de professores e alunos dos programas envolvidos da UNIFAP, UFT e FURB.

Durante o I Seminário de Desenvolvimento Regional em Palmas, foram planejadas as atividades do PROCAD para 2020, sendo prevista, no primeiro semestre, a participação de um professor do PPGMDR da UNIFAP em um estágio pós-doutoral na UFT, com ênfase em experiências de Observatórios de Desenvolvimento Regional; mobilidades de professores e discentes entre as Universidades participantes para atividades conjuntas de pesquisa e ensino, produção de artigos e livro sobre os resultados das pesquisas compartilhadas, e a realização do II Seminário de Desenvolvimento Regional do PROCAD Amazônia em Blumenau – SC na FURB, no segundo semestre de 2020.

Essa programação foi prejudicada, tendo em vista que em março de 2020, com a Pandemia COVID-19 chegando ao Brasil, provocou, inicialmente, a suspensão das atividades acadêmicas nos programas de pós-graduação, e, quando do retorno das atividades acadêmicas, estas foram liberadas, apenas, em atividades remotas.

Devido as restrições impostas pela COVID-19, no ano de 2020, conseguiu-se garantir o estágio pós-doutoral de 01 professor da UNIFAP, na UFT, em Palmas, no primeiro semestre, e algumas participações de professores dos programas envolvidos em atividades remotas de ensino, na participação de bancas de qualificação e de defesas, e algumas publicações de artigos em periódicos e livros. O II Seminário de Desenvolvimento Regional do PROCAD em Blumenau foi transferido para o segundo semestre de 2021.

No ano de 2021, as dificuldades para atividades presenciais, impostas pela COVID-19, inviabilizaram as possibilidades de mobilidades acadêmicas entre os professores e alunos dos programas de pós-graduação envolvidos com o PROCAD-Amazônia. As atividades remotas possíveis, da cooperação acadêmicas ocorreram na participação de professores em aulas remotas, *lives* e outros tipos de eventos pela Internet.

Devido as comemorações dos 15 anos de funcionamento do PPGMDR da UNIFAP, foi acertado entre os coordenadores do projeto, que o II Seminário de Desenvolvimento Regional do PROCAD, programado para acontecer no final de 2021, em Blumenau-SC, fosse transferido para o ano de 2022, enquanto o III Simpósio de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP, que teria como eixo temático os 15 anos do PPGMDR/UNIFAP, contaria com a participação de professores dos programas envolvidos com o PROCAD-Amazônia.

O III Simpósio da Pós-graduação em Desenvolvimento Regional aconteceu nos dias 01 a 03 de dezembro, na programação ocorreu uma mesa sobre o PROCAD, com a participação dos 03 Coordenadores do projeto nos programas envolvidos, onde foram apresentados os resultados da experiência em curso, considerações sobre as possibilidades de desenvolvimento regional, a criação da REDE de Cooperação Centro Norte envolvendo os Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional dessas regiões.

A **quinta** prioridade do Planejamento Estratégico foi a de buscar fontes de financiamento para o Programa e Subprogramas de integração da comunidade acadêmica do PPGMDR. Nesta direção, para atender essa prioridade, durante a PANDEMIA em 2020, o PPGMDR submeteu e aprovou o projeto institucional “*OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: Uma Proposta de Consolidação dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) e em Educação (PPGED) da UNIFAP*” no Programa de Fortalecimento da Pós-graduação na Amazônia Legal (Edital 013/2020 CAPES), estabelecendo uma cooperação acadêmica interna na UNIFAP com o Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) para a consolidação do Observatório de Desenvolvimento Regional no Amapá, fortalecendo a temática ligada as políticas educacionais no estado.. Este projeto iniciou no final do ano de 2020, com duração de quatro anos.

Na mesma direção, o PPGMDR construiu uma cooperação com os Programa de Pós-graduação em Biodiversidade Tropical (PPGBIO) e o Programa de Pós-graduação em Ciência da Saúde (PPGCS), ambos da UNIFAP aprovando um projeto para integração de pesquisas em Saúde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional que foi submetido e aprovado no Programa de Fortalecimento da Pós-graduação referente ao Acordo CAPES/FAPs (Edital 018/2020 CAPES), com início no final de 2020, com duração de quatro anos. O projeto foi denominado “*Consolidação dos Programas de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PPGCS), em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) e em Biodiversidade Tropical (PPGBIO): Formação de Pessoal e Desenvolvimento Científico*”.

Estes projetos, foram carimbados como estratégicos para o PPGMDR devido ao caráter institucional que permite: envolver professores das Linhas de Pesquisa existentes no Programa; integração com professores de outros programas de pós-graduação, professores da graduação, e pesquisadores de outras entidades de pesquisa. Esses projetos garantirão aos programas recursos para custeio de suas atividades e bolsas de mestrado e pós-doutorado, nos próximos 4 anos, e complementarão o projeto PROCAD Amazônia na estruturação do Observatório de Desenvolvimento Regional do Amapá.

Apesar das dificuldades impostas no início da execução desses projetos devido as restrições impostas pela COVID-19, os projetos estratégicos tiveram suas execuções efetuadas, mas com menor dinamismo. Esses projetos buscam a cooperação acadêmica, tanto nacional como regional e local, necessária para o enfrentamento das dificuldades existentes na Amazônia para o fortalecimento e sobrevivência da pós-graduação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PPGMDR no quadriênio 2017 - 2020 desenvolveu um esforço hercúleo para superar as suas fragilidades e alcançar os seus objetivos acadêmicos de um resultado favorável a criação das condições necessárias para oferecer seu curso de doutorado. Embora, se tenha clareza que muitas das vezes, esta superação não está, totalmente, ao alcance da sua comunidade acadêmica, devido às grandes fragilidades de natureza estrutural decorrentes das assimetrias intra e interregionais, que dificultam o desenvolvimento das universidades menores e mais novas na região amazônica.

Entretanto, tem-se a certeza que a comunidade acadêmica amapaense reconhece a grande contribuição do PPGMDR para a história da pós-graduação e do desenvolvimento científico e tecnológico do Amapá, resultado do seu pioneirismo que, também, deixou algumas sequelas que levam um tempo maior para superá-las.

O patamar que o PPGMDR precisa alcançar é a criação do Doutorado em Desenvolvimento Regional para completar e avançar no ciclo de formação na área PLURD no Amapá; construir condições para uma maior

contribuição para além da formação de mestres para atender as necessidades do estado; como também, a partir da instituição do Observatório de Desenvolvimento Regional e da implementação da Incubadora de Políticas Públicas previstos nos seus projetos estratégicos para os próximos anos, oferecer serviços que ajudem consolidar as organizações públicas e privadas a se fortalecerem nos seus papéis de promotoras do desenvolvimento regional.

No quadriênio ocorreu um amadurecimento profundo do programa a partir da reflexão que foi possível estabelecer com a sua experiência de Planejamento Estratégico em um contexto bem diferente do momento em que o programa foi criado, nas dificuldades de atração e fixação de doutores, que de certa forma, ainda persistem. Hoje, ainda é grande a necessidade de qualificação no Amapá. Considerando apenas o quadro de docentes da UNIFAP, existe um quantitativo de 270 professores com a titulação de mestrado e 126 docentes detentores de títulos de especialistas em um quantitativo de 655 professores.

Enfim, existe, ainda, muito por fazer na pós-graduação amapaense para que esta assuma, plenamente, as suas responsabilidades catalizadoras do desenvolvimento local e regional, através da ciência.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES. **Plano Nacional de Pós-graduação - PNPG (2011-2020)**, V. 2. Brasília-DF: CAPES, 2020.

BUJES, C. Método de Resolução de Problemas (MRP). In: BROSE, M. (Org.) **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2010.

CAPES. Plataforma Sucupira. Brasília-DF, 2021.

COSTA, T. R. C. **A pós-graduação stricto sensu no Estado do Amapá: contribuições do PPGMDR/Unifap (2005-2017)**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional).

PORTO, J. L. R.; CALDAS, Y. P.; LOMBA, R. M. Pós-graduação em desenvolvimento regional no Estado do Amapá: O caso do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. 11 (23): 49-73, 2014.

PPGMDR - Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica. **Relatório Preliminar do Planejamento Estratégico**. Macapá: CPGE, 2018.

DESENVOLVIMENTO E AGRICULTURA: O ESTADO DO AMAPÁ



Wardsson Lustrino Borges
Janayna Santos de Sousa Costa
Larissa Pinheiro de Melo
Nadiane Munhoz Araujo
Olivan do Nascimento Saraiva
Ana Karolina Lima Pedrada
Débora Silva de Araújo

doi: 10.51324/80277988.2

DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO AMAPÁ

Dada à sinonímia e a complexidade, desenvolvimento até os dias de hoje é confundido com crescimento. Desenvolvimento é caracterizado por mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Desenvolvimento englobando as dimensões econômica, social e ambiental geralmente aplica-se a uma sociedade nacional, mas extrapolações para espaços maiores ou menores, como desenvolvimento de um continente ou de uma região são comumente abordados, de forma a tornar a compreensão mais clara. Desenvolvimento Humano é definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para ser aquilo que desejam ser (SEN, 2000).

Acredita-se que a trajetória histórica que um território acumula durante a sua formação, a riqueza natural do território e a base demográfica são pontos fundamentais para entender o processo de desenvolvimento. Alguns autores afirmam que para que haja desenvolvimento tem que haver necessariamente um processo de crescimento da renda por habitante ou da produtividade, para que naturalmente ocorra o desenvolvimento em todos os seus segmentos, levando assim ao desenvolvimento rural, local, regional, político e/ou humano. Melo e Parré (2007) destacam que a mensuração do desenvolvimento não é tarefa simples, pois envolve muitas transformações, fazendo-se necessário levantar uma série de indicadores qualitativos e quantitativos relacionados a fatores demográficos, sociais, econômicos e ambientais que possam auxiliar no estudo do processo. Para Bresser-Pereira (2006) apenas a utilização de indicadores não é suficiente para estudar o desenvolvimento, destacando que é necessário incorporar um estudo do processo histórico de evolução de cada local.

Uma abordagem considerada bastante ampla que leva em consideração fatores condicionantes, características e efeitos ou consequências do processo de desenvolvimento tem sido utilizada por alguns autores em análise empírica do grau de desenvolvimento (KAGEYAMA, 2008). Fatores condicionantes do processo de desenvolvimento são aqueles considerados essenciais para que ocorra o desenvolvimento. Estes caracterizam as diferenças territoriais em termos de base demográfica e econômica, fruto das possíveis diferenças nas trajetórias históricas dos processos de transformação das atividades e da população. Características do processo de desenvolvimento agregam indicadores relacionados à maneira e/ou opções selecionadas pela população do território, quanto às atividades e de que forma executá-las no processo de desenvolvimento. O terceiro grupo de indicadores refere-se aos efeitos ou consequências do processo de desenvolvimento sobre os indicadores de qualidade de vida da população e do meio ambiente, admitindo-se que a combinação dos condicionantes com as características produz efeitos ou consequências econômicos, ambientais e sociais diversos.

O Amapá passou da condição de Território Federal à de Estado na Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, possui 142.828 km² de área, representando 3,7% do território da região Norte e 1,67% do território brasileiro. O Estado é considerado o mais preservado, onde aproximadamente 72% de seu território está de alguma

forma protegidos do uso irrestrito. As dezenove unidades de conservação e as cinco terras indígenas formam o corredor da Biodiversidade do Amapá, que ocupa uma área de aproximadamente 90.000 km² (COSTA, 2016). Apesar de apresentar inúmeras potencialidades do ponto de vista dos recursos naturais o produto interno bruto (PIB) do Amapá representa apenas 0,2% do PIB nacional e o PIB per capita dos municípios do Estado estão abaixo da média nacional. O setor terciário é o setor de maior participação no PIB do Estado (86,8%). Ainda não há uma verdadeira economia industrial no Estado, de forma que o setor secundário representa apenas 10% do PIB. O setor primário é o de menor participação na economia, representando 3,2% do PIB (IBGE, 2013).

Visando analisar comparativamente a dotação de riqueza entre os 16 municípios do Estado do Amapá Costa (2016) realizou agrupamento dos dados de PIB, PIB Per capita e da participação dos setores primário, secundário e terciário no PIB dos municípios. Observou-se que os municípios foram distribuídos em cinco grupos (Figura 1). O primeiro formado pela capital Macapá; o segundo por Santana, e o terceiro por Laranjal do Jari, responsáveis por 62%, 15% e 4,48% do PIB do Estado, respectivamente. O quarto grupo foi formado pelos municípios de Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Serra do Navio, Cutias, Pracuúba e Itaúbal e o quinto grupo formado por Tartarugalzinho, Vitória do Jari, Porto Grande, Mazagão, Oiapoque e Pedra Branca. Houve forte influência dos valores do produto interno bruto sobre a formação dos grupos.

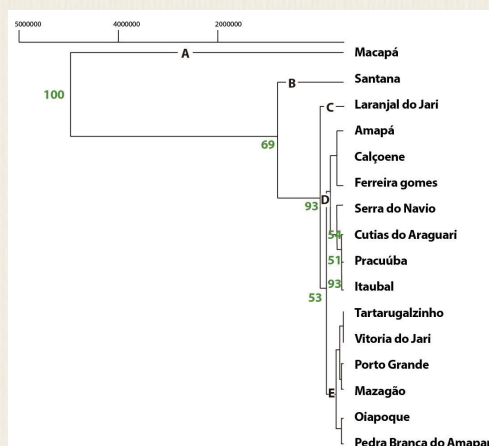


Figura 1. Distância entre os municípios do Estado do Amapá em função do PIB, do PIB Per capita, e da participação dos setores primário, secundário e terciário no PIB dos municípios. Valores de bootstrap acima de 50 são mostrados na figura. Fonte: Costa (2016).

Neste mesmo estudo a autora comparou os municípios em relação aos indicadores renda domiciliar per capita, percentual de não pobres, percentual de empregados com carteira assinada, percentual de extremamente pobres e o percentual de pobres visando compreender os efeitos do processo de desenvolvimento na qualidade de vida da população. Observou-se a formação de seis grupos (Figura 2). No grupo A agruparam os municípios que apresentam renda domiciliar per capita em torno de R\$ 500,00 e um percentual de não pobres baixo, por volta de 35%. No segundo grupo, os municípios que apresentam renda domiciliar per capita de aproximadamente R\$ 400,00, se destacando Vitória do Jari, com o número médio de 1.000 empregados com carteira assinada; no grupo C, os municípios que apresentam renda domiciliar per capita média de R\$ 300,00; no grupo D, ficou a capital Macapá, onde se observa uma renda domiciliar per capita de R\$ 800,00; no E, Laranjal do Jari e Santana, com uma renda domiciliar per capita por volta de R\$ 500,00, mas com um

percentual de não pobres em torno de 65% e no último grupo agruparam os municípios que apresentam renda domiciliar per capita entre R\$ 400,00 a R\$ 800,00 e percentual média de não pobres de 50%.

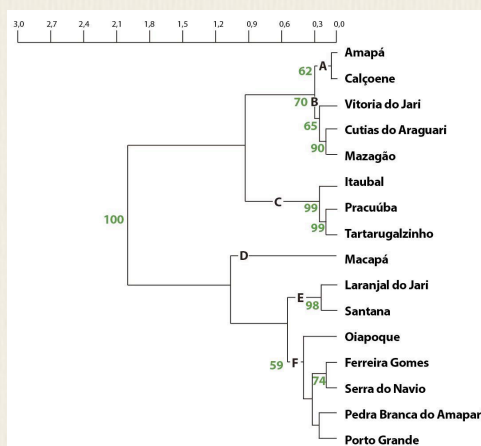


Figura 2. Distância entre os municípios do Estado do Amapá em função da renda e da pobreza, analisadas através da renda domiciliar per capita, percentual de não-pobres, percentual de empregados com carteira assinada, percentual de extremamente pobres e o percentual de pobres. Valores de bootstrap acima de 50 são mostrados na figura.
Fonte: Costa (2016).

Com base nos resultados apresentados, percebeu-se forte concentração dos fatores condicionantes ao desenvolvimento na capital Macapá e no município de Santana, bem como os melhores resultados relativos à qualidade de vida da população, dado que o município de Macapá apresenta a renda per capita mais elevada combinada com os mais alto número de empregos com carteira assinada, maior índice de não-pobres, menor índice de extremamente pobres e pobres, quando comparado com os outros municípios amapaenses (COSTA, 2016).

AGRICULTURA NO ESTADO DO AMAPÁ

Desenvolvimento rural modernamente tem sido entendido como a passagem, de determinado espaço territorial, da condição de isolamento à integração com o urbano e com os demais setores da economia e da especialização à diversificação econômica e social (KAGEYAMA, 2008). Para que ocorra esta passagem, ou o desenvolvimento rural, a autora entende que alguns fatores são imprescindíveis, como menor desigualdade do acesso à terra e à educação; presença de agricultura diversificada e de concentrações espaciais de atividades, combinadas com uma rede urbana densa e bem distribuída, além de arranjos institucionais adequados.

O Estado do Amapá possui 40 projetos de assentamentos rurais, que ocupam uma área de 2.125,329,01 (ha), o que corresponde a 14,88% da área total do Estado (INCRA, 2011; SILVA et al., 2012). Destacam-se entre os agricultores familiares as culturas anuais, especialmente a mandioca (Figura 3), o arroz, o feijão-caupi e o milho (Figura 4), que são geralmente implantadas em sistema de corte e queima da vegetação (MELO, 2017). A floresta ainda representa importante fonte de trabalho e renda para boa parte das populações locais do Amapá, por meio do extrativismo vegetal madeireiro e não-madeireiro. Destacam-se as espécies vegetais virola, pracuúba, açazeiro, castanha-do-brasil, cipó-titica, andiroba, copaíba e pracaxi. A subsistência das populações extrativas tradicionais

baseia-se na realização do extrativismo, e complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de médio e pequeno porte (PAIVA, 2009). A presença de sistemas agroflorestais é significativa, marcadamente quintais agroflorestais, associando extrativismo e agricultura (AMARAL, 2010).



Figura 3. Cultivo de mandioca, implantado em área preparada com o uso do sistema de corte e queima, com presença de restos vegetais (tocos) queimados, em uma área rural do município de Mazagão, AP. Ano de 2016.
Fonte: Melo (2017).



Figura 4. Cultivo de milho implantado em área preparada com o uso do sistema de corte e queima, em uma área de várzea no Assentamento Vila Velha do Cassiporé, município de Calçoene, AP. Ano de 2019.
Fonte: Wardsson Lustrino Borges.

Em levantamento de campo no município de Mazagão foi observado que 97% dos agricultores (136 em um total de 140) adotam o sistema de corte e queima como tecnologia para preparo da área para plantio, com predomínio de áreas de quatro tarefas (uma tarefa equivale a uma área de 25 por 25 m) (Figura 5) (MELO, 2017). Os agricultores relatam que a adoção deste é a única maneira de obter produção, dado que eles não têm acesso à mecanização das áreas. O sistema de corte e queima para preparo de área é consistentemente adotado em regiões tropicais, especialmente regiões isoladas e com baixa disponibilidade de recursos para investimento em insumos e tecnologias. Neste sistema a regeneração natural da vegetação promove acumulação de biomassa e de nutrientes que funcionam como corretivo da acidez do solo e fonte de nutrientes para as culturas após a queima. Por séculos este sistema tem sido utilizado na região Amazônica brasileira e tem permitido a obtenção de produtos diversos pelos agricultores tradicionais.

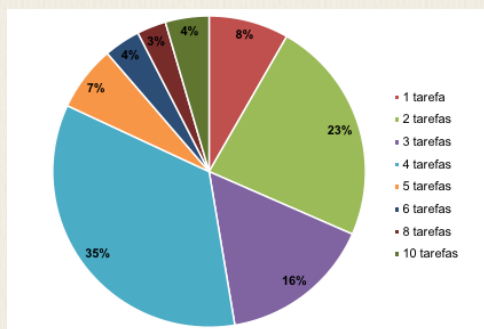


Figura 5. Distribuição percentual do tamanho das áreas preparadas, no Assentamento Piquiazal, município de Mazagão, AP, com uso da tecnologia do corte e queima.
Fonte: Melo (2017).

Com o crescimento da população e aumento da demanda por alimentos tem sido reportada a redução do período do pousio adotado pelos agricultores. O período adequado de pousio é necessário para recuperação da vegetação e manutenção da fertilidade do sistema. A redução do período de pousio e a crescente preocupação com as mudanças climáticas têm alertado para necessidade de redução do uso do fogo na agricultura. De fato, diversas tecnologias têm sido desenvolvidas visando gerar alternativas ao uso do fogo, como por exemplo, o plantio em capoeira triturada e os sistemas agroflorestais. No entanto, a necessidade de recursos financeiros para adoção tem limitado o acesso por agricultores descapitalizados.

O uso do fogo na agricultura também é reportado como sendo uma das causas de incêndios florestais, quando ocorre propagação sem controle do fogo para áreas distintas da planejada para agricultura. Em levantamento realizado também no município de Mazagão, AP, Araújo (2019) observou um total de 338 cicatrizes de queimadas, o que representou uma área total de 41.330,137 ha, entre os anos de 2013 e 2017 (Tabela 1).

Ano	Número de cicatrizes de queimadas	Área total das cicatrizes (ha)
2013	36	4.585,25
2014	92	9.136,72
2015	95	21.392,57
2016	83	3.917,55
2017	32	2.298,05

Tabela 1. Número total de cicatrizes e área (ha) queimada observadas no município de Mazagão, AP, entre os anos de 2013 e 2017.
Fonte: Araújo (2019).

Neste estudo foi possível observar incidência das queimadas tanto em áreas de unidades de conservação quanto de projetos de assentamento e maior incidência em áreas sob cobertura do tipo savana (cerrado amazônico) (Tabela 2).

Cobertura vegetal	Área queimada (ha)		
	UCs	PA	Outros
Savana	3.501,822	165,148	0,00
Campo de várzea	3,077	102,689	0,00
Floresta	50,379	26,055	68,38
Total	3555,278	293,892	68,38

Tabela 2. Área (ha) queimada observada no município de Mazagão, AP, no ano de 2016, em função do tipo de vegetação (savana, campo de várzea e floresta) e destinação de uso da terra (Unidades de conservação UCS e Projetos de Assentamento PAs).
Fonte: Araújo, 2019).

Pela espacialização (Figura 6) foi possível notar concentração das cicatrizes nas áreas do município com maior presença de assentamentos humanos o que demonstra, em certa medida, relação entre atividades antrópicas e incidência de queimadas. Pires Júnior et al. (2017) compilaram informações temporais de focos de calor com imagem de satélite para o estado do Amapá, no período de 2010 a 2015, e observaram associação entre ocorrência de focos de calor e a malha viária. Os incêndios florestais afetam os processos físico-químicos e biológicos dos solos e lançam consideráveis quantidades de fumaça e aerossóis que poluem o ar afetando a saúde das populações locais (LANDAU; GUIMARÃES, 2011).

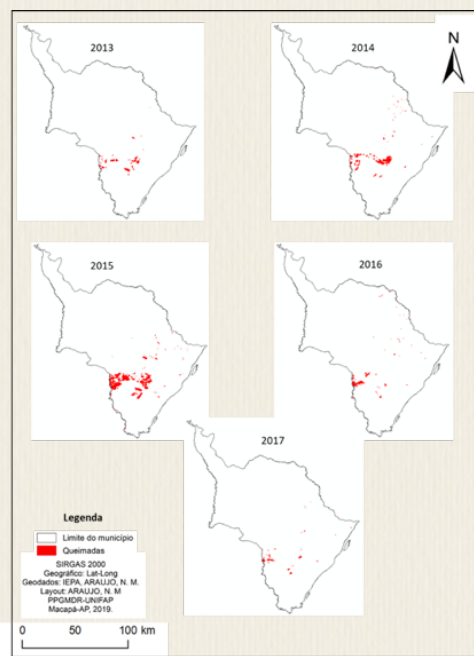


Figura 6. Espacialização das cicatrizes de queimada detectadas no período entre 2013 e 2017, no município de Mazagão, AP.
Fonte: Araújo (2019).

A produção agrícola no Amapá é de baixa escala e diversificada (LOMBA e SILVA, 2014; MARINI, 2015) e enfrenta enormes dificuldades para se conectar ao mercado consumidor. A baixa disponibilidade de recursos dos produtores para realizar investimentos em insumos e tecnologias, as condições edafoclimáticas desfavoráveis para alguns cultivos, a carência de mão de obra, as deficiências para o escoamento, comercialização e armazenamento são os fatores que mais contribuem para a elevação dos custos de produção e a baixa rentabilidade na agricultura familiar amapaense (MARINI, 2015). Políticas públicas como o acesso a crédito e acesso a mercado são de

fundamental importância para que haja o incremento na produtividade agrícola (SOUZA, 2012). De acordo com Lomba e Silva (2014) a garantia de acesso ao crédito é de suma importância, pois pode proporcionar a adoção de novas tecnologias e estruturas que proporcionem melhorias no desempenho da agricultura.

A adoção de políticas públicas voltadas para agricultores familiares foi avaliada na comunidade Vila Ressaca da Pedreira, Macapá, AP. Neste estudo o autor observou a adoção de seis políticas públicas: Assistência Técnica e Extensão Rural (ER), Programa de Produção Integrada (PPI), Programa de Aquisição de Alimento (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (PROTAF) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) (Figura 7, Figura 8) (SARAIVA, 2019).

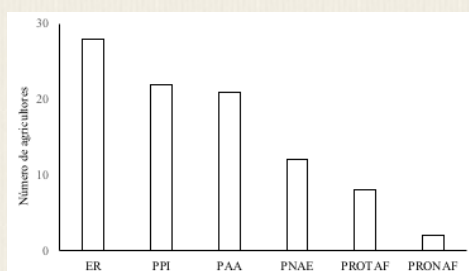


Figura 7. Número de agricultores que acessaram as políticas públicas Extensão Rural (ER), Programa de Produção Integrada (PPI), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (PROTAF) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no período de 2006 a 2018, na comunidade Vila Ressaca Pedreira, Macapá, Amapá, Brasil.
Fonte: Saraiva (2019).

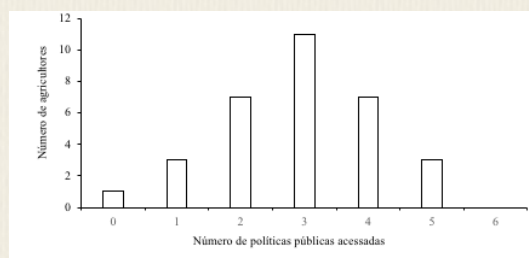


Figura 8. Relação entre o número de agricultores e o número de políticas públicas acessadas, no período de 2006 a 2018, considerando as políticas públicas Extensão Rural (ER), Programa de Produção Integrada (PPI), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Territorial da Agricultura Familiar e Floresta (PROTAF) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na Vila Ressaca Pedreira, Macapá, AP, Brasil.
Fonte: Saraiva (2019).

Curiosamente o PRONAF, principal política pública criada nos últimos 30 anos, e grande responsável pela melhoria da qualidade de vida da população rural brasileira (GRISA e SCHNEIDER, 2014; NIEDERLE et al., 2019) foi pouco acessada pelos agricultores na vila Ressaca da Pedreira. Apenas, 6,25% das famílias recorreram a esta ferramenta de crédito. Além disso, não se constatou quaisquer outras modalidades de política pública relacionada a crédito entre os agricultores que responderam a esta pesquisa de campo. A desconfiança e o receio de contrair dívidas foram apontados como os principais responsáveis pelos baixos índices de acessos ao Pronaf, em estudo realizado com agricultores familiares no chamado “circuito das frutas” no Estado de São Paulo (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2014) e foram causas também apontadas pelos agricultores da Vila Ressaca da Pedreira, Macapá, AP.

Schneider et al. (2004) afirmam que os juros praticados no PRONAF são geralmente abaixo da inflação observada no Brasil, o que de fato, acaba por facilitar o interesse pelos recursos disponibilizados para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Ainda segundo estes autores a aquisição de equipamentos, construção e manutenção de instalações, além da melhoria das atividades com recursos de custeio são os principais motivos pelas buscas das linhas de créditos do PRONAF.

Dentre os 32 agricultores entrevistados, 97% dos agricultores acessaram ao menos uma política pública, nenhuma família acessou todas as seis políticas públicas encontradas e 34% das famílias acessaram três políticas públicas (Figura 8) (SARAIVA, 2019). Este dado evidencia baixo nível de integração entre as políticas, potencial indicador da baixa interação entre as instituições executoras e provavelmente causa da dispersão de efeitos das políticas e baixo reflexo destas sobre a qualidade de vida dos agricultores da comunidade. A promoção de mercados institucionais como forma de superação da dificuldade de acesso à mercados por agricultores familiares é uma ferramenta indispensável na promoção do desenvolvimento rural local, pois tem promovido geração de emprego e renda e movimentação econômica dos assistidos (ELIAS et al., 2019). O PAA e o PNAE têm sido considerados ferramentas relevantes para a promoção do desenvolvimento rural e da melhoria da qualidade de vidas das populações rurais (CAMARGO et al., 2013; CAZELLA et al., 2016).

PERSPECTIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO AMAPÁ

A associação da agricultura familiar ao desenvolvimento possui precedentes empíricos (KAGEYAMA, 2008), como exemplos de sucesso dessa associação pode-se citar os casos da industrialização difusa na Itália, no meio-oeste dos Estados Unidos e na região Sul do Brasil. Visando analisar comparativamente a presença da agricultura familiar como indicador de desenvolvimento entre os municípios do Estado do Amapá Costa (2016) considerou a existência do órgão de assistência técnica e extensão rural pública, a quantidade de técnicos nesse órgão para atender os agricultores, a quantidade e a área média dos estabelecimentos agropecuários. Foi possível observar a formação de quatro distintos grupos (Figura 9).

No primeiro grupo (A), estão os municípios de Macapá e Porto Grande. Neste, a quantidade de estabelecimentos agropecuários ficou acima de 400 unidades e a área média dos estabelecimentos agropecuários variou entre 170 e 300 ha. No grupo B, formado por Cutias do Araguari, a área média dos estabelecimentos agropecuários está acima de 1.400 ha. Certamente, isso pode ser explicado por causa do seu histórico de criação extensiva de búfalos e bovinos, que é uma atividade que necessita de áreas maiores. Nos municípios que formaram o grupo C, o tamanho dos estabelecimentos agropecuários variou entre 300 e 500 ha e o número de técnicos do órgão de extensão rural disponíveis para atender os agricultores variou entre quatro e cinco pessoas. No grupo D ficaram agrupados os municípios que possuem estabelecimentos agropecuários com área média abaixo de 170 ha, exceto Santana, que possui área média dos estabelecimentos igual a 190 ha, mas se distingue do grupo A, pelo seu baixo número de estabelecimentos agropecuários.

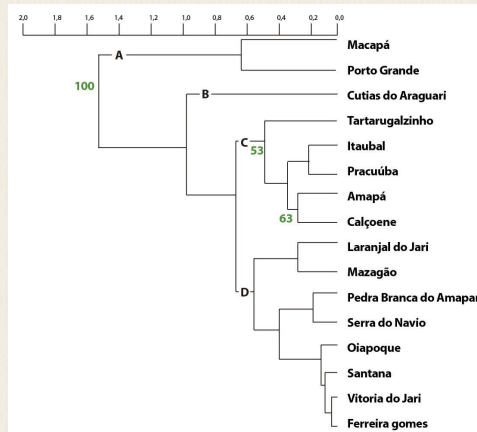


Figura 9. Distância entre os municípios amapaenses em função de indicadores relacionados à presença da agricultura familiar, analisada em razão da área média dos estabelecimentos agropecuários (em ha), a quantidade desses, a presença do órgão de extensão rural e assistência técnica no município e a quantidade de técnicos nesse órgão para atender os agricultores. Valores de bootstrap acima de 50 são mostrados na figura.
Fonte: Costa (2016).

Segundo Caporal e Ramos (2006) o número ideal de famílias atendidas por técnicos extensionistas é de 100 para cada técnico, porém, esse número deve ser adequado para cada realidade de acordo com a distância das propriedades e condições de trabalho de cada lugar. No Amapá, o número de famílias atendidas ficou abaixo de 100 famílias por técnico extensionista em 13 municípios, ultrapassando este valor nos municípios de Calçoene, Tartarugalzinho e Porto Grande com 195, 218 e 144 famílias por técnico, respectivamente. Os municípios de Macapá e Porto Grande são reconhecidos como sendo municípios com uma agricultura diversificada e com nichos de maior produtividade de rentabilidade. Os produtores de Porto Grande, apesar de ainda enfrentarem dificuldades para comercialização, estão conseguindo acessar os mercados de Macapá e de Santana, que são as duas maiores cidades do estado e onde se observa maior consumo e consumidores com poder aquisitivo mais elevado.

Em estudo realizado no Estado do Amapá Pedrada (2018) entrevistou 384 consumidores em feiras livres de Macapá (308) e Santana (76) e observou que 86% dos consumidores entrevistados possuem conhecimento sobre o que são produtos orgânicos e quais são seus benefícios. Neste estudo, a autora observou também que 88,3% dos consumidores estão dispostos a pagar um sobre-valor, ou valor agregado, em média de 191% para as hortaliças pesquisados, para adquirir alimentos orgânicos certificados. O estudo evidenciou relação entre renda do consumidor, frequência de compra e disposição a pagar por produtos orgânicos certificados (Figura 10, Figura 11). De acordo com Rocha et al. (2010) no Brasil o consumo está condicionado às condições socioeconômicas e culturais da população, em especial com à elevação da renda da população.

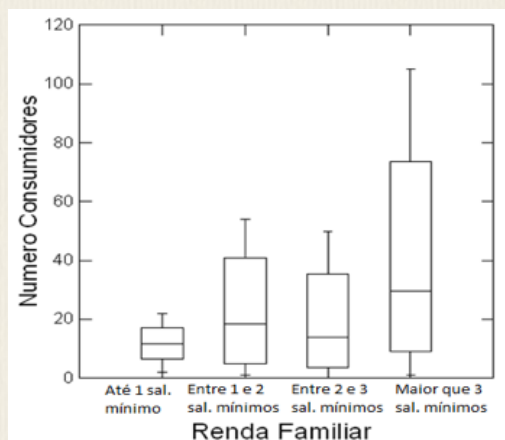


Figura 10. Relação entre Renda familiar e frequência do consumidor às feiras do produtor de Macapá e Santana, AP em 2017. Fonte: Pedrada (2018).

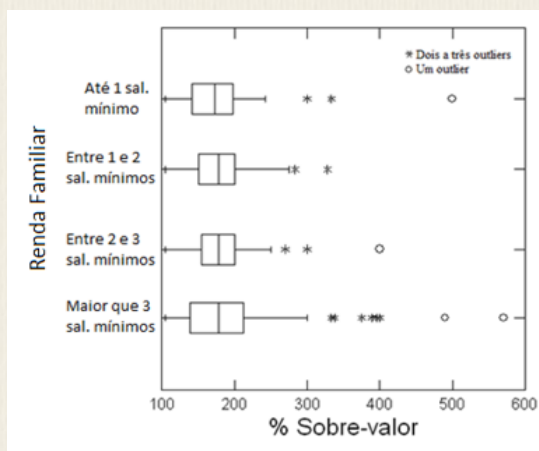


Figura 11. Relação entre disponibilidade de pagamento de sobre-valor e Renda Familiar dos consumidores que frequentam as feiras do produtor de Macapá e Santana, AP em 2017. Fonte: Pedrada (2018).

Os resultados alcançados no estudo de Pedrada (2018) evidenciam a possibilidade de acesso a valores melhores por produtos agrícolas, desde que certificados como orgânicos nos principais mercados do Estado do Amapá. A produção de produtos de elevado valor agregado como produtos orgânicos, azeites, castanhas, nozes, palmito, café, etc; foco em atividades que demanda mão de obra e de difícil mecanização como hortaliças, frutas, produtos verdes; atendimento a nichos de mercado especializados como produtos caipiras e artesanais, bem como a agregação de valor por meio da agroindustrialização produzindo doces, geleias, etc, são de significativa importância para aumento da renda da agricultura familiar. A agregação de valor a maniçoba, que é um prato cultural típico da região Norte do Brasil produzido com as folhas da mandioca, pôde ser observada no Estado do Amapá em estudo realizado por Araújo (2021) (Figura 12).



Figura 12. Agregação de valor observado ao longo da cadeia produtiva da maniçoba no Estado do Amapá. Fonte: Araújo (2021).

Neste estudo a autora observou que entre o produto colhido pelo agricultor (folha da mandioca) para produção da maniçoba e o prato comercializado nos restaurantes há uma variação de preços máximos entre R\$ 3,00 e até R\$ 40,00 e diversas são as etapas que o produtor pode praticar para alcançar melhores preços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar no Brasil sempre foi considerada um segmento marginal e de pequena importância para os interesses de uma sociedade capitalista que encarava a chamada grande agricultura, a monocultura (café, cana-de-açúcar, soja) como atividade econômica de destaque e foco dos benefícios das políticas públicas. No entanto, este modelo de produção industrial agrícola fomenta o crescimento econômico do país, contribuindo significativamente para o crescimento do produto interno bruto, mas ao contrário da agricultura familiar gera pouco emprego e pouco colabora para a produção de alimentos básicos deixando a sociedade à mercê da comercialização com altos preços.

O surgimento de uma sociedade mais democrática, a partir do início dos anos 90, fortaleceu a organização da agricultura familiar e de outros segmentos sociais, antes considerados incapazes. Suas organizações se mobilizaram na luta por direitos sociais, antes considerados proibidos e, segundo o censo agropecuário a agricultura familiar é responsável pelo fornecimento de 87% de toda produção de mandioca no Brasil, 70% da produção de feijão e 46% da produção do milho. Segundo o Instituto Giramundo Mutuando (2009) a agricultura familiar é um importante alicerce da sociedade, por ser responsável pela produção dos alimentos básicos que a população consome e por manter no campo uma parcela importante de pessoas sendo capaz de promover a biodiversidade, a agrobiodiversidade e ainda promover sistemas complexos que são sistemas de produção agrícola que combinam diversos elementos, como por exemplo os policultivos e os sistemas agroflorestais.

A agricultura familiar está sendo redesenhada pelos próprios autores sociais desta modalidade agrícola no desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Atualmente,

os agricultores familiares são vistos como mediadores entre o desenvolvimento econômico e o uso dos recursos naturais. Por fim, mecanismos que promovam inovação social e produtiva bem como ferramentas de apoio à tomada de decisões são necessários para promoção do desenvolvimento da agricultura familiar no Estado do Amapá.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)**. 2010. 344 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ARAÚJO, D. S. **Mapeamento dos atores da cadeia produtiva e circuitos de comercialização da maniçoba no Estado do Amapá**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá.

ARAÚJO, N. M. **Avaliação de cicatrizes de queimada no município de Mazagão - AP**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

CAMARGO, R.A. L.; et al. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Temas de Administração Pública**, v. 8, n. 2, 2013

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. de F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Brasília. 2006.

CAZELLA, A. A.; et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, [S.L.], v. 15, p. 49, 14 mar. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p49>.

COSTA, J. S. S. **Avaliação do grau de desenvolvimento dos municípios amapaenses**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá.

ELIAS, L.P.; et al. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 215-233, 2019.

ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o pronaf nos municípios do circuito das frutas-sp. **Extensão Rural**, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 9-35, 22 mar. 2015. Universidad Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/2318179614539>.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, Brasília, p. 125-146. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contas Nacionais. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO GIRAMUNDO MUTUANDO. Programa de Extensão Rural Agroecológica - PROGERA. **Agricultura Familiar**/CANUTO, J. C. e CARMO, M. S. Botucatu/SP: Giramundo, 2009.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Sistema de informação e projetos de reforma agrária**. Macapá, 2011.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

LANDAU, E. C.; GUIMARÃES, D. P. Análise comparativa entre modelos digitais de elevação ASTER, SRTM e TOPODATA. In: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SRTM. **Anais...**, XV, Curitiba, PR, 2011.

LOMBA, R. M.; SILVA, I. C. O crédito rural na agricultura familiar no Estado do Amapá-Brasil. **Informe Gepec**, Toledo, v. 18, n. 2, p. 20-36, jul./dez. 2014.

MATTEI, L.; CAZELLA, A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

MARINI, J. A. Principais produções agrícolas dos estabelecimentos familiares do Estado do Amapá. **Boletim Técnico Científico**, Macapá: Embrapa Amapá, 2015.

MELO, C. O.; PARRÉ, J. L. Índice de desenvolvimento rural dos municípios paranaenses: determinantes e hierarquização. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 329-365, jun. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032007000200005>.

MELO, L. P. **Avaliação da adoção e impactos do sistema de agricultura com uso de corte e queima no município de Mazagão**. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

NIEDERLE, P.; *et al.* Narrative Disputes over Family-Farming Public Policies in Brazil: conservative attacks and restricted countermovements. **Latin American Research Review**, [S.L.], v. 54, n. 3, p. 707-720, 2019. Latin American Studies Association. <http://dx.doi.org/10.25222/larr.366>.

SARAIVA, O. N. **Políticas públicas e agricultura familiar: estudo de caso da comunidade Vila Ressaca da Pedreira, Macapá, Amapá**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2019.

SILVA, J. M. N.; *et al.* Greenhouse gas emissions from shifting cultivation in the tropics, including uncertainty and sensitivity analysis. **Journal of Geophysical Research**, v. 116, p. 1-21, 2012.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: editora Atlas S.A, 2012.

PAIVA, M. P. V. **A coleta intensiva e a agricultura itinerante são ameaças para os castanhais da reserva extrativista do Rio Cajari**. 86 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.

PEDRADA, A. K. L. **Viabilidade econômica de concessão do selo orgânico na comercialização de hortaliças do agricultor familiar do Amapá**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Federal do Amapá.

ROCHA, H. C.; *et al.* Perfil socioeconômico dos feirantes e consumidores da Feira do Produtor de Passo Fundo, RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.40, n.12, p.2593-2597, dez, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Guarulhos: Companhia das Letras, 2000.



INTRODUÇÃO

Desde antes da descoberta, pelos portugueses, das chamadas “drogas do sertão”, o cultivo de algumas espécies e o aproveitamento dos produtos da floresta como os frutos, as folhas, as fibras, as raízes, as sementes, os óleos, as ceras e as gomas, caracterizavam a relação de identidade dos habitantes com esses produtos que são utilizados como alimentos, medicamentos, cosméticos, artesanatos, adubos, energia, dentre outras finalidades. Ou seja, o modo de vida intimamente relacionado com a floresta, refletindo na forma de existir do caboclo da Amazônia.

Em meados do século passado, o governo federal executou uma série de políticas públicas na Amazônia, denominada “Operação Amazônia”, cujo objetivo central era atender as crescentes demandas do capital nacional e internacional, especialmente em razão da ampliação da base industrial, no auge dos Anos Dourados do sistema capitalista.

A economia direcionou-se para a exploração de minérios, madeira, insumos voltados para complementariedade da indústria nacional e internacional. E a produção de carnes, peixes, frutas e outros produtos regionais.

Além da diversificação da matriz econômica e o crescimento do PIB regional, sabe-se que a execução dessas políticas foi responsável pela geração de conflitos no campo, problemas sociais e devastação ambiental da região sem precedentes.

As políticas ambientais direcionadas para a Amazônia, principalmente a partir da década de 1990, caracterizavam por priorizar a criação de áreas com algum tipo de proteção legal, como as unidades de conservação e as terras indígenas, deixando questões como a necessidade de atuação sobre a base econômica em segundo plano.

Passados meio século de intensas atividades econômicas, observa-se que algumas cadeias produtivas convencionais se encontram consolidadas na região, como por exemplo: as indústrias mineral, madeireira, pecuária e a agricultura empresarial de larga escala para produção de grãos, representando o perfil da balança comercial dos estados amazônicos, a geração de divisas e a arrecadação de tributos. Desta forma, parcela considerável das receitas regionais são provenientes de tais atividades.

Entretanto, a região ostenta baixos indicadores sociais e econômicos e uma performance muito negativa com relação à preservação dos estoques de seus recursos naturais.

Nesse contexto, emerge a discussão sobre a necessidade de se induzir atividades econômicas compatíveis com a preservação da floresta, capazes de gerar trabalho e renda para a população. A bioeconomia apresenta-se como a alternativa convergente a essas urgentes demandas regionais, posto que o objetivo é estimular atividades econômicas que levem em conta a conservação da rica biodiversidade regional com inclusão social.

Embora se tenha no horizonte a existência de um conjunto de entraves que obstaculizam o desenvolvimento dessas cadeias produtivas, importa identificá-los como forma de contribuir para aperfeiçoar o entendimento sobre quais políticas públicas podem vir a ter possibilidade de destravá-las.

Em 2021, pela primeira vez o Fórum Mundial de Bioeconomia foi realizado fora da Finlândia. A organização do evento decidiu realizar o Fórum na Amazônia, na cidade de Belém, no Pará.

Este é um movimento rico em significados, uma manifestação da importância que as instâncias de discussão, as entidades, instituições, poder público, empresas e demais segmentos da sociedade passaram a direcionar para a agenda da bioeconomia na região.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada a partir das informações constantes em artigos científicos, teses de doutorado, dissertações de mestrado, informativos e livros. Documentos oficiais, portarias, decretos, matérias jornalísticas e demais informações obtidas em grupos de debates.

Entrevistas com interlocutores-chave foram realizadas para a compreensão do estágio de desenvolvimento econômico dos produtos analisados, os entraves existentes e os cenários em perspectiva.

Optou-se por selecionar algumas cadeias produtivas da sociobiodiversidade que bem representassem a bioeconomia dos produtos oriundos da floresta, da piscicultura e da agricultura familiar regional. Tal decisão deve-se ao fato de que, ao contrário das cadeias produtivas convencionais, as cadeias produtivas da sociobiodiversidade aparentam apresentar maior dificuldade de desenvolvimento. Foi considerado os sistemas de produção para o agrupamento das cadeias produtivas. Nessa direção elegeu-se as seguintes cadeias produtivas: 1) Do extrativismo: *acaí de várzea, castanha-do-brasil, pirarucu, fitoterápicos (óleos naturais)*; 2) Do cultivo: *cupuaçu, cacau, farinha de mandioca e açaí de terra firme*.

A partir da escolha das cadeias produtivas definiu-se como critério de análise para identificação dos entraves, os fatores de produção considerados pela ciência econômica, quais sejam: *terra, capital, trabalho, tecnologia, empreendedorismo e institucionalidade*.

Os fatores de produção são os elementos que viabilizam a produção. Originalmente a ciência econômica definia apenas três os fatores de produção, quais sejam: terra, capital e trabalho. Posteriormente incorporou mais três fatores que são: tecnologia, empreendedorismo e institucionalidade.

Neste sentido o fator de produção *terra* compreende os recursos naturais renováveis ou não. O fator de produção *capital* corresponde aos investimentos, máquinas, instalações prediais e infraestrutura. O fator de produção *trabalho* diz respeito à força de trabalho disponível. O fator de produção *tecnologia* representa o conjunto de procedimentos utilizados no processo produtivo. O fator de produção *empreendedorismo* compreende a habilidade de reunir os fatores de produção para a consecução ótima dos objetivos. E o fator de produção *institucionalidade* são as regras do jogo. A teia de legislações, regulamentos, normas e demais dispositivos que mediam o processo produtivo.

Estabeleceu-se uma escala gradativa de dimensão para os entraves, compreendendo os seguintes estágios: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

Observa-se que os níveis de escala atribuídos não correspondem à quantidade de entraves que compõem um determinado fator de produção, mas à magnitude do entrave e ao nível de obstáculos existentes para o seu equacionamento, como por exemplo, o fator de produção *capital* que diz respeito, dentre outras variáveis, a infraestrutura de transporte, energia e conectividade. Este entrave pode ser considerado muito alto, posto que as grandes

distâncias geográficas, as questões fundiárias, as questões ambientais e as restrições orçamentárias, representam os obstáculos a serem transpostos para ampliação da infraestrutura que suporta o processo de produção na Amazônia.

A análise foi realizada para cada cadeia individualmente.

A IMPORTÂNCIA SOCIOECONÔMICA DAS CADEIAS PRODUTIVAS DOS PRODUTOS DA BIOECONOMIA PARA A AMAZÔNIA

Será feita uma breve consideração sobre a importância das cadeias produtivas dos produtos amazônicos oriundos da floresta, da piscicultura e da agricultura familiar, alguns dos mais representativos produtos do cotidiano amazônico e que ganham espaço nos mercados externos à região.

As cadeias produtivas do *açai de várzea* e do *açai de terra firme* são importantes, uma vez que o consumo do produto é um hábito muito arraigado na população que pode ser considerado como um dos seus mais característicos alimentos. A ingestão do produto é diária e a sua venda se dá por . de pequenos estabelecimentos comerciais conhecidos como “batedeiras de açai” ou “amassadeiras de açai”, que proliferam em diversos bairros das cidades da Amazônia. Registra-se um grande número de pessoas envolvidas nas cadeias produtivas do açai, que compreende a coleta, o transporte e o processamento dos frutos do açazeiro. As cadeias produtivas do *açai de várzea* e do *açai de terra firme* serão analisadas separadamente, uma vez que o sistema de produção influencia na dinâmica dos fatores de produção.

Destacam-se as fábricas de polpa de açai que se instalaram mais intensamente na região a partir da década de 2000, redefinindo o mercado e dando visibilidade internacional ao produto.

A *castanha-do-brasil* é um produto ligado ao histórico de poder político, constituição das oligarquias regionais e ocupação produtiva de áreas amazônicas. A castanha-do-brasil é coletada pelos extrativistas que vivem no interior da floresta necessitando, para tanto, percorrer grandes distâncias para obter os ouriços. É uma atividade insalubre desempenhada em jornadas extenuantes de trabalho, uma vez que os castanheiros chegam a ficar várias semanas na floresta. De uma forma geral, vendem sua produção aos atravessadores que revendem às indústrias de beneficiamento de castanha.

Algumas cooperativas de extrativistas vem se fortalecendo enquanto o elo industrial da cadeia produtiva, colocando no mercado produtos de qualidade e preços competitivos. E distribuindo de maneira menos desigual os ganhos com o comércio dos produtos da castanha, que não é utilizada somente para fins alimentícios, mas também como produto fitoterápico e fitocosmético.

O *pirarucu* é um peixe nativo da bacia amazônica e apresenta enorme potencial para a piscicultura devido à sua rusticidade, crescimento acelerado - alcançando de 7 a 10 quilos em um ano (Pedroza Filho *et alli*, 2016). O peixe chega a medir até três metros e pesar 200 quilos. A pesca do pirarucu é proibida pelos órgãos ambientais e a sua captura e comercialização só é permitida se for oriundo de áreas de manejo autorizadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Além da carne saborosa do peixe, é possível utilizar o couro para a fabricação de bolsas, cintos e outros acessórios, a língua é utilizada como artesanato e as escamas como lixa de unha. A atividade de manejo requer autorização ambiental e investimentos para a construção de tanques e a manutenção dos viveiros.

Cadeia produtiva característica dos produtos da floresta amazônica são os *fitoterápicos (óleos naturais)* que historicamente são utilizados para tratar as enfermidades da população regional, ou ainda, são utilizados para fins estéticos.

Não existem farmácias na floresta, ou melhor, a floresta é a farmácia a céu aberto e as comunidades tratam as suas doenças e indisposições com produtos como a andiroba, a copaíba e o pracaxi, os quais conquistam cada vez mais os mercados nacionais, em razão de suas conhecidas propriedades terapêuticas.

Os diversos usos dos produtos naturais passaram a servir para a transformação da biodiversidade em negócios lucrativos que ultrapassam as fronteiras regionais.

A procura pelos óleos, as raízes, sementes e frutos experimenta um aumento de demanda consistente à medida em que os produtos regionais ganham àqueles mercados. Algumas das grandes empresas de perfumaria, cosméticos e produtos de higiene já incorporaram em seus portfólios produtos que contêm insumos da biodiversidade amazônica.

O *cupuaçu* é uma planta nativa da Amazônia, de sabor e aroma singulares. A comercialização da polpa do fruto ocupa lugar consolidado no mercado regional. As amêndoas podem ter finalidade semelhante às amêndoas do cacau, contudo, são comumente descartadas durante o processo agroindustrial.

Vendido “in natura” em feiras livres, mercantis e supermercados. O aumento da demanda do produto está relacionado com a ampliação do mercado nacional e internacional. A medida em que os produtos provenientes da biodiversidade amazônica ganham mercado extrarregional, aumenta a demanda deste fruto.

Utilizado para o preparo de sucos, sorvetes, doces, bombons e outros fins culinários, mas também como fitoterápico e fitocosmético. É cultivado em pequenas e médias propriedades, realizado tanto pela agricultura familiar como também pelos médios produtores rurais. Seu cultivo exige cuidados durante todos os meses do ano, demandando a ocupação da força de trabalho rural, assim como também ações de assistência técnica e extensão rural.

Outra importante cadeia produtiva da bioeconomia regional é a da produção de *cacau*. Planta nativa da Amazônia, que chegou a ser o principal produto de exportação no início do século XVIII, perdendo espaço no comércio internacional para produções da África. Até o final dos anos 1960 não havia plantio racional de cacau na Amazônia, em que pese o fato de ter havido esforço dos jesuítas no período colonial. O estado do Pará é, na atualidade, o maior produtor nacional de cacau, mas também se registra, na região, consideráveis produções nos estados do Amazonas e Rondônia e investimentos públicos para consolidação da produção no Amapá.

A produção de cacau na Amazônia encontra-se em expansão devido principalmente ao aumento da demanda mundial. Proliferam, mais recentemente, pela região pequenas e médias indústrias de chocolates verticalizando a produção e ampliando a geração de postos de trabalho no decorrer de toda a cadeia produtiva.

Inclusive iniciativas que associam o turismo ecológico à visitação à produção de chocolates em comunidades localizadas no interior da região, conformando modalidades de arranjos produtivos locais associados a outras atividades econômicas.

A *mandioca* possui múltiplos usos para fins alimentícios como as folhas de maniva, o caldo de tucupi, a goma, a própria raiz cozida, assim como também a farinha, produto integrante da dieta cotidiana dos amazônidas.

A produção de farinha de mandioca ocorre em todos os estados da região, mobilizando uma considerável força de trabalho de homens e mulheres, que se ocupam do cultivo da mandioca e a produção de farinha. É muito comum a existência de casas de farinha nas propriedades das comunidades rurais, cuja produção destina-se precipuamente à subsistência das famílias dos agricultores, sendo que o excedente pode vir a ser comercializado.

Apesar do fato de ser cultivada em todos os estados da região, a produtividade da mandioca é baixa, uma média aproximada de três toneladas por hectare, quando comparada à produção de outros estados brasileiros como o Paraná, que produz 25 toneladas de mandioca por hectare.

REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Os primeiros esforços teóricos sobre bioeconomia possivelmente se encontrem nas manifestações de Georgescu-Roegen que, na década de 1970, sugeriu uma economia com fundamento na ecologia, posto que era preciso considerar nos processos produtivos, os limites da natureza. Entretanto, foi a partir da primeira década do século XXI que o assunto foi incorporado à agenda das políticas de sustentabilidade no mundo.

A realização da Conferência das Nações Unidas, a Rio + 20 constitui-se em um marco temporal importante, destacando a economia verde como paradigma que deveria nortear a busca pela sustentabilidade. Ou seja, o foco nas atividades econômicas alicerçadas com o compromisso de responsabilidade ecossistêmica e a manutenção dos estoques de recursos naturais. A Rio + 20 representa a ação institucional de esverdeamento das atividades econômicas.

Ainda que um longo caminho precise ser percorrido nesta direção, destaca-se a importância seminal da Conferência para a introdução do assunto na estrutura de governança mundial. Durante todo esse período, observa-se um lento, mas permanente movimento no sentido de conciliação das atividades econômicas com a manutenção da base biológica do planeta. Assim, propostas de mercados verdes, transição para uma economia de baixo carbono, circularidade da economia e bioeconomia assumem destaque nos compromissos institucionais e de segmentos dos setores financeiro e produtivo.

Esse conjunto de expressões indica a ruptura do paradigma da economia fossilizada para a incorporação da sustentabilidade aos processos produtivos. As relações econômicas concebíveis doravante tenderão a serem norteadas pelas considerações ambientais.

A Comissão Europeia destaca bioeconomia em um caráter estrito de circularidade, para quem a produção de recursos biológicos renováveis e a conversão desses recursos e seus resíduos em produtos de maior valor adicionado como alimentos, rações, produtos de base biológica e bioenergia (CE, 2012).

Para a FAO, bioeconomia é a produção, utilização e conservação de recursos biológicos, incluindo conhecimento, ciência, tecnologia e inovação para disponibilizar informação, produtos, processos e serviços para todos os setores econômicos que buscam uma economia sustentável (Global Bioeconomy Summit Communiqué, 2020).

Bioeconomia é definida como a transição da indústria global para a utilização sustentável de biomassa aquática e terrestre como recurso energético, bens intermediários e finais para a promoção de benefícios econômicos, ambientais, sociais e de segurança nacional (DOE *et al*, 2016). Para o Bioeconomy Council a expressão corresponde a produção baseada no conhecimento e uso de recursos naturais para fornecer produtos, processos e serviços dentro de um sistema de produção sustentável.

Essas definições e tantas outras disponíveis apontam para a necessidade de inflexão dos processos de produção inaugurados com a Revolução Industrial.

Nesta nova propositura, a Amazônia se insere qualificadamente na arquitetura de um projeto de bioeconomia nacional e global.

O governo federal lançou o Programa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade com o objetivo geral de promover a articulação de parcerias entre o poder público, pequenos agricultores, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais e seus empreendimentos e o setor empresarial (BRASIL (a), 2019).

A seguir, expediu também a Portaria nº 3.877, de 9 de outubro de 2020, que instituiu, no âmbito da Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Programa de Cadeias Produtivas da Bioeconomia MCTI, com o objetivo de fomentar pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e a inovação para promover e agregar valor as cadeias da biodiversidade brasileira (BRASIL (b), 2019). De acordo com a Portaria, poderão ser incluídas as cadeias produtivas de culturas não originárias da biodiversidade brasileira, desde que apresentem

importância socioeconômica. Entretanto, a Portaria objetiva principalmente fomentar as cadeias produtivas de culturas originárias da biodiversidade brasileira.

Importante Nota Técnica do governo do estado do Amazonas estabeleceu diretrizes que representam um marco teórico de suma importância para a compreensão da abrangência do conceito de bioeconomia, classificando em três grandes grupos: 1) a bioeconomia da sociobiodiversidade¹; 2) a bioeconomia de base florestal² e 3) a bioeconomia de *commodities*³. A Nota Técnica do Amazonas incorpora as cadeias convencionais no contexto da bioeconomia ampliando o alcance da compreensão conceitual, o que ainda não havia sido realizado pelas concepções anteriores.

As cadeias produtivas em análise neste trabalho, podem ser classificadas majoritariamente como cadeias da bioeconomia da sociobiodiversidade. Se bem que, de acordo com a Nota Técnica produtos como o açaí podem ser classificados em qualquer um dos três grupos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já destacado, por razões metodológicas, as cadeias produtivas da bioeconomia são analisadas, neste trabalho, a partir dos possíveis entraves existentes no desempenho dos seis fatores de produção.

A Tabela 1 apresenta os produtos, bem como a escala de entraves atribuídos para cada fator de produção correspondente.

Tabela 1 – Nível de entraves dos produtos da bioeconomia amazônica com os fatores de produção

Sistema de Produção	Produto	Fatores de Produção					
		Terra	Capital	Trabalho	Tecnologia	Empreendedorismo	Institucionalidade
Extrativismo (Coleta e Manejo Sustentável)	Açaí de Várzea	muito baixo	muito alto	médio	médio	médio	médio
	Castanha do Brasil	médio	muito alto	muito alto	muito alto	muito alto	muito alto
	Pirarucu	baixo	muito alto	baixo	muito alto	médio	muito alto
	Fitoterápicos/Óleos Naturais	baixo	muito alto	médio	muito alto	médio	muito alto
Cultivo	Cupuaçu	baixo	muito alto	médio	muito alto	médio	muito alto
	Cacau	baixo	muito alto	médio	muito alto	médio	médio
	Farinha de mandioca	muito baixo	muito alto	baixo	muito alto	médio	médio
	Açaí de Terra Firme	baixo	muito alto	médio	muito alto	médio	médio

Fonte: Elaboração própria.

Com esses resultados, objetiva-se, a seguir, demonstrar as razões que concorreram para a atribuição da pontuação para cada fator de produção das cadeias analisadas.

¹ A matéria-prima provém da coleta/extrativismo e do cultivo no âmbito da agricultura familiar tradicional (AMAZONAS, 2021).

² A exploração dos recursos se dá a partir do manejo intensivo de determinadas espécies (AMAZONAS, 2021).

³ Deve ser tratada em duas vertentes: a do agronegócio e a da biotecnologia. O uso dos recursos dentro da rede de conhecimento produtivo adota um foco mais industrial e empresarial (AMAZONAS, 2021).

PRODUTOS DE ORIGEM EXTRATIVISTA

Para a cadeia produtiva do *açai nativo do ecossistema de várzea*, os entraves são considerados relativamente baixos, quando comparado aos demais produtos em análise, conforme se pode observar: Terra (muito baixo): além dos grandes maciços de açaiuais nativos existentes na região, o açai também pode ser cultivado, inclusive em áreas degradadas; Capital (muito alto): reduzidos investimentos em áreas de produção, manejo e extração dos frutos, precariedade das embarcações que transportam os frutos, precariedade na infraestrutura de transporte, energia e conectividade; Trabalho (médio): a atividade extrativa envolve um grande número de trabalhadores ribeirinhos e urbanos, entretanto, a informalidade característica da atividade representa o afastamento do trabalhador da possibilidade de assegurar os direitos; Tecnologia (médio): destaca-se a insuficiência dos programas de boas práticas para o manuseio dos frutos; ausência de tecnologia que atenda à necessidade de coleta dos frutos com menor risco de vida da força de trabalho; Empreendedorismo (médio): a comercialização dos frutos é a atividade empreendedora da identidade dos ribeirinhos, ainda que exista uma noção insuficiente sobre a gestão do empreendimento; Institucionalidade (médio): em razão da necessidade de políticas públicas voltadas para a atividade extrativa, baixos indicadores de cooperativismo e associativismo e a informalidade que é característica da atividade.

A comercialização dos produtos da cadeia produtiva da *castanha do brasil* apresenta importantes entraves em cinco fatores de produção, destacados a seguir: Terra (médio): o custo da terra, em alguns casos, inexistente, posto que parcela considerável desta atividade é desenvolvida em reservas extrativistas. Entretanto, destaca-se enquanto entrave, a dificuldade de acesso aos castanhais nativos; Capital (muito alto): evidencia-se a necessidade de recursos para custear a extração da castanha, ausência de investimentos em áreas de plantio, precariedade na logística de armazenamento na floresta e nas comunidades, assim como também a carência na infraestrutura de transportes, energia e conectividade; Trabalho (muito alto): insalubridade no trabalho (quedas de ouriços, mordida de cobra, picadas de insetos), jornadas de trabalho extenuantes, ausência de capacitação dos extrativistas sobre manejo e produção; Tecnologia (muito alto): reduzidas práticas de manejo das castanheiras e carência de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação; Empreendedorismo (muito alto): os atravessadores centralizam a comercialização e estabelecem uma relação de dependência e forte subordinação, uma vez que adiantam os recursos para grande parte dos coletores, mantendo exclusividade sobre a produção; Institucionalidade (muito alto): ausência do estado em relação à fiscalização da comercialização da castanha, bem como reduzidas ações de assistência técnica e extensão rural, além de irregularidades fundiárias em algumas áreas de produção.

A produção de *pirarucu* é uma das importantes cadeias da bioeconomia da Amazônia e que enfrenta entraves significativos, de acordo com as considerações seguintes: Terra (baixo): registra-se a necessidade de delimitação de áreas com potenciais de manejo do pirarucu nativo, que envolve sempre áreas protegidas de uso sustentável, enquanto para produção em cativeiro utiliza-se tanques escavados que requisitam relativamente pequenas áreas; Capital (muito alto): destaca-se a necessidade de investimentos para a construção de tanques e manutenção dos viveiros, além da precariedade na infraestrutura de transporte, energia e conectividade; Trabalho (baixo): os trabalhadores rurais são a força de trabalho da atividade, entretanto, a informalidade dificulta o acesso aos direitos dos trabalhadores; Tecnologia (muito alto): problemas de sanidade animal (ocorrência de doenças bacterianas e fungos) e também dificuldades relacionadas à reprodução com a baixa produção de alevinos; Empreendedorismo (médio): em razão da reduzida atração da atividade quando

comparada à produção de outros peixes regionais; Institucionalidade (muito alto): a forte fiscalização do poder público com relação à pesca ilegal do pirarucu repercute na existência de um moroso processo burocrático para obtenção das licenças ambientais.

As cadeias produtivas de *fitoterápicos* (*envolvendo entre outros elementos naturais, os óleos de espécies florestais*), representam de maneira singular a bioeconomia da sociobiodiversidade amazônica. A seguir serão apresentadas as avaliações atribuídas relacionadas ao nível dos entraves dos fatores de produção correspondentes. Terra (baixo): ainda que sejam escassas as pesquisas que identifiquem o tamanho de populações de determinadas espécies, as plantas que originam os produtos fitoterápicos, de uma forma geral, são encontradas em todos os estados amazônicos.

Os entraves estão relacionados às dificuldades de acesso para extração da matéria-prima; Capital (muito alto): destaca-se o baixo investimento público na agricultura familiar de plantas medicinais e precariedade na infraestrutura de transporte, energia e conectividade; Trabalho (médio): observa-se um reduzido nível de qualificação da força de trabalho; Tecnologia (muito alto): segmento fortemente demandante de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, em que pese atravessar um período de considerável restrição do orçamento público; Empreendedorismo (médio): parcela importante da cadeia produtiva carece de noções de gestão e empreendedorismo, representada pelos extrativistas e agricultores familiares, apesar da existência de atores altamente empreendedores, que são as farmácias de produtos naturais e as empresas de produtos de higiene e cosméticos; Institucionalidade (muito alto), existe a imperativa necessidade de regulamentação de algumas espécies, especialmente as mais utilizadas como a copaíba e a andiroba.

PRODUTOS CULTIVADOS EM PEQUENAS PROPRIEDADES FAMILIARES

O *cupuaçu* é um produto eminentemente amazônico que pertence à família do cacau. Todavia, diferentemente deste, que tem seus polos de produção concentrados e bem delimitados, a produção o cupuaçu ocorre de forma dispersas e distribuída em quase todos os cantos da Amazônia. Conforme descrito a seguir, os entraves dos sistemas de produção são semelhantes aos das culturas perenes produzida em nível de agricultura familiar. Terra (baixo): quase sempre o cultivo do cupuaçu ocorre em pequenas áreas já utilizada anteriormente ou em quintais florestais, por essa razão a Terra não é um elemento muito crítico como fator de produção; Capital (muito alto): em geral, a quantidade produzida de cupuaçu pelos agricultores familiares é para consumo e comercialização em feiras livres e mercado local.

Mas a demanda como produtos para comercialização como polpa nas agroindústrias tem aumentado muito e, portanto, para elevação de quantidade produzida há a necessidade de grandes investimentos tanto nos sistemas de produção, quanto referente às infraestruturas de logística para o transporte; Trabalho (médio): o cupuaçu como toda cultura perene, exige tratos culturais o ano todo e por isso, o elemento Trabalho é um fator de produção relevante; Tecnologia (muito alto): o domínio das técnicas de produção em níveis tecnológicos mais elevados envolve conhecimentos relacionados ao uso de material genético resistente à doença conhecida como vassoura-de-bruxa, adubação adequada para a produção de frutos de qualidade, etc.

Dessa forma, a inovação tecnológica é, portanto, um dos fatores de produção mais importantes para o estabelecimento do sistema de cultivo do cupuaçu em escala para abastecimento de agroindústria; Empreendedorismo (médio): como se trata de uma cultura perene, há a necessidade de habilidades da gestão e

tomada de decisão com base no conhecimento e no mercado; Institucionalidade (muito alto): a viabilização da produção do cupuaçu para o abastecimento de agroindústrias de polpas exige, além de outras coisas, organização dos produtores e dos agentes de comercialização e processamento. Daí a relevância desse fator de produção.

A produção de *cacau* assumiu importância, em tempos recentes, a partir do aumento da demanda mundial e, embora seja uma cultura nativa da região, observa-se alguns obstáculos ao seu desenvolvimento, conforme assinalado. Terra (baixo): as condições edafoclimáticas da Amazônia são propícias para o cacau, mesmo que ainda não represente uma cultura da preferência dos produtores rurais, que mais recentemente passaram a incorporá-la ao portfólio de sua produção; Capital (muito alto): necessidade de investimentos direcionados para o fortalecimento da cadeia produtiva, incluindo a verticalização da produção, assim como também a precariedade na infraestrutura de transporte, energia e conectividade; Trabalho: (médio) o cacau exige emprego da força de trabalho o ano todo.

É, portanto, uma cultura que demanda grande quantidade de mão-de-obra. Por isso é muito propícia para ser cultivada nas pequenas áreas dos agricultores familiares. É também uma cultura absorve trabalhadores que migram de outros setores, como a construção civil; Tecnologia (muito alto): ainda persistem práticas inadequadas referente aos processos de fermentação e secagem das amêndoas. Necessidade de universalização de boas práticas de produção e processamento industrial; Empreendedorismo (médio): relacionado à necessidade de ampliação da gestão de negócios; Institucionalidade (médio): é a atividade econômica que possui uma institucionalidade específica, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), que embora tenha tido contribuições excepcionais no passado, hoje não consegue mais atender as crescentes demandas dos produtores. Além disso, as políticas públicas regionais ainda são bastante incipientes para o conjunto dos estados amazônicos.

A produção de *farinha de mandioca* apesar de existente em toda a Amazônia, enfrenta obstáculos para o seu desenvolvimento. Os níveis dos entraves dos fatores de produção são descritos como se segue. Terra (muito baixo): a mandioca é produzida em grande parte das pequenas e médias propriedades rurais da região, constituindo-se muito baixo o entrave desse fator de produção; Capital (muito alto): baixa efetividade dos programas de investimentos oficiais, as casas de farinha ainda são complexos rudimentares, destaca-se também a precariedade na logística de transporte, energia e conectividade; Trabalho (baixo): os agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas e indígenas constituem a força de trabalho desta atividade.

A informalidade dificulta o acesso aos direitos dos trabalhadores; Tecnologia (muito alto): baixa produtividade por hectare. Verifica-se também a necessidade da incorporação de boas práticas na produção e no manuseio do produto; Empreendedorismo (médio): a atividade tem a possibilidade de ser mais rentável ao produtor desde que encarada prioritariamente a partir dos aspectos comerciais e não apenas como um produto de subsistência, cujo excedente é comercializado; Institucionalidade (médio): entrave relacionado ao baixo nível de associativismo e cooperativismo entre os produtores rurais e as dificuldades de regularização fundiária.

Com o aumento crescente na demanda do *acaí* em níveis regional, nacional e internacional, a sua produção em sistemas de cultivo tem sido viabilizada cada vez mais nas áreas de terra-firme, em pequenas áreas de produtores familiares. Embora já existam alguns casos de grandes áreas de plantadas de açaí das espécies *Euterpe oleracea* na região Nordeste e na Amazônia Oriental e, da espécie *Euterpe precatória*, na Amazônia Ocidental. Cita-se como exemplo o caso do estado do Amapá, onde a oferta do produto provém quase que

totalmente dos açazais nativos existentes nas várzeas do estuário do rio Amazonas. Não obstante, as áreas de cultivos estejam aumentando, e haverá um grande impulso com os programas governamentais que estão sendo implementados prevendo o apoio aos cultivos irrigados. Nesse sistema de produção os entraves são muito mais expressivos que no sistema de produção extrativa, conforme se pode observar: Terra (baixo): os cultivos feitos pelos produtores familiares, envolvem área de no máximo cinco hectares, que em geral são terras de áreas degradadas ou remanescentes de roçados de culturas anuais; Capital (muito alto): os custos de implantação são elevados por envolver grandes quantidades de fertilizantes e custos com irrigação para suplementação de água nos meses de estiagem. Trabalho (médio): o cultivo de açaí em terra-firme necessita de tratos culturais permanentes, o que é feito em geral com mão-de-obra familiar. Por isso, quando essa disponibilidade é possível, esse entrave não é significativamente elevado; Tecnologia (muito alto): as técnicas para produção de culturas perenes, com as práticas de uso de insumos, irrigação e controle permanente de ervas daninhas não são de conhecimentos gerais dos pequenos produtores familiares amazônidas, em função disso, a tecnologia é o entrave mais limitante para o sucesso desse sistema de cultivo; Empreendedorismo (médio): esse elemento é crucial quando as atividades produtivas necessitam tomadas de decisão para cada fase das atividades a serem realizadas. No cultivo do açaí de terra-firme esse elemento é muito necessário; Institucionalidade (médio): além da forte ação que a crescente demanda do produto provoca, as políticas públicas voltadas para a atividade de cultivo do açaí começam a existir e instituições organizativas dos produtores estão sendo estruturadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Transformar a extraordinária potencialidade dos recursos naturais da Amazônia em produtos da bioeconomia regional, estimulando atividades de baixa emissão de carbono, circularidade dos processos produtivos, aquecendo o sistema econômico e gerando trabalho e renda localmente, é uma possibilidade de se buscar elevar as condições de vida de sua população, dentro da perspectiva de que com isso, a degradação ambiental da região possa vir a ser reduzida. Contudo, esta não é tarefa fácil. A história ensina que as odisséias pretéritas como o extrativismo da borracha, no final do século XIX e início do século XX, revelaram-se malsucedidas, dentre outras razões, pela dificuldade de acesso e escoamento da produção existente no interior da região.

A análise dos entraves para o desenvolvimento das cadeias produtivas do açaí de várzea e açaí de terra firme, da castanha-do-brasil, do pirarucu, dos produtos fitoterápicos (óleos naturais), do cupuaçu, do cacau e da farinha de mandioca, apontam para a compreensão de que os fatores de produção *capital*, *tecnologia* e *institucionalidade* impactam negativamente todas elas. Sendo os dois primeiros, imperativos. Estas questões estão atreladas às grandes distâncias geográficas regionais, ao estágio atrasado do desenvolvimento regional e às estruturas institucionais em fase de amadurecimento.

Algumas cadeias produtivas como a do açaí de várzea, do açaí de terra firme, da farinha de mandioca e do cacau apresentam menores níveis de entraves quando comparadas às cadeias produtivas da castanha do brasil, do pirarucu, dos produtos fitoterápicos (óleos naturais) e do cupuaçu.

Com isso, é possível inferir sobre a necessidade de dois conjuntos de políticas públicas. Um primeiro composto de ações horizontais capazes de auxiliar no destravamento de todas as cadeias produtivas, como é o caso da infraestrutura de transporte, energia e conectividade. E outro conjunto de políticas públicas verticais, específicas para cada cadeia produtiva analisada.

Conforme destacado neste trabalho, observa-se uma inflexão nas políticas ambientais direcionadas para a Amazônia. Anteriormente tratava-se prioritariamente de induzir a criação de áreas protegidas na região estabelecendo forte antagonismo com o sistema de produção das cadeias convencionais como a pecuária, a exploração madeireira e os grãos.

A proposta conceitual de desenvolvimento da bioeconomia contempla todas as cadeias produtivas desenvolvidas no sistema de produção regional. As cadeias convencionais das *commodities* responsáveis pelo ingresso de receitas na balança comercial regional vem buscando adequar-se, ainda que muito timidamente, às exigências ambientais do comércio internacional. E a bioeconomia estabelece diretrizes para o desenvolvimento dessas atividades dentro da perspectiva de sustentabilidade.

As cadeias da sociobiodiversidade experimentam um processo de valorização comparável ao período das drogas do sertão. Nesse contexto, existem aspectos que não podem ser desconsiderados relacionados à possibilidade de inclusão social no sistema econômico e intrínsecas possibilidades de proteção aos ecossistemas regionais.

Como já dito não é um processo fácil. Os parâmetros superlativos da Amazônia dão a dimensão dos desafios que precisam ser enfrentados na busca pela sustentabilidade regional e mitigação dos problemas ambientais pelos quais se desdobra a humanidade.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Inovação. **Notas Técnicas:** Ciência, Tecnologia e Inovação na Bioeconomia Amazônica. Diretrizes para a construção conceitual da bioeconomia no Amazonas. Disponível em: <http://www.sedecti.am.gov.br/>. Acesso em 05.09.2021.

BRASIL (a). Portaria nº 121, de 18 de junho de 2019. **Instituí, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o Programa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em 22.10.21.

BRASIL (b). Portaria nº 3.877, de 9 de outubro de 2020. **Instituí, no âmbito da Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o Programa de Cadeias Produtivas da Bioeconomia MCTI.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em 22.10.21.

BSR-BIOECONOMY COUNCIL. 2015-2018. **Strategy and action plan towards a BSR Bioeconomy, 2015.** Disponível em http://bsrbioeconomy.net/resources/BSR_Bioeconomy_Strategy_and_Action_Plan_Mar Acesso em: 01.09.2021.

COMUNIDADE EUROPEIA (CE). **Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions. Strategy for Innovating for sustainable growth: a bioeconomy for Europe.** Brussels. 2012. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/>. Acesso em: 04.09.2021.

DEPARTAMENTO DE ENERGIA DOS ESTADOS UNIDOS (DOE) *et al.* **Federal Activities Report on the Bioeconomy.** 2016. Disponível em: https://biomassboard.gov/pdfs/farb_2_18_16.pdf. Acesso em: 04.09.2021.

Global Bioeconomy Summit Communiqué. **Expanding the Sustainable Bioeconomy.** Belim, novembro de 2020. Disponível em: <https://gbs2020>. Acesso em 05.09.2021.

PEDROZA FILHO, M. X.; MUÑOZ, A. E. P.; RODRIGUES, A. P. O.; REZENDE, F. P.; LIMA, A. F.; MATAVELI, M. Panorama da cadeia produtiva do pirarucu. *In. Ativos Aquicultura.* Ano 2 - Edição 8 - 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/296639493>. Acesso em 30/08/2021.

AGROEXTRATIVISMO E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI



Kátia Souza Rangel

“A Resex do Rio Cajari, fruto da luta dos agroextrativistas em aliança com os movimentos sociais e ambientais frente aos grandes empreendimentos instalados no extremo sul do Amapá, protege uma variedade notável de ecossistemas e a biodiversidade associada, garantindo o direito ao seu território, seu modo de vida e uso sustentável dos recursos naturais.”

Propósito da Reserva Extrativista do Rio Cajari (ICMBio, 2020, p. 20).

doi: 10.51324/80277988.4

INTRODUÇÃO

Ao comemorar-se 15 anos de criação do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá no ano em que comemoramos 10 anos de migração para o estado do Amapá e, também, de exercício da docência nesta universidade, revisamos as análises sobre o desenvolvimento territorial apontadas no plano de manejo da Reserva Extrativista do Rio Cajari (Resex-Ca), que por sua vez fora criada por meio do Decreto federal 99.145, de 12 de março de 1990.

A referida reserva foi lócus do estudo de caso de nossa tese de doutorado (RANGEL, 2017), na qual demos continuidade aos estudos sistemáticos acerca da reprodução territorial e luta pela terra empreendida pelas sociedades tradicionais, iniciados no ano de 2006, sob orientação do professor Dr. Júlio César Suzuki, na Universidade de São Paulo.

No bojo do nosso movimento migratório da Mata Atlântica à Amazônia, de discente à docente, de jovem pesquisadora à maternidade solo e outras lutas pelo empoderamento feminino, este texto comemora, também, a consolidação de nossa trajetória acadêmica.

Outro movimento migratório explica, por sua vez, parte da formação territorial da referida reserva extrativista, uma vez que trabalhadores camponeses nordestinos, que migraram em busca de trabalho na extração do látex, foram “colocados” no território em questão por padrões seringalistas.

O local de origem daqueles trabalhadores fora indicado por seus descendentes em entrevistas semi-estruturadas (RANGEL, 2017), o estado do Ceará, tendo sido escravizados por dívida (SILVA, 2014; LOPES, 2009) na porção sul do Amapá a partir das primeiras décadas do século XIX, cuja relação de trabalho fora escamoteada pelo aviamento (FILOCREÃO, 2007; LINS, 1994; PINTO, 1986).

O aliciamento ocorreu no bojo das relações de trabalho baseadas na escravidão por dívida, definida como

As formas degradantes do trabalho escravo por dívida constituem um modelo temporário de trabalho em que o trabalhador é submetido a condições análogas às da escravidão, sem uma forma de pagamento pelo trabalho prestado aos proprietários de terras. Esse aspecto deriva da própria condição em que o trabalhador se encontra. Primeiro, a distância de suas localidades é um dos fatores determinantes da coação. Isso porque a falta de comunicação com o meio urbano torna este homem cativo de seus direitos, os quais são aniquilados diante da própria condição em que se encontram como sujeitos desprovidos pela falta de

alfabetização, trabalho, moradia, emprego. Dificulta-se, assim, que o trabalhador encontre uma saída para tal situação, pelas discrepâncias que lhe são impostas pelos proprietários de terras que estão envolvidos nesse processo de escravidão contemporânea (LOPES, 2009, p. 38).

No que se refere à escravidão por dívida praticada no Cajari, alguns apontamentos de Lopes (2009) nos ajudam pensar nas especificidades, como a distância entre lugar de origem e lugar de destino, impossibilitando seu retorno.

Ainda, a distância entre o lugar de destino em relação aos centros urbanos e, portanto, das instituições de regulamentação do trabalho e o acesso à região do Cajari apenas por embarcações de propriedade do patrão contribuíram para a manutenção do trabalho escravo por dívida.

Embora a escravidão por dívida não seja mais praticada no Cajari, denunciamos a perpetuação das relações de trabalho baseadas no aviamento, praticada quando o agroextrativista avia parte da produção familiar de castanha a fim de adiantar o recebimento do preço correspondente à safra, diferentemente de quando era obrigado a vender toda a sua produção para o patrão, que o escravizava por meio de um sistema estruturado para endividá-lo.

O AGROEXTRATIVISMO

No bojo da luta pela terra e busca de estratégias para recriação do campesinato (OLIVEIRA, 2007), diferentes grupos têm reivindicado identidades coletivas associados aos valores das sociedades tradicionais – valores ecológicos, étnicos e de gênero –, como as comunidades seringueira, agroextrativista, quilombola e outras.

Neste sentido, a população do sul do Amapá, historicamente identificada como seringueira e castanheira, assumiu a identidade agroextrativista a partir das atividades produtivas que reproduz, de modo que o agroextrativismo, enquanto forma de trabalho, fora definido como

atividade que vem sendo desenvolvida por uma unidade de produção familiar que associa a agricultura de corte e queima com a coleta de produtos das florestas e rios da Amazônia. Esta atividade desenvolve-se através da utilização de saberes herdados dos ancestrais indígenas associados aos conhecimentos dos colonizadores e que ao longo da história tem garantido uma produção agroextrativista que é utilizada para o autoconsumo e para o mercado, desempenhando assim um papel fundamental na região (FILOCREÃO, 2014, p. 08).

Segundo o autor, o agroextrativismo tem como principais características a produção familiar agrícola e extrativista voltada ao autoconsumo e produção de mercadorias, incorporando-se saberes tradicionais.

Para além de forma de trabalho e identidade coletiva, este fora definido por nós como modo de vida (RANGEL, 2017) a partir das relações que o grupo estabelece com o território (COSTA, 2004), reproduzindo atividades produtivas por meio das quais constitui-se um modo de vida específicos e elabora-se identidades próprias.

Costa (2004), com o objetivo de analisar o conceito sob diferentes abordagens filosóficas, apresentou o entendimento do conceito nas perspectivas

- materialista, que analisa a apropriação econômica e política do território a partir dos recursos naturais e humanos e das possibilidades de localização oferecidos por este, incorporando também a relação sociedade-natureza por meio de uma concepção naturalista do território;

- idealista, que privilegia a análise dos aspectos simbólicos da produção territorial, como os múltiplos significados de território, mitologias, símbolos e códigos culturais e
- perspectiva filosófica integradora, que propõe o debate acerca do território como zona e rede.

Costa (2004) também sistematizou 4 principais concepções temáticas relacionadas ao conceito de território:

- a perspectiva “cultural ou simbólico-cultural”, que analisa as relações subjetivas construídas a partir da apropriação e valorização simbólica do espaço vivido por determinado grupo;
- a perspectiva econômica, que considera o território como fonte de recursos naturais a serem apropriados e transformados em mercadorias – como por exemplo as relações econômicas reproduzidas por grandes empresas transnacionais –, a luta de classes e a relação de exploração existente entre capital e trabalho e
- a perspectiva naturalista, por meio da qual o território é interpretado como base das relações sociedade-natureza.

Desse modo, Costa (2004, p. 16) propôs a “perspectiva relacional e integradora” como caminho teórico para compreender o “sentido múltiplo e relacional [do território], mergulhado na diversidade e na dinâmica temporal do mundo”

Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material-ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial material das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o “imaginário geográfico” que não apenas move como integra ou é parte indissociável destas relações (COSTA, 2004, p. 42).

Admitindo que ambas dimensões, material e ideal, são inerentes à produção de territórios, buscando compreender a produção do território no vale do rio Cajari por meio das materialidades inerentes e da apropriação simbólica mediada pelo sentimento de pertencimento, identidade e relações de territorialidade, o conceito de território é definido pelo autor como “não apenas um simples instrumento de domínio político-econômico (...) mas efetivamente um espaço de identificação e (re)criação do/com o mundo, a 'natureza'” (COSTA, 2004, p. 158).

Os elementos materiais e imateriais também definem o modo de vida. Inicialmente, Diegues (2001) compreendeu a noção de modo de vida a partir da relação estabelecida entre determinada população tradicional e a natureza por ela manejada, considerando que tal relação é baseada em vínculos de dependência diante do não domínio do grupo sobre os ciclos de reprodução da natureza, das condições climáticas e da ocorrência de catástrofes naturais.

Na Geografia, por sua vez, o conceito modo de vida parte da noção gênero de vida oriundo dos estudos monográficos de Vidal de La Blache, tendo aquele sido entendido por Nabarro (2014:16) como “o conjunto de relações, costumes e técnicas que o homem desenvolve a partir de sua relação com o meio”.

Ainda na Geografia Clássica, Pierre Monbeig (1984) compreendeu o modo de vida no contexto do avanço de frente pioneira do café a partir da ideologia bandeirante, de profissionais liberais e na possibilidade de enriquecimento rápido nas áreas em expansão.

Na Geografia Crítica, por sua vez, tal conceito fora retomado por Marques (1994; 2004) que operacionalizou-o nos estudos do campesinato e compreendendo o modo de vida camponês a partir do trabalho e família como valores principais, além dos aspectos materiais e imateriais, como a produção de materialidades por meio do trabalho e “relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata (...), relações políticas e religiosas”, respectivamente (MARQUES, 1994, p. 04).

Já Suzuki (1996) compreendeu-o a partir da percepção, concepção e vivência de cada grupo em relação ao espaço produzido e modos de vida anteriores, constituindo-se historicamente de forma dinâmica, redefinindo-o em 2013 como

forma como os moradores percebem, vivem e concebem o espaço, mediados pelo conjunto de suas práticas cotidianas e por sua história, posição que ocupam na sociedade envolvente e forma específica que assegura a sua reprodução social, constituindo-se no modo pelo qual o grupo social manifesta sua vida (SUZUKI, 2013, p. 633).

Entende-se que a relação entre as sociedades tradicionais e a sociedade envolvente, urbana e industrial, é inerente ao modo de vida tradicional, como o movimento dialético de distanciamento e aproximação das primeiras em relação à segunda, da qual não está separada e sim cada vez mais inserida nas relações de produção e consumo de mercadorias.

No que se refere ao modo de vida agroextrativista, após descrevê-lo e analisá-lo a partir de trabalhos de campo utilizando-se o relato etnográfico (RANGEL, 2017), definimos-o como identidade coletiva elaborada mediante específica relação com o território, que fora apropriado a partir da trajetória de camponeses migrantes, escravizados por dívida no bojo das relações de trabalho baseadas no aviamento, evidenciando a recriação do campesinato diante a luta pela terra e conquista do território.

O modo de vida agroextrativista afirma valores ecológicos e culturais praticados pela sociedade tradicional que habita o território em que pratica a agricultura e o extrativismo como principais atividades produtivas, expressa formas próprias de organização social do trabalho familiar, relações de vizinhança e sentimento de pertencimento, com o objetivo comum de garantir as relações de territorialidade incorporando as novas gerações e num movimento dialético de distanciamento e aproximação em relação a sociedade urbano-industrial.

O trabalho familiar investido na terra ocorre por meio de técnicas agrícolas rústicas e modernas como, respectivamente, a brocagem, aceiro e pousio de roçados tradicionais e a produção de Sistemas Agroflorestais, caracterizando uma relação de complementariedade (CANDIDO, 1964) entre a agricultura de coivara e o extrativismo da castanha, ainda dependente do aviamento, além do extrativismo de outros recursos naturais como açaí, pesca e caça, determinado pelo calendário agrícola.

Em que pese a maior contribuição ora da agricultura e, ora do extrativismo para a manutenção daquela sociedade tradicional, Sousa (2006) classificou-as as famílias que habitam a Resex-Ca entre os tipos extrativistas, compradoras de castanha, agroextrativistas e processadoras:

- extrativistas: tem a coleta da castanha como principal atividade produtiva;
- compradoras de castanha: têm a coleta da castanha como principal atividade produtiva e aumentam a produção familiar por meio da compra da produção de vizinhos; contratam diaristas ou empreiteiros para transportar a castanha comprada desde os castanhais até os pontos de entrega aos atravessadores, para os quais vende-se a maior parte da produção local mediante o pagamento em dinheiro no momento da entrega, negociando-se melhores preços que os anunciados pela Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Cajari (COOPERLCA), da qual são membros e para a qual vende-se uma parte bem menor da safra local, em caráter de poupança, já que a cooperativa pagará a produção recebida após o beneficiamento e comercialização do produto;

- agroextrativistas: são famílias descendentes dos migrantes nordestinos escravizados durante o aviamento, herdando a posse de colocações, castanhais e roçados. A renda obtida com as atividades produtivas é reinvestida na manutenção das posses e complementam os salários recebidos em cargos das municipalidades próximas e,
- processadoras: são famílias que não herdaram posses, já que migraram para ali após sua criação. A principal atividade reproduzida é a oferta de sua força de trabalho como meeiros na produção de farinha, diaristas na abertura de pastagens, roçados, cultivos, colheitas, coleta e transporte da castanha, além do comércio de frutas como banana, acerola, abacate, graviola, cupuaçu e mamão, além de jerimum, milho e feijão caupi, cujo cultivo depende da aprovação para abertura de roçados nas áreas de “patrimônio” coletivo.

Dada a importância da agricultura no interior da reserva, o Plano de Manejo validou “a área máxima permitida para roçados, capoeiras, pastagens e quintais em áreas de florestas, da ordem de 15 hectares, definida do Plano de Utilização” (BRASIL, 1996, p. 23).

Baseados nos elementos estruturantes do agroextrativismo - território e modo de vida -, seu desenvolvimento será norteado pelo plano de manejo, após sua aprovação, conforme definido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e respectiva lei 9.985/2000, que define o plano de manejo como “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos de gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais” (artigo 20, inciso XVII).

A elaboração do plano de manejo da Resex-Ca segue o Roteiro Metodológico para Elaboração e Revisão de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais (D'AMICO; COUTINHO; MORAES, 2018) e é considerado participativo, já que as oficinas prévias (etapa 3) foram realizadas nas comunidades São Pedro do Cajari e Água Branca do Cajari, na região do alto Cajari; Conceição do Muriacá, Comércio do Muriacá e Paraíso, na região do médio Cajari; São Pedro do Ajuruxi, Vila Betel e Vila Maranata, na região do baixo Cajari, por serem consideradas de mais fácil acesso à população local, já que centralizadas, tendo sido indicadas em reunião do conselho deliberativo em 10 de julho, em Macapá.

As oficinas prévias ocorreram entre 6 de junho e 10 de julho de 2019 e tiveram como objetivo apresentar a equipe coordenadora da elaboração do plano de manejo e metodologia de elaboração do documento, identificar questões prioritárias junto à população local, iniciar o debate acerca dos conceitos chaves da elaboração do plano de manejo, como o zoneamento, coletar dados em campo, indicar os participantes da oficina de elaboração do plano de manejo e fiscalizar o território.

Por sua vez, a oficina de elaboração do planejamento (etapa 4) ocorreu entre 9 e 13 novembro de 2019, em Macapá, onde reuniram-se os participantes indicados pelas comunidades, participantes institucionais (Universidade Federal do Amapá, Instituto de Pesquisas Científicas do Estado do Amapá/IEPA e Conselho Nacional das Populações Extrativistas – Coordenação do Estado do Amapá/CNS) e coordenadores de elaboração e revisão de plano de manejo do ICMBio.

Embora a composição do conselho deliberativo da reserva seja mais ampla, incorporando-se as municipalidades subpostas à Reserva, outros conselheiros não participaram da elaboração do plano, embora tenham sido convocados.

Durante a oficina de elaboração, sistematizou-se os apontamentos elaborados nas oficinas prévias, a declaração de propósito e 6 declarações de significância, recursos e valores fundamentais, organizadas no capítulo Componentes fundamentais.

A avaliação das necessidades de dados e planejamentos, análise dos recursos e valores fundamentais, identificação e análise das questões chave, priorização da necessidade de coleta de dados e planejamento e, subsídios para a interpretação ambiental, foram sistematizados no capítulo Componentes dinâmicos; no capítulo Componentes normativos, definiu-se o zoneamento do território e, no capítulo Normas gerais, definiu-se as normas de uso dos recursos naturais e do território.

O anexo traz Atos legais e administrativos, que reproduz o decreto 99.145 de 12 de março de 1990, que criou a referida reserva extrativista; referencia a portaria IBAMA 99-N/95, que aprovou o Plano de Utilização da Resex-Ca durante a inexistência do plano de manejo; a portaria 12, de 7 de fevereiro de 2006, publicado pelo ICMBio, que cria o Conselho Deliberativo da Resex-Ca, além de outros decretos e portarias e uma lista de referências bibliográficas e digitais indicando-se estudos publicados sobre a reserva.

Organizou-se figuras, mapas, quadros e diagramas dos recursos e valores fundamentais: açaí, castanha, modo de vida tradicional, recursos pesqueiros, berçários, mosaicos de ecossistemas e das questões chaves para o desenvolvimento da resex e, por fim, tabelas de priorização das necessidades de planejamento, de coleta de dados e extensão das zonas delimitadas.

A primeira versão, submetida à análise e manifestação dos participantes da oficina de planejamento, aponta as perspectivas de desenvolvimento que apresentamos no III Seminário de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional da UNIFAP², onde expomos as perspectivas de desenvolvimento para 5 recursos e valores fundamentais apontadas no plano de manejo: açaí, castanha, modo de vida, pesca e ecossistema, analisados aqui a partir da percepção da população local sobre as condições atuais, tendência, ameaças, necessidade de coleta de dados e de planejamento.

No que se refere ao açaí, a percepção da população local sobre as condições atuais é boa e há tendência de expansão. Contudo, as ameaças ao seu desenvolvimento são os conflitos fundiários sobrepostos aos açazais, uma vez que a regularização das glebas da resex não fora concluída; uso de fogo e presença de gado bubalino nestas áreas e ocorrência das pragas besouros e gafanhotos.

A fim de fomentar-se o desenvolvimento de sua cadeia produtiva, o plano de manejo sugere a identificação e mapeamento de todos os açazais, estudo de alternativas de geração de renda aos criadores de gado nas referidas áreas e estudo das pragas e animais peçonhentos.

De posse destes dados, prevê-se a elaboração de termo de ajuste de compromisso para a criação de gado, valorização da cadeia produtiva, qualificação dos extrativistas em relação as boas práticas de manejo, beneficiamento e organização social para gestão da produção e cooperativismo, regularização fundiária, valorização e proteção deste recurso por meio de plano de educação ambiental, plano de manejo específico para o fruto e palmito, além da gestão territorial compartilhada entre ICMBio, prefeituras e governo estadual.

Sobre a castanha, a percepção local aponta para condições ruins pela inexplicada redução da produção e tendência de contínua redução, sendo que as ameaças identificadas são o desmatamento dos castanhais com uso do fogo para implantação de roçados, venda das posses de castanhais com baixa produtividade, desestruturação da cadeia produtiva e fenômeno da queima natural das folhas das castanheiras, ao que recomendou-se o estudo de caso que, hipoteticamente, justifica a redução da produtividade.

Diante o exposto, é necessário concluir o mapeamento dos castanhais e estudar-se o fenômeno da queima de suas folhas, planejando a elaboração da estruturação e valorização da cadeia produtiva com enfoque no escoamento da produção por meio da abertura e manutenção de ramais; plano de qualificação da população local

para a gestão da produção, do cooperativismo e organização financeira pessoal, destacando-se a participação dos jovens; monitoramento e manejo da espécie e implementação de boas práticas de beneficiamento dos subprodutos; associação de castanhais e roçados seguindo-se modelos agroflorestais (Sistema de Produção Castanha na Roça) e plano de educação ambiental e de proteção dos castanhais.

Referente ao modo de vida, as condições atuais de sua reprodução são avaliadas como boas, mas há tendência de piora com a intensificação da migração dos jovens para as sedes municipais, motivados pela ausência de avanços econômicos, sociais, ambientais e de infraestrutura nas agrovilas.

Entre as ameaças, os participantes das oficinas destacaram o desmatamento das matas ciliares nos açazais, degradação das nascentes pela expansão de roçados de mandioca para a produção de farinha e deposição de lixo; presença de bebidas e drogas; inadimplência diante financiamentos; precariedade dos serviços básicos de saúde; dificuldade de escoamento da produção; perda de valores identitários e desvalorização dos produtos locais apontaram a necessidade de intensificação da presença institucional do ICMBio e CNS; apoio técnico para a produção agrícola; conclusão da regularização fundiária; mapeamento e coleta de informações sobre as roças e uso do fogo.

Também, é necessário coletar dados sobre os vetores epidemiológicos e mapeamento dos casos de malária; atualização bianual do cadastro das famílias e ordenamento territorial para a expansão das agrovilas.

É necessário, ainda, planejar-se qualificação de nível superior e técnico sobre manejo dos recursos naturais, boas práticas de beneficiamento, organização financeira e social para o cooperativismo, incluindo-se os jovens; estratégias de valorização da identidade coletiva, resgate dos saberes acerca das plantas medicinais e fortalecimento das associações e cooperativas locais; a regularização fundiária; elaboração de plano de educação ambiental para os jovens, incluindo-se a capacitação do uso do fogo e implementação de sistema educacional diferenciado por meio da gestão territorial compartilhada entre ICMBio, prefeituras do entorno e governo estadual, seguindo-se o modelo das Escola Famílias Agrícolas.

A percepção local sobre os recursos pesqueiros, por sua vez, identifica a sobrepesca e conseqüente diminuição do pescado, tendendo à redução e extinção de espécies, sendo que as principais ameaças são a poluição dos corpos d'água pela deposição de lixo doméstico e uso de agrotóxicos; além da pesca na desova, pesca seletiva e de mergulho (a ser proibida pelo plano de manejo), pesca de bateção e pesca industrial na foz do rio Cajari.

Neste caso, fora apontada a necessidade de catalogar, monitorar e criar um banco de dados sobre as espécies, planejando o envolvimento dos jovens em projetos de educação ambiental; gestão da pesca por meio de acordos de pesca, recuperação dos estoques e estruturação de negócios pesqueiros.

Por fim, o mosaico de ecossistema é percebido a partir da perda de sua biodiversidade, com tendência à homogeneização das várzeas e perda de habitat por conta das ameaças representadas pelo manejo inadequado do açai, deposição de lixo, impactos socioambientais provocados pelo BR 156, desmatamento e destruição das matas ciliares, presença de espécies invasoras; pesca desordenada, poluição dos corpos d'água e venda de posses para sojicultores.

Neste caso, é necessário coletar dados sobre o impacto do desmatamento e aproveitamento do lixo, além do monitoramento da qualidade da água, uso do solo, do fogo e de espécies, dialogando com planejamentos já apontados anteriormente, como a valorização da identidade coletiva e fortalecimento das instituições locais; elaboração de plano de educação ambiental, termo de compromisso para a criação de gado, plano de manejo sustentável do açai, palmito e plano de manejo florestal comunitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após recuperarmos alguns pontos importantes da formação territorial da Reserva Extrativista do Rio Cajari, como a escravidão por dívida, a luta pela terra e relativa superação do aviamento, retomamos o conceito de agroextrativismo e propomos uma definição de modo de vida agroextrativista como identidade coletiva elaborada a partir da apropriação do território e relações de territorialidade.

A produção material e imaterial do território fora analisada no bojo da reprodução da cultura local e, a análise do modo de vida, por sua vez, apontou estratégias de resistência camponesa e de intercâmbio com a sociedade urbana e industrial.

No que se refere à associação entre agricultura e extrativismo como principais atividades produtivas do referido modo de vida, a dinâmica entre ambas atividades definiu a classificação das famílias beneficiárias entre os subtipos extrativistas, compradoras de castanha, agroextrativistas e processadoras, tendo estas atividades sido regulamentadas no plano de utilização e reafirmadas na 1ª versão do plano de manejo.

Após a análise deste documento considerando-se a percepção da população local acerca dos recursos e valores fundamentais, tendências, ameaças, necessidade de coleta de dados e de planejamento, conclui-se que as perspectivas para o desenvolvimento do agroextrativismo compreende a

- estruturação e valorização das cadeias produtivas;
- mapeamento dos recursos naturais e espaços produtivos;
- estudos bioecológicos, de manejo e de comercialização de espécies (açai, castanha, roças e pesca);
- plano de qualificação da população local para boas práticas de manejo e beneficiamento dos recursos naturais; gestão da produção, das associações, do cooperativismo e organização financeira pessoal, incluindo-se a população jovem;
- conclusão da regularização fundiária;
- ordenamento territorial para a expansão das agrovilas e gestão territorial compartilhada entre ICMBio, prefeituras e governo estadual, observando o propósito da reserva;
- valorização do modo de vida;
- plano de educação ambiental direcionado à população jovem sobre o manejo do açai, uso do fogo e lixo doméstico;
- atualização bianual do cadastro das famílias beneficiárias;
- atendimento básico à saúde;
- oferta de sistema educacional seguindo-se o modelo das Escolas Famílias Agrícolas e
- estudos epidemiológicos da malária.

Dentre os tópicos acima, a regularização fundiária, educação ambiental, qualificação da população local e gestão territorial compartilhada foram mencionados repetidamente, demonstrando ser os pontos críticos para o desenvolvimento local.

A estruturação de cadeias produtivas também fora repetidamente mencionada e aponta a necessidade de conquista da autonomia de comercialização dos recursos tradicionalmente manejados e que, no que se refere à castanha, ainda é dependente do aviamento.

A partir desse estudo, percebemos que a construção de cozinhas comunitárias para produção de biscoitos de castanha, como atividade produtiva exclusivamente feminina e reiteradamente debatida nas reuniões do conselho deliberativo a partir de demanda local, não fora incorporada ao plano de manejo, sugerindo-se sua inclusão.

Por fim, conclui-se que a população local e o conselho deliberativo compreendem o plano de manejo como documento que deve ser concluído, não como garantidor do desenvolvimento local e, sim, como direcionador do mesmo por meio de sua implantação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Federal nº 99.145, de 12 de março de 1990. **Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99145.htm>. Acesso em 30/12/2021.

BRASIL. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. **Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em 30/12/2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. **Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Cajari/AP**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1996.

BRASIL. Portaria IBAMA 99-N, de 30 de novembro de 1995, que **aprova o Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Cajari**.

BRASIL. Portaria IBAMA 12, de 7 de fevereiro de 2006, que **cria o conselho deliberativo da Reserva Extrativista do Rio Cajari**. Disponível em <https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/763_20110719_160345.pdf>. Acesso em 13/1/2022.

CÂNDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 7. ed. São Paulo: Duas Cidades: 34, 2001.

COSTA, R. H. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

D'AMICO, A. R.; COUTINHO, E. O. C.; MORAES, L. F. P. **Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais**. Brasília: ICMBio, 2018. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/roteiro_metodologico_elaboracao_revisao_plano_manejo_ucs.pdf>. Acesso em 13/1/2022.

DIEGUES, A. C. S.; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. (Biodiversidade, 4). Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FILOCREÃO, A. S. M. **Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia**. Belém: PPDSTU/UFPa, 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido)– Universidade Federal do Pará. Belém.

INSTITUTO CHICO MENDES PARA A BIODIVERSIDADE. **Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Cajari/AP** – Versão 1. Macapá: ICMBio, 2020.

LINS, C. **Jari**: 70 anos de história. Rio de Janeiro: Dataforma, 1994.

LOPES, A. P. **Escravidão por dívida no norte do estado do Tocantins**: vidas fora do compasso. São Paulo: PPGE/USP, 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo. São Paulo.

MARQUES, M. I. M. **O Modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no empo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira – PB**. São Paulo: PPGE/USP, 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

MARQUES, M. I. M. Lugar do Modo de Vida Tradicional da Modernidade. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela, 2004. p. 145-158.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

NABARRO, S. A. **Modo de vida e campesinato no capitalismo**: contribuições, limites e construção de um entendimento do campesinato como modo de vida. São Paulo: PPGEIO/USP, 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur edições, 2007.

PINTO, L. F. P. **Jari**: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig: as relações entre Estado e multinacional na Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1986.

RANGEL, K. R. **Modo de vida e território na Reserva Extrativista do Rio Cajari (Amapá)**. São Paulo: PPGEIO/USP, 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-25042018-133644/publico/2017_KatiaSouzaRangel_Vcorr.pdf>. Acesso em 30/12/2021.

SILVA, A. E. R. **Territorialidades e redes da migração maranhense para o trabalho nos canaviais paulistas**. Curitiba: CRV, 2016.

SUZUKI, J. C. **De povoado à cidade**: a transição do rural ao urbano em Rondonópolis. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo. São Paulo.

SUZUKI, J. C. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Revista Espaço e Geografia**. 16(2): 627-40, 2013. Disponível em <<http://www.lsie.unb.br/espacoegografia/index.php/espacoegografia/article/view/272/197>>.

O OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUA IMPORTÂNCIA ANALÍTICA PARA A AMAZÔNIA SETENTRIONAL



Adalberto Carvalho Ribeiro
doi: 10.51324/80277988.5

O objetivo deste capítulo é tecer algumas reflexões sobre possibilidades de importantes contribuições que o Observatório de Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)¹ pode realizar para melhor delimitar questões que digam respeito exatamente ao desenvolvimento da Amazônia setentrional, seja quanto a compreensão dos aspectos passados, seja para melhor conjecturar o futuro, por meio de análises de políticas públicas sociais com impactos locais.

Conceitualmente, o próprio projeto de lavra da UNIFAP e aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), consegue trazer uma boa definição para a modalidade de instâncias de pesquisas acadêmicas como os observatórios

[...] são instrumentos fundamentais para a formulação de políticas públicas. São estruturas lógicas, articuladas em redes, que se complementam na sistematização de dados sobre determinada realidade e na elaboração de cenários, provendo as instituições de capacidade para identificação de problemas e tomada de decisão. Entre os temas que estarão ancorando a base de dados do Observatório, os indicadores da educação, em diferentes escalas, têm alta relevância para o planejamento de políticas públicas no Amapá, motivo da proposta conjunta entre dois programas de pós-graduação, o PPGMDR e o PPGED (UNIFAP, 2020, p. 03).

Especificamente sobre Educação, como fator principal para o desenvolvimento do Amapá, a proposta pretende fortalecer os Programas de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR) e Mestrado em Educação (PPGED), como estratégia de instrumentalização do ODG/UNIFAP, este, a ser disponibilizado para a sociedade, para os governos e setor privado e/ou demais atores pretensamente interessados.

Este capítulo contém seções que apresentam e trazem argumentos desde um panorama da região norte do Brasil e suas vicissitudes e desigualdades, passando pela importância da formação de redes de pesquisadores, sem perder de vista outros argumentos que revelam enormes possibilidades de contribuição do Observatório para as análises de políticas sociais locais, com destaque para políticas públicas educacionais a fim de apontar caminhos para o desenvolvimento regional.

UM PANORAMA PELA AMAZÔNIA: ALGUNS INDICADORES DE DESIGUALDADES REGIONAIS

Os estudos de Mello; Théry (2001), com base em metodologia de imagens espaciais, utilizando *softwares* específicos baseados na tecnologia gerada nos últimos anos, no campo geográfico, procuraram compreender a formação espacial da Amazônia com os impactos que poderiam ser gerados no futuro.

¹ Doravante, neste capítulo, vou representar o Observatório com a sigla ODG/UNIFAP, ou simplesmente Observatório.

Essas imagens do espaço amazônico retratam a sua história de participação nos modelos territoriais do Brasil, as dinâmicas de conquista, situação econômica e social e, ao mesmo tempo, podem apontar tendências de novas configurações à medida que avançam estratégias de políticas, e podem indicar, prospectivamente, caminhos futuros (MELLO; THÉRY, 2001).

Os autores conseguiram detectar por meio dos modelos gráficos, e diversos indicadores, um conjunto importante de informações como os pontos nodais, as redes, os eixos de força, as zonas estratégicas, as discontinuidades e as acessibilidades e desvendar as dissimetrias do espaço amazônico brasileiro.

Procuraram analisar a espacialização da ação estatal na região marcada por meio de ações econômicas, sociais e ambientais e de conflitos resultantes de diferentes visões de desenvolvimento. Como se sabe, na Amazônia há disputas sobre qual o melhor modelo de desenvolvimento para a região, embora, indiscutivelmente, tenha sido o modelo capitalista de crescimento econômico o qual se aplicou (modelo que ver a natureza como um empecilho) desde os tempos do descobrimento e da colonização nacional.

Vale a pena trazer a figura 1, abaixo, que mostra Amazônia Legal brasileira. A figura mostra as “manchas” referentes a população no ano de 1996² e revela bem a configuração das redes urbanas e suas zonas de desenvolvimento com destaque para áreas metropolitanas como a capital Manaus no estado do Amazonas, a capital Belém no estado do Pará e São Luís no estado do Maranhão. Macapá no estado do Amapá se localiza um pouco acima de Belém. Eu destaco a cidade de Macapá porque aqui temos a UNIFAP e a instalação do Observatório objeto de nossas reflexões.

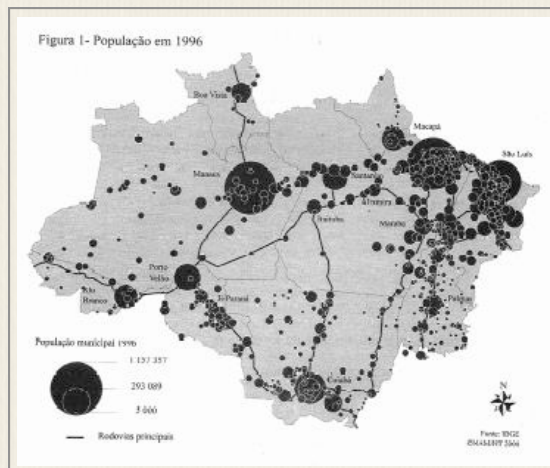


Figura 1 – Localização dos centros dinâmicos e população na Amazônia Legal em 1996

Fonte: Mello; Théry (2001).

² Embora os dados sejam do ano de 1996 a figura, didaticamente, expressa o que pretendemos mostrar. Os locais onde o dinamismo populacional é mais presente.

A Amazônia, essa importante região nacional, e que a cada dia ganha mais visibilidade dadas as suas proporções ambientais muito positivas, é paradoxalmente, uma região em que os modelos de desenvolvimento que se aplicaram a ela, até agora, não foram capazes de reverter os pífios índices sociais e econômicos muito abaixo das médias nacionais, ainda que avanços devam ser reconhecidos nos últimos anos.

A interlocução com Sousa; Santos; Sousa (2016) que estudaram a Amazônia sob a perspectiva da pobreza multidimensional, através da análise de indicadores conjunturais e mensuração de um índice sintético que eles criaram e denominaram de Índice de Desenvolvimento da Família (IDF), ajuda também a entender aspectos estruturais e conjunturais da região norte brasileira.

Os resultados da pesquisa dos autores acima, no que diz respeito a análise conjuntural, mostraram que a região conseguiu uma significativa melhora no período de 10 anos (2000-2010), principalmente nos indicadores de habitação, educação e pobreza econômica.

Em relação aos dados do IDF, a Amazônia ainda apresenta limitações pois encontra-se em condições abaixo do nível de desenvolvimento nacional, de acordo com as faixas de classificação para o país.

Sousa; Santos; Sousa (2016) reconhecem que a região é muito importante para as perspectivas de desenvolvimento econômico do Brasil, devido ao seu papel no suprimento de energia hidroelétrica, minérios, de agropecuários e produtos florestais. Entretanto, há persistência da pobreza e desigualdade razão pela qual foram levados a trabalhar exatamente com o conceito de pobreza multidimensional.

O diagnóstico da Amazônia Legal feito por eles revela que a região é composta pelas seguintes unidades da federação: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além do Mato Grosso e parte do Maranhão. A região ocupa 59% do território brasileiro e abriga 24 milhões de habitantes (12% da população nacional). A tabela 1 expõe o perfil dos nove (9) estados, apresentando informações como número de municípios, população, urbanização e densidade demográfica.

Tabela 1 - Perfil demográfico dos Estados da Amazônia Legal

Estado	UF	Área (milhares de km ²)	Número de Municípios	População em 2010 (milhares)	Urbanização em 2009 (%)	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Acre	AC	152,6	22	707	79	4,6
Amazonas	AM	1.570,7	62	3.351	83	2,2
Amapá	AP	142,8	16	649	98	4,5
Maranhão	MA	249,6	181	5.355	70	18,7
Mato Grosso	MT	903,4	141	2.955	82	3,4
Pará	PA	1.247,7	143	7.444	75	6,0
Rondônia	RO	237,6	52	1.537	73	6,4
Roraima	RR	224,3	15	425	85	1,9
Tocantins	TO	277,6	139	1.374	74	4,7
Amazônia Legal		5.006,3	771	23.797	80	4,7
Brasil		8.514,9	5.592	190.733	84	22,5

Fonte: Sousa, Santos e Sousa (2016)³

³ Embora os dados não estejam atualizados, eles têm, aqui, somente o condão de revelar as assimetrias regionais e intrarregionais em nosso país. Esta mesma nota vale para os gráficos que virão sobre indicadores econômicos e educacionais. Faço essa opção para salvaguardar a importância da fonte e o esforço que os autores citados fizeram em compilar e sistematizar informações tão valiosas. Por outro lado, sabemos que a estrutura da desigualdade brasileira é historicamente insistente não tendo sofrido mudanças radicais nos últimos anos razão pela qual vale a pena manter as tabelas e gráficos no formato original. .

Por outro lado, o gráfico 1, abaixo, traz dados quanto à extrema pobreza econômica nos anos de 2000 e 2010. Em 2000 era, de aproximadamente, 24 milhões de pessoas que viviam com até meio salário mínimo⁴/mês posto que 12,48% foi o percentual nacional. Em 2010, a pobreza extrema⁵ nacional caiu para 6,62%, percentual de brasileiros que viviam com renda inferior a um quarto do salário mínimo.

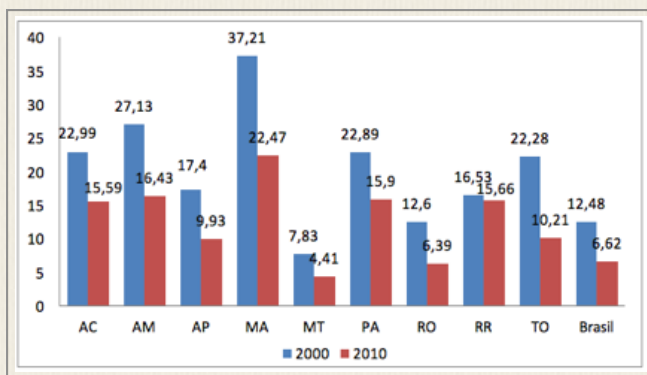


Gráfico 1 - Percentual da população vivendo em condições de extrema pobreza no Brasil e Estados da Amazônia Legal em 2000 e 2010.

Fonte: Sousa; Santos; Sousa (2016). Adaptado de PNUD (2010).

Em Sousa, Santos e Sousa (2016) o Maranhão⁶ foi o estado que apresentou maior percentual da população vivendo em pobreza extrema nos dois períodos como se observa no gráfico 1. Em 2000 apresentou percentuais de 37,2% e em 2010 esses valores tiveram uma queda significativa, apresentando valores de 22,5% e 39,5%, respectivamente. Tocantins apresentou as quedas mais significativas já que em 2000 apresentava um percentual de 22,3% de extrema pobreza.

No estado do Amapá, os índices de extrema pobreza também eram significativos, todavia, ocorreu importante queda nos registros referentes ao ano de 2010 indicando o percentual 9,93%. Não obstante, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), neste ano de 2022, o Amapá é o estado com maior concentração de população pobre da região norte com 55,9% de seus habitantes vivendo com até meio salário mínimo, o correspondente a R\$ 606,00.

No escopo do Observatório, o indicador educação, aqui, se traduz de modo muito importante dada a sua natureza específica. Sabe-se, pelas diretrizes da Teoria do Capital Humano (TCH) que a educação se tornou o principal meio catalisador para desenvolver pessoas, construir uma sociedade mais justa, e por consequência, alcançar o desenvolvimento econômico. Assim, pela TCH, nenhum país conseguiria se desenvolver sem investimentos em educação.

⁴ Em 2010, o valor do salário mínimo nacional foi de R\$ 510,00. No Brasil não há salários mínimos regionais.

⁵ Hoje, em 2022, o salário mínimo nacional é de R\$ 1.212,00. Viver na pobreza no Brasil é ter renda per capita entre R\$ 303,00 à R\$ 606,00. Quem sobrevive com menos de R\$ 303,00 vive em extrema pobreza.

⁶ Os dados referentes ao estado do Maranhão levaram em consideração o estado do Maranhão por completo.

Não há dúvidas que os preceitos das diretrizes dessa teoria foram impiedosamente propagandeados pela mídia e que as pessoas acorreram a esse recurso crendo na capacidade de que a Escola, por exemplo, pode realizar a mobilização social levando-as para uma vida melhor, o que nem sempre acontece.

Todavia, não há dúvidas que esse fenômeno está estabelecido e, neste momento, no Brasil com muita força. Mas, as críticas pertinentes devem ser feitas porque não há resultados homogeneizados decorrentes de investimentos em educação, nem quando os investimentos são públicos ou mesmo individuais.

No Brasil o acesso à educação cresceu exponencialmente nos últimos 10 anos. Na Amazônia Legal o analfabetismo caiu bastante ainda que o analfabetismo funcional continue elevado, conforme Sousa; Santos; Sousa (2016), baseados que estão nos vários indicadores macros sociais do país.

Eles apuraram, por exemplo, que de 1990 a 2009 o analfabetismo caiu de 20% para 11%, no entanto, entre a população considerada alfabetizada (89%), estima-se que 23% seriam de analfabetos funcionais, ou seja, a taxa de analfabetismo real (analfabetos + analfabetos funcionais) era de 33% em 2009⁷.

Mais uma vez, o Maranhão apresentou a pior taxa de analfabetismo real: 51% (19% analfabeta declarada e 32% funcionais); por outro lado, o estado que apresentou o melhor resultado foi o Amapá, local de pesquisas empíricas vinculadas ao ODG/UNIFAP. Vejamos o gráfico a seguir.

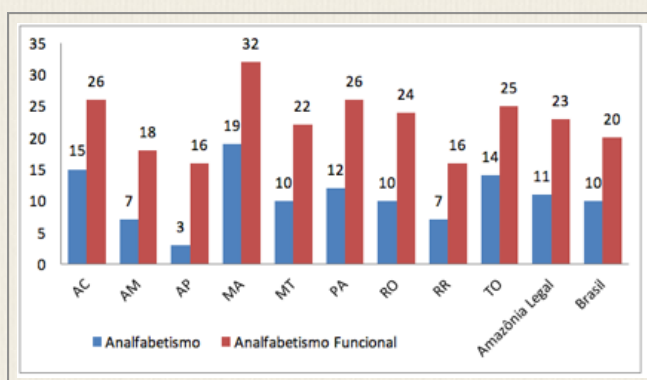


Gráfico 2 - Taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional (% da população ≥ 15 anos) na Amazônia Legal em 2009 (%)

Fonte: Sousa; Santos; Sousa, 2016. Adaptado de IBGE, 2010.

Outro indicador importante, a trajetória escolar dos jovens brasileiros, o tempo mínimo de estudo, foi determinado pela legislação constitucional o tempo de 12 anos, ocasião em que o estudante pode concluir o Ensino Médio. No entanto, na vida real, tanto a média nacional como os números para a Amazônia Legal registram que o tempo médio de estudo da população continua sendo muito baixo. De 1990 a 2009 esse tempo subiu na Amazônia de 5,1 anos para 6,6 anos em 2009 enquanto a média nacional, por sua vez, subiu de 4,8 para 7,1.

Contudo, em todos os estados amazônicos foram registrados aumentos nos anos de estudos. O que apresentou melhor situação foi o Amapá, subindo de 7,3 anos em 2001 para 8 anos em 2009; em seguida Roraima

⁷ É curioso notar que este número está próximo dos índices de pobreza e extrema pobreza da região.

com 5,3 em 2001 para 7,8; Amazonas com 6,7 em 2001 para 7,4 em 2009. O estado que apresentou o pior resultado foi o Maranhão, com 4,1 anos de estudos em 2001 para 5,6 anos em 2009.

Ocorreu também, na região norte, aumento relevante na taxa de frequência escolar⁸ líquida de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos que frequentavam o Ensino Fundamental: 71% em 1991 para 90% em 2009. No Brasil o aumento foi de 81% para 91% (SOUSA; SANTOS; SOUSA, 2016)

A taxa de frequência para adolescentes de 15 a 17 anos passou de 9% em 1991 para 47% em 2009 na região, no Brasil passou de 18% para 51% no mesmo período. A taxa de frequência bruta⁹ é ainda maior na Amazônia em 2009: 97% para crianças e 84% para adolescentes. Entretanto, como em todo o Brasil, na Amazônia a distorção idade-série é mais severa. Em 2008, 26% dos alunos do Ensino Fundamental tinham idade superior à recomendada e entre os alunos do Ensino Médio o percentual é de 39% (SOUSA; SANTOS; SOUSA, 2016). São importantes educadores educacionais que devem ser atualizados e cruzados analiticamente a fim de que os pesquisadores possam compreender melhor o processo de desenvolvimento regional da Amazônia e do Amapá.

Em relação ao indicador Acesso ao Conhecimento (IAC), o grande crescimento dele se dará no período 2000 para 2010 (550%) e deveu-se à queda no analfabetismo e analfabetismo funcional e principalmente ao forte aumento no quantitativo do número de famílias com adultos apresentando Ensino Fundamental completo, Ensino Médio completo, e sobretudo Ensino Superior completo. É a fase da “sociedade do conhecimento”, notoriamente.

A tabela abaixo resume os índices que, reunidos, formaram o IDF criado pelos autores aqui citados recorrentemente.

ÍNDICES	2000	2010	2010-2000 (%)
Ausência de Vulnerabilidade das Famílias (IAVF)	0,38	0,29	-24
Acesso ao Conhecimento (IAC)	0,06	0,39	550
Acesso ao Trabalho (IAT)	0,43	0,52	21
Disponibilidade de Recursos (IDR)	0,08	0,14	75
Desenvolvimento Infantil (IDI)	0,06	0,02	-67
Condições Habitacionais (ICH)	0,29	0,62	114
Índice de Desenvolvimento das Famílias por Município (IDFm)	0,22	0,33	50

Tabela 2 - Resultados do IDF e suas dimensões – Amazônia Legal – 2000 e 2010
Fonte: Sousa; Santos; Sousa (2016).

Resumindo, Sousa, Santos e Sousa (2016), mostram, na Tabela 3, abaixo, em uma análise dos estados que compõem a Amazônia, para o ano de 2000, os que apresentaram maiores IDF's foram Roraima (0,26), Mato Grosso (0,25), Amapá (0,25) e Rondônia (0,25).

⁸ A “taxa de escolarização líquida” indica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade.

⁹ A “taxa de escolarização bruta” permite que se compare o total da matrícula em um dado nível de ensino com a população na faixa etária adequada a esse nível.

Dez anos depois, o que apresentou maior IDF foi Mato Grosso (0,37) seguido de Rondônia (0,36). No entanto, vale ressaltar que o estado que apresentou uma maior variação de crescimento foi o Maranhão (61,58%), e mesmo assim só conseguiu ser maior que o do Acre (0,29) e do Amazonas (0,29). Isto revela que a situação do Maranhão em 2009 era dramática.

Lembro aqui, mais uma vez, que os autores fizeram uma classificação/categorização do IDF nos seguintes termos: acima de 0,80 seriam considerados com alto nível de desenvolvimento, entre 0,50 e 0,79 com médio desenvolvimento e, finalmente, índices menores que 0,50, baixo nível de desenvolvimento.

A tabela, portanto, faz uma panorâmica final dos estados da Amazônia podendo-se inclusive fazer uma comparação com a média regional.

Como se percebe, a variação referente ao estado do Amapá, em média, é a pior de toda a região apesar de o estado ser um dos melhores no indicador educação: um paradoxo que merece mais análise e atenção pelos pesquisadores. O Observatório é uma excelente instância de verificação dessas questões.

Tabela 3 - IDF dos estados que compõe a Amazônia Legal, 2000 e 2010

Região e Estados	IDF		
	2000	2010	2010-2000(%)
Amazônia Legal	0.22	0.33	50
Rondônia	0.25	0.36	42.69
Acre	0.19	0.29	55.99
Amazonas	0.19	0.29	55.80
Roraima	0.26	0.34	31.73
Pará	0.21	0.32	49.88
Amapá	0.25	0.31	23.84
Tocantins	0.23	0.35	52.77
Maranhão	0.19	0.31	61.58
Mato Grosso	0.25	0.37	44.80

Fonte: Sousa; Santos; Sousa, 2016. Adaptado de IBGE 2000 e 2010.

Sousa, Santos e Sousa (2016) mostram que no ano de 2010, nos 9 estados as dimensões que mais puxaram o IDF para cima foram Acesso ao Trabalho e principalmente Condições Habitacionais, mas há que destacar o Acesso ao Conhecimento, que teve um crescimento expressivo, de 550%, conforme a Tabela 2. Já a dimensão que mais puxou o

IDF para baixo foi Desenvolvimento Infantil juntamente com a dimensão Vulnerabilidade das Famílias. Estes, impediram o maior crescimento do IDF no ano de 2010, pois suas quedas de um ano para outro foram impactantes.

Exposto os dados acima, pode-se dizer que a Amazônia é sem dúvidas uma região emblemática para o Brasil. Finalmente, é possível afirmar que a produção científica das décadas de 1970, 1980 e início da década de 1990, indicam que a região se tornou uma verdadeira fronteira econômica de ação do capital e de controle por parte do Estado brasileiro no processo de estruturação do seu território (TRINDADE JR, 2011).

A PERIFERIA DA AMAZÔNIA: O ESTADO DO AMAPÁ - SINGULARIDADES SETENTRIONAIS

Nesta seção continuo propondo reflexões sobre a região, mas agora “subindo” no mapa para o estado do Amapá onde se encontram, especificamente no campo empírico, os fenômenos que podem e devem ser objetos analíticos do ODG/UNIFAP.

Continuo seguindo uma linha de caráter mais descritivo, mas desta feita com fortes componentes da historiografia e começo a indicar as características da herança cultural da região do estado do Amapá. Faço isso já com o intento de construir argumentos para melhor delinear quem seriam, hoje, os habitantes da Amazônia Setentrional: de quem eles descendem? Quem eram seus ascendentes, o que faziam, do que viviam, como viviam e em qual contexto sociocultural sobreviveram?

O estado do Amapá estende-se sobre uma área de 142.815 km², correspondendo a 1,67% da superfície brasileira, sendo considerada uma das menores e menos povoada unidade da federação. Faz limite ao norte com a Guiana Francesa, a noroeste com o Suriname, a oeste e sul com o estado do Pará e, a leste com Oceano Atlântico. Possui 75% de sua área coberta pela floresta amazônica, sendo conhecido como o estado mais preservado do Brasil. Isto também se deve ao fato de que 72% de seu território é constituído por áreas de preservação – Unidades de Conservação e Territórios Indígenas. (TOSTES; FERREIRA, 2016)

Nesta unidade da federação encontra-se dezesseis municípios e, de acordo com estimativa do IBGE (2016), em 2015¹⁰, toda a população do estado estava estimada em 766.679 habitantes, representando 0,37% da população do Brasil. É importante destacar que, deste total, cerca de 60% da população do estado se concentra na capital, Macapá.

O Amapá possui em sua cultura a diversidade encontrada nas regiões norte e nordeste devido aos processos migratórios ocorridos, principalmente, a partir do século XIX. Possui baixa relevância em termos econômicos no conjunto nacional. O setor industrial e agrícola do estado é pouco explorado em grande escala, sendo que a base das atividades econômicas está dependente dos setores comercial e público. As atividades industriais representam apenas 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado. Destes 1,6% são das indústrias extrativistas e 2,6% das indústrias de transformação. (TOSTES; FERREIRA, 2016)

No estado existe um grande potencial hídrico, dispondo de variadas possibilidades de integração econômica por meio deste recurso. No setor energético considere-se, por exemplo, a recém construção de três novas hidrelétricas: Ferreira Gomes, Santo Antônio do Jari e Cachoeira Caldeirão (e ampliação da Hidrelétrica Coaracy Nunes), que vem contribuindo para o desligamento de termoeletricas e na exportação de energia para outros estados brasileiros e países vizinhos, como a Guiana Francesa.

¹⁰ O mesmo IBGE estima que no ano de 2021 a população era de 877 mil habitantes com 59,52% morando na capital Macapá.

O Amapá teve suas origens ligadas à Coroa Portuguesa no período denominado de Brasil-Colônia e até 1943 esteve vinculado ao estado do Pará. As terras foram batizadas inicialmente com o nome de “*Adelantado de Nueva Andaluza*” e foram concedidas pelo Rei Carlos V a Francisco Orellana, em 1544. A Vila de São José de Macapá seria fundada somente em 1758 e viria mais tarde a se tornar a capital do então Território Federal do Amapá, já em 1943.

As terras do Amapá são ricas em minérios, inclusive ouro, o que despertou interesses franceses em ocupar a região, na tentativa de expandir seu território no platô das Guianas. Ameaçado pelas cobiça e incursões mercantilistas de ingleses, holandeses e franceses o Estado português se viu obrigado a resguardar a entrada da foz do rio Amazonas. As chamadas, então, Terras do Cabo Norte, assim chamadas no início, foram ocupadas, e após muito conflitos, os portugueses estabeleceram a hegemonia no extremo norte do Brasil, à época, já por meio da Cia. do Grão-Pará.

Em Amorim (2016, p. 65)

[...] a capital Macapá durante o período de consolidação portuguesa foi se modificando e se reconstruindo espacialmente para atender as demandas sociais e de infraestrutura. Inicialmente serviu de ponto estratégico de defesa do território português e produtor agrícola, na embocadura do rio Amazonas e, em um segundo momento como entreposto comercial com a cidade de Belém e com os pequenos vilarejos das ilhas Marajoaras. Aliás, a relação das pequenas cidades vinculadas a Ilha de Marajó com Macapá até hoje é muito intensa com a capital do Amapá recebendo a maioria dos migrantes dessa região.

Mazagão, outra cidade importante à altura do século XVIII fora fundada em 1770 e tinha como objetivo abrigar as famílias lusitanas que foram deslocadas de Mazagão, na África, para o Brasil, como resultado dos pesados investimentos realizados por Marquês de Pombal na colonização por intermédio Cia. do Grão-Pará.

Além de famílias vindas da africana Mazagão outro fator de construção histórica das terras amapaenses diz respeito à chegada de imigrantes portugueses vindo dos Açores e das Ilhas Canárias para assegurar a militarização local e garantir produção agrícola para alimentar a população ali residente. Inicialmente, foi realizada a prática de criação de gado e corte de madeiras, mas a agricultura era o principal fator produtivo. Nas terras do Cabo do Norte colonos portugueses, escravos advindos da África e indígenas mobilizados de locais diversos do vale amazônico, conviviam na formação social e econômica da região. As primeiras famílias de colonos, se mantinham por meio de relações sociais coercitivas, para se estabelecer o cultivo agrícola (AMORIN, 2016)

Com a criação da Companhia Geral do Grão-Pará, Pombal ensaiou transformar o delta amazônico e a planície fluvial (várzeas) em um celeiro agrícola através do cultivo e beneficiamento do arroz e do incentivo ao plantio de algodão. É um período em que a rede urbana sob a égide da Companhia se desenvolve de forma acelerada. No estado do Amapá, Macapá será o centro desse povoamento.

Em meados do século XIX, não havia pouca gente habitando as terras hoje amapaenses: de 8.000 a 10.000 brasileiros ocupavam a região entre rio Oiapoque e o rio Araguari. Entre o trecho da localidade de Amapá-pequeno à Tartarugal, em 1883, contavam-se 35 pequenos vilarejos. A paisagem social e econômica, era marcada por sítios de caboclos, fazendas de gado, propriedades agrárias de maior corpo e os núcleos urbanos nascentes (AMORIN, 2016). A vila de Mazagão, por exemplo, produzia farinha de mandioca para o consumo interno.

Na região amazônica como um todo, em especial nas sub-regiões do interior, prevaleceu até há bem pouco tempo (década de 1970) um modo de vida muito singular associado ao tipo caboclo, também conhecido como

“vida ribeirinha”. As origens do modo de vida dessa população passam, obviamente, pelos tempos iniciais da colonização e por uma relação especial com a floresta, com a terra e com os rios, fonte de nutrição e da sobrevivência desses povos do interior do norte do Brasil.

Até aqui temos importantes reflexões sobre o quadro sociográfico ao qual os pesquisadores amapaenses têm se debruçado. Em se tratando de análises para a compreensão do desenvolvimento regional tais reflexões podem ser úteis na compreensão das chaves de uma herança cultural histórica que repercute até hoje no presente com muita força.

FORMAÇÃO DE REDES DE PESQUISADORES

Redes sociais referem-se a um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por relacionamentos sociais, motivados pela amizade e por relações de trabalho ou compartilhamento de informações e, por meio dessas ligações, vão construindo e reconstruindo a estrutura social (TOMAEI; MARTELETO, 2006), seja em escalas macrossociais, mesos, ou micros sociais.

Quando se habla de una Red, se entiende como un grupo de individuos que, em forma agrupada o individual, se relacionan con otros con um fin específico, caracterizado por la existência de flujos de información (ALEJANDRO; NORMAN, 2005, p. 07).

O estudo das redes coloca em evidência um dado da realidade social contemporânea de que os indivíduos, dotados de recursos e capacidades propositivas, organizam suas ações nos próprios espaços políticos em função de socializações e mobilizações suscitadas pelo próprio desenvolvimento das redes (MARTELETO, 2001).

O ODG/UNIFAP tem esse escopo. Por meio dos programas de mestrados, agora dentro do mesmo projeto, podem incrementar novas e outras parcerias a fim intensificar as relações em suas redes de contatos. Considerando a parceria entre os dois programas o ODG/UNIFAP poderá manter com mais vigor projetos complementares, como o PROCAD-Amazônia e o Erasmus+.

O PPGMDR tendo suporte do PPGED, no módulo educação, por exemplo, podem, os dois, se servir dos indicadores sociais em interface com o ensino, a pesquisa e a extensão, transformando o Observatório num foro de diálogo aberto e permanente entre a sociedade civil, governos, academia e outros atores relevantes para o processo democrático de formulação de políticas públicas.

Conforme o próprio texto do projeto aprovado na CAPES,

Observatórios são instrumentos fundamentais para reivindicar e monitorar a implementação de políticas públicas. Promovem a participação social, expandindo a democracia, e unem esforços na defesa de uma causa, levantando informações, debatendo, analisando, compreendendo, influenciando e agindo. Entre os temas que estarão ancorando a base de dados do Observatório, os indicadores da educação, em diferentes escalas, têm alta relevância para o planejamento de políticas públicas (UNIFAP, 2020, p. 11).

No âmbito do ODG/UNIFAP os programas acima atendem às demandas diretas e indiretas. As primeiras voltam-se ao discentes mestrados, alunos de várias áreas do conhecimento, inclusive servidores técnicos e professores vinculados a própria UNIFAP.

Quanto a demanda indireta, parcerias podem ser estabelecidas com membros da sociedade civil (cooperativas, associações, movimentos sociais, etc.), órgãos estaduais e principalmente municipais que podem

ter seu pessoal capacitados na formulação e monitoramento de políticas públicas, tendo como uma das ferramentas àquelas disponibilizadas pelo Observatório.

Para Castells (2007, p. 565) as redes, embora tenham existido em outros tempos e espaços – são a nova morfologia social das sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos, poder e cultura.

De acordo com Bourdieu (2007, p.31) “Se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu nada saiba de uma instituição acerca da qual julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo”.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O que argumentos acima teve o propósito de provocar reflexões acerca da importância do Observatório no cenário regional, em especial na sociedade local amapaense.

O incremento de redes de pesquisadores, inicialmente entre os dois programas de mestrados diretamente envolvidos, depois com ampliação para mais outros conjuntos de atores - alguns que já estão nos relacionamentos do PPGMDR e PPGED - somando-se a esforços e sinergias como os de interesses da sociedade civil, governos municipais e/ou projetos específicos para análises de indicadores regionais, são as possibilidades que mais se vislumbram com o surgimento do ODG/UNIFAP.

Devido a essas possibilidades, fizemos um passeio panorâmico pela região norte mostrando vários indicadores que apontam possíveis caminhos analíticos, tarefa específica para os pesquisadores vinculados, direta ou indiretamente, ao Observatório.

Revelamos traços históricos da herança cultural da Amazônia setentrional, especialmente. Assim o fizemos porque parece não ser possível entender o caráter do desempenho de políticas públicas atuais, locais, por exemplo, sem entender a herança institucional do quadro regional.

O Observatório está dotado desse desafio aqui refletido. Sua importância para contribuir com as políticas sociais regionais e locais é indiscutível.

Referências

- ALEJANDRO, V. A. O.; NORMAN, A. G. **Manual introdutório à análise de Redes Sociais**. 2005. Disponível em: . Acesso em: 15 jun. 2016.
- AMORIM, J. P. A. Organização Espacial da Sub-Região de Macapá, na Amazônia Setentrional Amapaense (1990 – 2015). Dissertação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional. Macapá: PPGMDR/UNIFAP, 2016.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007. 311 p.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2007. 698 p.
- MARTELETO, R. M. Análises de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência de informação. **Revista Ciência da Informação**. Brasília, v. 30, n. 1. p. 71-81, jan-abr 2001.
- MELLO, N. A.; THÉRY, H. A armadura do espaço amazônico: eixos e zoneamentos. **Revista ALCEU** - v.1 - n.2 - pg 181 a 214 - jan./jul. 2001.
- SOUSA, L. C. R.; SANTOS, R. B. N.; SOUSA, D. S. P. Desenvolvimento e pobreza multidimensional na Amazônia Legal. **Revista Espacios**. 37 (21), 2016.
- TOSTES, J. A.; FERREIRA, J. F. C. Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França): definindo o corredor transfronteiriço. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 9, n. 3, p. 73-97, dez. 2016.

TOMAEL, M. I.; MARTELETO, R. M.. Redes sociais: posições dos atores no fluxo de informação. **Revista Ciência da Informação**. Florianópolis. Número especial. 2006.

TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro da. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 13 , n. 2 / novembro 2011. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p135>. Acessado em 02/02/2022.

UNIFAP. Universidade Federal do Amapá. **Observatório de Desenvolvimento Regional**. Disponível em https://www2.unifap.br/ppged/files/2021/02/PPGMDR_PPGED_Versao-Completa_020720-1.pdf. Acesso 02/02/2022.

O PLANEJAMENTO INSURGENTE NAS EXPERIÊNCIAS DOS PLANOS DIRETORES DOS MUNICÍPIOS DE LARANJAL DO JARI E OIAPOQUE



José Alberto Tostes

doi: 10.51324/80277988.6

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda a discussão do Planejamento Urbano Insurgentes nos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque a partir das experiências dos planos diretores elaborados nos anos de (2007) e (2020) (Figura 1). O contexto dessas experiências se deu em um momento bem favorável à Universidade Federal do Amapá (Unifap) estava em pleno crescimento de sua expansão com a criação de novos cursos, de graduação e pós-graduação. No ano de 2005 começou a funcionar o Curso de Arquitetura e Urbanismo e em 2006, o Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional.



Figura 1 - Localização dos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque no estado do Amapá.

Fonte: PDP de Oiapoque (2020).

Através do Curso de Arquitetura e Urbanismo foi criado o Projeto de Extensão: *Metodologias participativas de projetos urbanos para os municípios amapaenses* (2005) e no ano de 2006, no mestrado, o projeto *Planejamento Urbano Regional para os Municípios Amapaenses*. Em 2005, foi firmado com ambos os municípios o acordo de cooperação que resultou na elaboração dos planos diretores.

A experiência de Oiapoque foi mais longa por conta de diversos entraves e conflitos em toda a trajetória do trabalho. Acrescente-se, também, que essas suas experiências ocorrem nos municípios extremos ao norte e ao sul do Estado do Amapá; bem como, são os únicos que apresentam contato com a fronteira internacional, Laranjal do Jari com Suriname e Guiana Francesa, ao passo que o Oiapoque possui fronteira somente com a Guiana Francesa (Figura 1).

O artigo tem como finalidade realizar uma abordagem sobre essas duas experiências, verificando fatores e variáveis que decorreram para a aplicação prática do plano nos municípios. Definiu-se alguns pontos de análise para realizar a comparação entre Laranjal do Jari e Oiapoque.

O texto está construído nas seguintes seções: uma breve discussão conceitual sobre o *planejamento insurgente*; algumas abordagens sobre as experiências de Laranjal do Jari e de Oiapoque e; a análise comparativa entre esses municípios.

A metodologia utilizada é do método histórico dialético, tendo como fundamento as observações dos fenômenos e suas contradições com relação aos resultados obtidos nos municípios. Os documentos oficiais analisados foram os planos diretores dos municípios, relatórios técnicos, o relatório de gestão, os planos plurianuais, a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e relatos de visita in loco.

A discussão conceitual é sobre o *planejamento urbano insurgente*, que consiste basicamente em fazer um contraponto com a concepção tradicional do planejamento clássico. A insurgência passou a ser nos últimos dez anos o fator preponderante para se compreender dois pontos considerados fundamentais pelos autores abordados: a cidadania e o cidadão na transformação coletiva.

A relevância do material está na originalidade de trazer algumas reflexões sobre dois grandes trabalhos realizados pela Unifap entre 2005 a 2020. De abordar como o planejamento insurgente como algo fascinante no seu processo construtivo, mas ao mesmo tempo se conflita com os distintos interesses que afetam diretamente a realidade das cidades e dos municípios e, por esse aspecto, desvendar as causas e efeitos sobre a reduzida ou secundarização da aplicação dos planos diretores nesses municípios.

O PLANEJAMENTO URBANO INSURGENTE: PROPOSIÇÃO E REAÇÃO

Optou-se no artigo para explicar os fenômenos decorrentes de duas ações de planejamento no estado do Amapá, referentes aos casos dos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque (por conta de o autor deste texto ter sido o responsável pela elaboração dos seus respectivos Planos Diretores Urbanos) e, a discussão sobre o *planejamento insurgente*, tal conceito vem sendo aplicado nas teorias do planejamento urbano para dar maior ênfase aos processos que envolvem a natureza e percepção dos lugares. Diversos autores e teorias defendem esse tipo de planejamento como aquele que cria um contraponto aos projetos neoliberalistas vigentes nas duas últimas décadas.

A abordagem teórica explica fato sobre como o planejamento é dividido em partes, começando com as demandas sociais, avança para o conhecimento técnico dos problemas e posteriormente se associa a construção de propostas que possam aliar aos interesses de todos os envolvidos, todavia, todo esse exercício requer entender o significado de cidadania, não como algo isolado, mas um conjunto que envolve toda a coletividade.

Entender a realidade de Laranjal do Jari e Oiapoque sobre a abordagem conceitual do *planejamento insurgente* nos coloca diante das explicações mais racionais de melhor avaliar os distintos cenários de construção de um instrumento público, mas também das implicações sociais, políticas e econômicas e sobretudo administrativas que são movidas por distintos interesses sobre o espaço urbano das cidades.

Segundo Freitas, Queiroz e Gonçalves (2017) os autores citam as ideias de Miraftab (2012) que define três aspectos que englobam a cidadania moderna, são elas: os direitos, as expectativas e as responsabilidades que associam a concepção de Estado-Nação. Tem sido intenso o padecimento pela população nas últimas décadas por conta das demandas por políticas públicas que atendam às necessidades básicas por moradia, transporte, educação e saúde. Os autores destacam que a sociedade é formada por relações de poder, porém afirmam os distintos interesses que são construídos por cada setor. Nessa relação é comum perceber que os excluídos de alguma forma desafiam as normas instituídas e questionam os valores vigentes, sem que muitas vezes esse exercício seja de forma mais eficaz, é o que Holston (2008) denomina de *Insurgente*, trata-se de uma ação mais ativa de buscar os direitos, entretanto, utilizando ações e estratégias mais eficazes.

O conceito de planejamento insurgente provém de uma tradição radical na teoria de planejamento urbano. A discussão sobre a implicância de formas de auto-organização na produção do espaço baseia-se no conceito de “insurgência cidadã” (*insurgent citizenship*), inicialmente articulado por James Holston (1995, 2008), e incorporado ao discurso do planejamento por Sanderoock (1998), Friedmann (2002) e Miraftab & Wills, (2005). Para Miraftab (2009), há uma convergência entre estes autores em relação à noção de planejamento insurgente, quando esta noção se alinha com a de um tipo de planejamento radical, o qual resiste, contesta e propõe alternativas aos meios neoliberais de dominação na produção da cidade. Isto não exclui um tipo de resistência às formas e mecanismos de participação institucionalizados no Estado, visto que estes espaços participativos são, via de regra, largamente definidos de acordo com um conjunto de regras estipuladas pelo próprio Estado (PEREIRA; CUNHA, 2019, pag. 3).

Para Latendressi e Manzi (2018), percebe-se de forma comum que as ações governamentais, de forma geral, usam concepções de projetos neoliberais para incluir a urbanização como consequência, em que pese nas duas últimas décadas se verificar amplamente o crescimento dos atores sociais na construção de processos públicos, um fato dos dias atuais é que a participação popular não pode mais ser desconsiderada (BLONDIAUX; SINTOMER, 2002).

Tostes e Almeida (2020), por sua vez, acompanham o pensamento de Latendresse e Manzi (2018), quando afirmam que o ato de planejar historicamente tem sido atribuição do Estado, tal condição acabou por condicionar uma ação ideológica sobre a concepção do planejamento, foram as estruturas de planejamento que sempre refletiram o domínio das classes dominantes e se refletem na produção e organização da cidade contemporânea. As experiências de insurgências e resistências a esse planejamento urbano imposto colocou no centro do debate a revisão do sentido lógico do modelo dominante.

Tostes e Almeida (2021, p. 5) assim se expressam sobre o contexto neoliberal hegemônico:

Na produção da cidade reflete tal contexto quando, “(...) os direitos de propriedade privada e à taxa de lucro se sobrepõem a todas as outras noções de direito” (HARVEY, 2012), as práticas insurgentes buscam estabelecer outro tipo de relação com a cidade produzida e em produção.

Para Miraftab (2012), a concepção de pressão através de projetos neoliberais praticamente induziu a se pensar e discutir as questões de cunho epistemológico e ontológico relacionados a um novo direcionamento do planejamento. O neoliberalismo tem agido de forma voraz através do exercício de poder político e econômico e de encontrado maneiras de exercer o processo de exclusão na clara tentativa de esvaziar as tentativas de êxito do planejamento.

Diversos outros autores deram ênfase a discussão sobre projetos neoliberais e sua influência no contexto global (vide SANDERCOCK, 1998; BEARD, 2002; FRIEDMANN, 2011). Sobre eles, Miraftab (2012) destaca que, todos reconhecem que para a legitimidade do planejamento torna-se necessário as práticas cidadãs. Coloca como contraponto, o fato do *planejamento insurgente* ter se oposto com certo radicalismo a teoria do planejamento clássico.

É interessante perceber nas ideias de Miraftab (*op. cit.*) que a legitimação da participação cidadã, passa primeiro pelo Estado em ceder espaços de concessão, também admitir que há questões a serem consensuados; um segundo aspecto, é verificar de forma mais adequada mecanismos que possam coibir os excessos praticados por um dos lados envolvidos.

Um tema estratégico sobre essa discussão é colocado por Souza (2002) que a perspectiva do planejamento e gestão insurgentes irá depender sobre como os movimentos sociais possam apresentar contrapropostas de projetos. O autor destaca que muito embora tenham ocorrido avanços, o planejamento em si ainda é desprovido de senso crítico, as estruturas dominantes ainda utilizam inúmeras formas de cooptação para inverter a lógica que não seja dos interesses racionais dominantes.

Por esse fato é que muitas práticas adotadas para o planejamento deixam de ter autonomia, tal condição está diretamente relacionada ao mecanismo dos canais de comunicação, embora as práticas insurgentes sejam mais recorrentes acabam por ter limitações por não conseguirem divulgar mais amplamente os resultados de processos participativos. Para obter melhor qualidade de vida é preciso pactuar, discordar, sem, no entanto, ocorrer ações impositivas que descaracterizam as práticas insurgentes.

O Brasil apresenta um padrão que afeta profundamente a eficácia do planejamento, ou seja, a discussão de uma base consensuados sobre os estudos e escolhas que vai alcançar a todo o coletivo social (LIMA, 2015). As ações coletivas devem estar mais vinculadas a contextos mais amplos, de poder perceber as necessidades e demandas sociais, principalmente dos movimentos sociais urbanos, que “{...} atuam no interior de um tipo de sociedade, lutando pela direção de seu modelo de investimento, de conhecimento, ou cultural” (SCHERER-WAREN, 2005, p.18).

O que significa ter um segmento dominante? De alguma forma a *condução insurgente* mostra acertos e equívocos, implica na construção de maiores responsabilidades de todos. Toda e qualquer ação por mais impulsiva que seja poder deixar profundas marcas na cidade, mudar a percepção de lugares (SANSÃO, 2014).

É possível pensar o planejamento sem a participação popular? Na atualidade, negar essa participação recai sobre o estado diversas críticas quanto ao cumprimento das instâncias democráticas. Todavia, cabe a ressalva sobre processo de construção da *concepção insurgente*, o planejamento tem o antes, durante de depois, essa condição é imprescindível para que o planejamento mesmo sendo influenciado pelas correntes neoliberalistas e poder econômico dominante encontre as resistências da própria sociedade civil que deve agir de forma mais estruturada e organizada.

Pereira e Cunha (*op. cit.*, p. 19) agregam vários outros fatores que contribuem para a institucionalização da participação tornando o planejamento urbano cada vez mais diversificado diante de interesses dos diversos atores sociais que participam do processo,

A institucionalização da participação tornou o planejamento urbano contemporâneo um campo de ação mais complexo, não somente pela introdução de um número maior e mais diversificado de atores sociais, mas também porque estes agentes podem

representar interesses, projetos políticos e visões diferenciadas de cidade, muitas vezes em posições diametricamente opostas. Diante deste contexto, as estruturas e órgãos de planejamento municipais têm se deparado com uma necessidade emergente, a qual nem sempre é atendida de modo satisfatório: a de incorporar a capacidade coletiva da sociedade civil, de tematizar, problematizar e propor soluções para uma ampla gama de questões associadas à vida urbana nas cidades. A participação, inserida no aparelho burocrático do Estado capitalista, está amplamente sujeita às forças das conjunturas política e de poder, as quais podem corroborar o projeto neoliberal em andamento, não permitindo que uma série de demandas do campo social sejam contempladas no conteúdo final dos planos diretores.

Pereira e Cunha (2019) reforçam argumentos de como o campo social muitas vezes é preterido na finalização dos planos diretores, são argumentos que deixam evidente que muito embora tenham ocorrido avanços nas duas últimas décadas, os interesses que movem a sociedade civil são determinantes principalmente movidos pela força do capital e do poder econômico.

Tostes e Almeida (2021) ao adotarem os argumentos de Lima (2015) e de Latendresse e Manzi (2018) que a discussão sobre o *planejamento insurgente* surgiu como um contraponto a questão tradicional da teoria do planejamento, nos quesitos tradicionais onde sempre foi visível a imposição dos grupos dominantes, desconsiderando a participação efetiva dos cidadãos, e também diante desse pensamento, o Estado exerceu uma postura que deixou um certo ostracismo em relação aos espaços. Os projetos idealizados para cidades como Laranjal do Jari e Oiapoque se aplicam nesse domínio, onde o estado define ações institucionais, sem, no entanto, levar em conta por décadas a participação popular.

A EXPERIÊNCIA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI

O desenvolvimento da experiência do Município de Laranjal do Jari foi uma das ações estratégicas mais bem elaboradas com a participação da Unifap. Naquele momento, o projeto de aplicação era parte de uma grande missão extensionista, motivado em 2005 pela criação do Curso de Arquitetura e Urbanismo nesta universidade. O objetivo era proporcionar ferramentas de apoio a região do Vale do Jari (PAIXÃO; TOSTES, 2009). Foram várias viagens técnicas para o município entre os anos de 2005 e 2007, quando em abril desse mesmo ano foi aprovado o Plano Diretor na Câmara de Vereadores.

Os resultados do trabalho foram amplamente divulgados na publicação de artigos e um livro produzido, denominado: Planos Diretores no estado do Amapá: A experiência do município de Laranjal do Jari, Tostes (2009), a obra traz a narrativa de construção sistemática do plano. O Amapá havia vivenciado algumas experiências de elaboração de planos institucionais, com maior destaque para o último Plano Diretor do Município de Macapá realizado em (2004). O produto final foi visto com desconfiança pela sociedade por conta da rapidez e da pressa para sua conclusão, até os dias atuais, mesmo tendo passado 17 anos, não há registros e materiais que demonstrem a construção metodológica do trabalho.

Neste texto, não serão discutidos a formatação de como foi elaborado os planos diretores, e sim, nos resultados obtidos em favor dos dois municípios e das dificuldades e os entraves para dar sequência ao trabalho de planejamento de médio e longo prazo. Convém ressaltar que os municípios amapaenses desde a sua criação sempre tiveram dificuldades com relação ao planejamento e gestão de seu território, outro fator importante, no caso de Laranjal do Jari a relação institucional conturbada com ex gestores municipais sempre foi uma forte adversidade, fato comum em diversos municípios amazônicos onde prevalece o clientelismo (TOSTES, 2007; 2009; 2016).

Quando se iniciou os trabalhos em Laranjal do Jari, buscou-se instrumentalizar informações importantes sobre o núcleo urbano e o próprio município, um fato que auxiliou o desenvolvimento do trabalho pela Unifap foi a criação do Mestrado em Desenvolvimento Regional, em 2006, nessa oportunidade, duas dissertações foram produzidas pela primeira turma sobre a experiência do município de Laranjal do Jari no ano de 2008. O título “ O Plano Diretor Participativo: Análise das contribuições e alternativas para os problemas urbanos das áreas de várzea do município de Laranjal do Jari (Ap)” (PAIXÃO, 2008) e “ Cidade de Laranjal do Jari: Expansão urbana – Planejamento e Políticas públicas (FERREIRA, 2008). Um dos pontos mais destacados na produção dos trabalhos científicos está relacionado as limitações de terras para o planejamento da expansão do núcleo sede da cidade de Laranjal do Jari, embora tenha uma grande extensão, possui tão somente 0,9% de todo o território municipal (Figura 2).

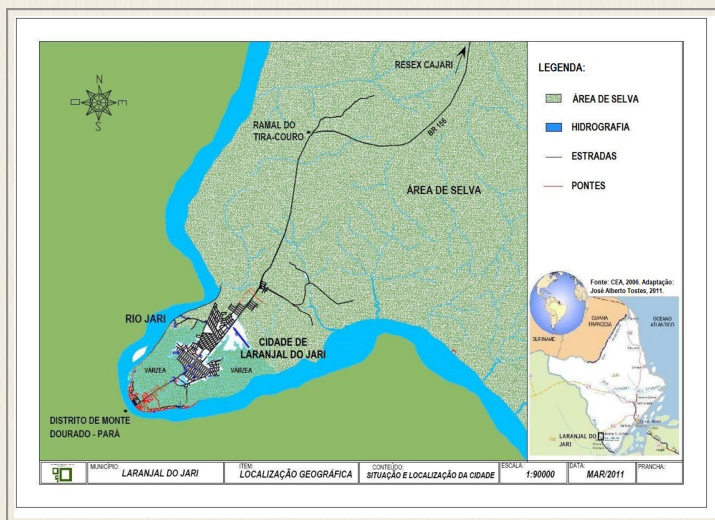


Figura 2 - Localização do núcleo da sede de Laranjal do Jari.

Fonte: PDP de Laranjal do Jari (2007).

Então, o planejamento municipal em Laranjal do Jari era precário, isso gerou a motivação posterior para que ao final da elaboração do Plano Diretor, fosse publicado o artigo científico: “Políticas urbanas intervencionistas na Amazônia: o caso do Laranjal do Jari (TOSTES, 2007), material publicado nos Anais do Encontro de Pós-Graduação de Planejamento Urbano Regional – ANPUR realizado em 2007 na cidade de Belém. O material demonstra claramente a relação institucional conflituosa na região do Vale do Jari desde a instalação da empresa Jari Celulose.

Destaca-se alguns itens importantes que devem ser pensados sobre a perspectiva de planejamento urbano antes de depois do plano, estamos nos referindo a esse tema após quatorze anos da finalização do trabalho. O primeiro item a ser destacado é o distanciamento sobre a ideia do planejamento, havia uma intenção de se produzir uma peça técnica dentro de um processo político, todavia, após a conclusão do plano, o instrumento produzido não foi colocado como prioridade no Plano plurianual de 2008 e nem na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias; o segundo aspecto, o fortalecimento institucional para criar a gerencia do Plano e formalizar o Conselho da Cidade e o terceiro aspecto a indefinição orçamentária para manter a perspectiva de elaboração dos planos setoriais. No

(Gráfico 1) está destacado os percentuais definidos pela população como as principais demandas em 2005 e 2006 que necessitavam de ações mais imediatas a serem equacionadas.

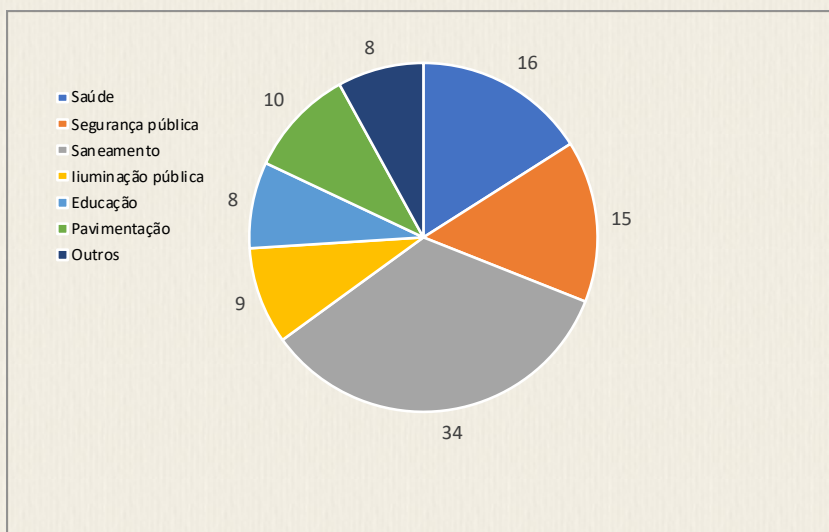


Gráfico 1 - Principais problemas do Município de Oiapoque (2006) (%)

Fonte: Pesquisa de Campo – PDP de Laranjal do Jari (2006).

Após quatorze anos com a verificação através de relatórios e documentos oficiais produzidos, além de registros oficiais em outros órgãos, constatou-se, por exemplo, um dos principais problemas continuava sendo as fragilidades de saneamento básico.

De acordo com Tostes e Almeida (2021) a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari, antes de depois do plano conseguiu obter mais de 50 milhões de reais para investir em diversos projetos em benefício da cidade e do município, é altamente contraditório que o volume de recursos obtidos pelo menos 5% tivesse sido destinado para continuar as metas de planejamento.

Chamava atenção no caso da experiência do Laranjal do Jari que depois da criação do município vários projetos foram concebidos para o desenvolvimento do núcleo urbano da cidade, destaca-se: O plano de Desenvolvimento Urbano da SUDAM em 1993 e o Projeto Delis 1998, foram propostas interessantes, pois se considerasse que no começo dos anos de 1990, a grande área úmida ocupada na cidade não tinha as proporções dos dias atuais, e porque essa experiência não avançou? Se deve basicamente a inércia dos prefeitos de sucessivas administrações municipais. A equipe do Plano Diretor constatou que não havia acervo municipal, algo surreal em função da necessidade de verificar dados e informações a respeito do município (RELATÓRIO TÉCNICO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI, 2006).

Para Ferreira (2008) a lógica que permeava o processo de planejamento no passado era não ter lógica, tratava-se de seguir uma formatação onde o planejamento era algo inteiramente secundário, deve-se fazer menção que no período de 2005 a 2007 foi organizado um conjunto de ações que visavam a melhoria do município, todavia, a partir de 2009 condição pós-plano expressiva parte do que havia sido conquistado no município foi perdido com as rupturas políticas (TOSTES; ALMEIDA, 2021). Esse cenário foi demonstrado em diversos trabalhos. Em Paixão e

Tostes (2009), por exemplo, são demonstrados como as fragilidades eram colossais para se colocar em prática o planejamento de médio e longo prazo.

Segundo Tostes; Almeida (2021) em 2009 a 2015, o município de Laranjal do Jari teve um elevado índice de afastamento de prefeitos do cargo por improbidade administrativas, considera-se que esse fato contribuiu para que no período, gradualmente ocorresse a perda do trabalho proposto; um segundo aspecto foi a dissolução de toda a equipe de planejamento em com isso a retirada da questão orçamentária; por último, os interesses escusos em relação ao que propunha o plano, nesse período em nenhuma ação ou decisão sobre o ambiente urbano foi baseada na Lei do Plano Diretor, constatação aferida em documentos oficiais do período (RELATÓRIOS DE GESTÃO DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI, 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015).

Portanto, a experiência do Laranjal do Jari nos remete a pensar como foi concebido o planejamento no Amapá desde a época do Território Federal, onde Macapá teve três importantes instrumentos: Grumbilf do Brasil (1959); Fundação João Pinheiro (1973) e H. J. COLE (1977), além de outro plano não aprovado oficialmente, agora na fase do estado do Amapá elaborado em 1990.

A EXPERIÊNCIA DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

O Município de Espírito Santo do Oiapoque possui peculiaridades que exigem uma atenção diferenciada sobre a gestão e planejamento de seu território, tais como: é o único município cuja sede está em contato com a que linha de fronteira internacional, por consequência, com a União Europeia; é o que possui a maior extensão fronteiriça com a França, pela Guiana Francesa (Figura 3); é o único inteiramente inserido na faixa de fronteira brasileira, de segurança nacional; possui variados entraves em variados contextos (fornecimento de energia elétrica; a pressões sociais e políticas na fronteira; garimpos ilegais combatidos pela Guiana Francesa; administrações municipais frágeis, em vários momentos sendo acionados pelo Ministério Público estadual e pela Justiça Federal por conta da aplicação incorreta de recursos federais). O município possui somente 1,7% de suas terras.

Esse breve cenário descrito já se evidenciava em 2005 quando foi firmado o convênio com a Unifap. Diferente de Laranjal do Jari, o Plano Diretor foi concluído em um período de dois anos (PAIXÃO; TOSTES, 2009), o município de Oiapoque desde sua criação sempre teve problemas para estabelecer o planejamento municipal, um dos maiores obstáculos ocorria na dispersão da sociedade em participar de ações em favor do lugar (NASCIMENTO, 2010; FERREIRA, 2018). Construir o processo de participação popular do Plano Diretor Participativo quebrou o estigma que afastava a sociedade local da construção de políticas públicas (FERREIRA, 2018).

Embora as dificuldades tenham sido extremas com relação aos fatos que decorreram no desenvolvimento da trajetória de mais de uma década e meia do trabalho, o município de Oiapoque foi amplamente estudado e pesquisado pela Unifap em diversas áreas, no Mestrado em Desenvolvimento Regional foram produzidas quatro dissertações a partir do ano de 2010, sob a orientação do autor deste texto (NASCIMENTO, 2010; (BOTELHO, 2017; FERREIRA, 2018; PEDRADA, 2021) um estágio de pós-doutorado realizado pelo autor na Universidade de Coimbra (TOSTES, 2011) e uma supervisão de estágio de pós-doutorado no Mestrado em Desenvolvimento Regional da Unifap (TOSTES; FERREIRA, 2015).

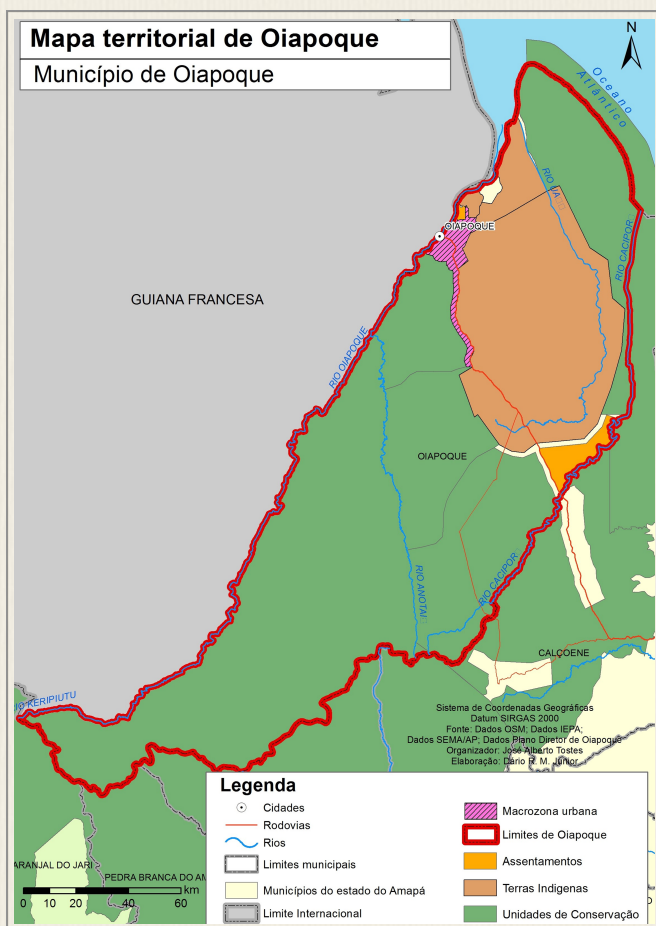


Figura 3 - Território do Município de Oiapoque.

Fonte: PDP de Oiapoque (2019).

No caso específico do município de Oiapoque teve uma trajetória de quatorze anos, tendo avanços e rupturas em diversos momentos. Um dos motivos dessa inconstância foram as instabilidades de governanças que historicamente sempre ocorreu na fronteira. Na construção do Plano Diretor Municipal de Oiapoque foram utilizadas diversas estratégias como a pesquisa de campo onde foram definidas as principais prioridades do município (Gráfico 2) também foi possível a mobilização do poder público, do setor privado; a mobilização da sociedade civil através das instituições não governamentais, associação de bairros, instituições acadêmicas e técnicas (TOSTES, 2016), até a sua conclusão em 2020.

De acordo com Nascimento (2010), Botelho (2017), Ferreira (2018) e Pedrada (2021), os aspectos elucidativos sobre a realidade municipal que abordam questões estruturais para se compreender a dinâmica do lugar e o sentido dado pela trajetória do Plano Diretor. Muito embora pareça algo largo o tempo de elaboração de um trabalho, de 14 anos, foi possível mensurar como a academia deu um contributo no universo de publicações,

mesmo quando tudo parecia perdido, assim publicou-se o livro “Em busca do plano perdido” (TOSTES, 2016). A obra reúne um conjunto de reflexões de temas cruciais que marcaram os inúmeros entraves e conflitos institucionais na cidade de Oiapoque e também na fronteira com a Guiana Francesa.

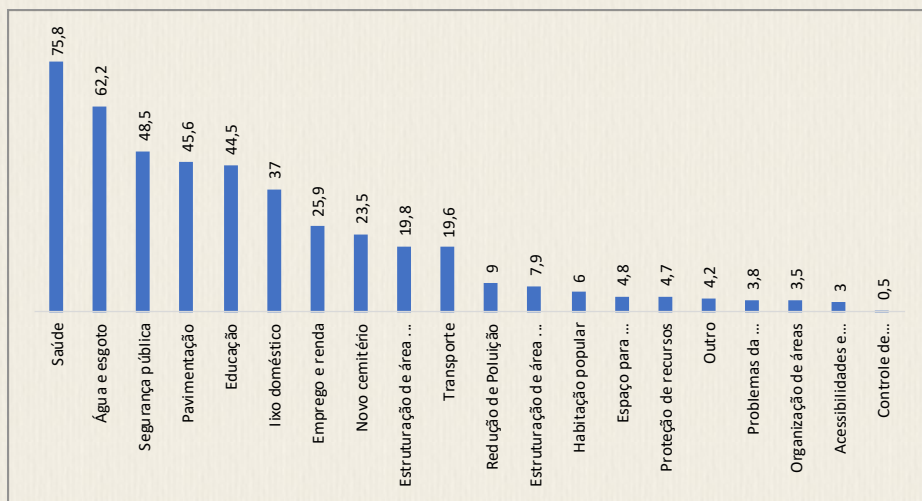


Gráfico 2 - Principais problemas do Município de Oiapoque (2017).

Fonte: Pesquisa de Campo – PDP Oiapoque (2017).

A relação com a política pública durante todo o processo de construção do Plano Diretor Municipal foi tensa com o governo municipal, em certos momentos conflituosas, entre os principais conflitos estavam as discordâncias entre a universidade e a prefeitura quanto ao direcionamento do trabalho; outro fator conflituoso, se deu pela interferência e mudança da equipe técnica da prefeitura que era constantemente alterada, gerando prejuízos no desenvolvimento do trabalho por conta que o grupo que conhecia a realidade do município. Tais relatos estão contidos em vários relatórios e documentos enviados a direção da Unifap e do Ministério Público estadual (RELATÓRIO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OIAPOQUE, 2019).

Institucionalmente a prefeitura também entrou em conflito com as organizações sociais por descumprir regras estabelecidas no cronograma previamente aprovado nas etapas de desenvolvimento. O projeto parou em vários momentos por falta de apoio logístico e operacional (BOTELHO, 2017; FERREIRA, 2018).

A direção da Unifap e o Ministério Público em determinados momentos interviram para a mediar a relação entre a equipe da Unifap que elaborou o plano e a Prefeitura do Município de Oiapoque. Por dois momentos, os prefeitos do momento foram afastados, e aqueles que assumiram o governo municipal mudavam a rota do trabalho, gerando outros entraves técnicos e administrativos. Tais conflitos decorriam também nos bastidores dos seminários realizados como no último realizado em novembro de 2017 (RELATÓRIO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OIAPOQUE, 2019).

Os impactos sociais percebidos para a sociedade local e para o município foram expressivos, pois a construção desse importante instrumento de política possibilitou: O conhecimento da situação social da cidade de Oiapoque e dos distritos; a leitura dos problemas sociais e as demandas por infraestrutura; o fortalecimento das associações; a contribuição efetiva da Câmara dos Vereadores, a elaboração de diversos materiais acadêmicos e

científicos em favor do município de Oiapoque; o conhecimento sobre a estatísticas de desempregados e de trabalhadores na informalidade, a realidade sobre os imigrantes deportados da Guiana Francesa (TOSTES, 2016; FERREIRA, 2018). Os benefícios proporcionados pelo projeto em atender as demandas judiciais em favor da população local beneficiando mais de quinhentas famílias através de um Projeto Habitacional (TOSTES, 2022).

Os entraves para a implementação do Plano Diretor ainda estão relacionados ao contexto institucional. Em 2021 assumiu uma nova gestão municipal que não participou da elaboração desse importante instrumento de política pública, depois de treze meses de aprovação do Plano pela Câmara de Vereadores, a gestão atual não realizou os encaminhamentos pertinentes para dar continuidade a sequência prevista no texto da Lei aprovada, elaborar os planos setoriais e constituir a Gerência Municipal do Plano Diretor, assim como a formação do Conselho da Cidade.

O maior significado foi descobrir que o valor da fronteira internacional está na diversidade e pluralidade oferecida pelas comunidades. É preciso que o poder público em conjunto com a sociedade local possibilite que, um mínimo de organização seja possível para melhorar a qualidade de vida da população, sabendo exatamente o que definir e quais as prioridades já conhecidas na construção do Plano Diretor, saber o que deve ser feito e como acompanhar o desdobramento do plano (PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE, 2020).

ANÁLISE COMPARATIVA DE RESULTADOS PARCIAIS ENTRE OS PLANOS DIRETORES DE LARANJAL DO JARI E OIAPOQUE

Laranjal do Jari e Oiapoque respectivamente ocupam posições entre os quatro municípios mais importantes do estado do Amapá, muito embora esse fator seja expressivo, os números são adversos em diversas áreas. Na análise dos resultados dos municípios pós elaboração dos planos diretores apresenta-se os efeitos e consequências do reduzido uso da aplicabilidade dos planos diretores.

Na avaliação, vamos considerar quatro pontos para proceder análise, o primeiro no que efetivamente o plano diretor contribuiu para o planejamento do lugar? O segundo aspecto, as diretrizes previstas no plano foram cumpridas? Terceira, constituiu-se o Conselho da cidade e as principais instâncias democráticas? E o quarto, foi dado encaminhamento do plano com relação ao Plano Plurianual, a LDO – Leis de Diretrizes orçamentárias? Qual o estágio atual do plano com relação a gestão municipal?

Deve-se ressaltar dois fatos complementares a essa análise comparativa, o plano de Laranjal do Jari foi aprovado em abril de 2007, o plano de Oiapoque foi aprovado em dezembro de 2020, portanto, temos uma diferença de treze anos entre os dois trabalhos. Na narrativa dos trabalhos deve-se enfatizar que em ambos os lugares, houve uma participação compromissada de diferentes setores, mas convém salientar, na experiência do Laranjal do Jari ocorreu maior entusiasmo, motivação e estímulo para querer avançar na melhoria do Vale do Jari (TOSTES, 2009). Em Oiapoque o processo foi mais longo e caminhou por diversas trilhas. Em ambos os municípios ocorreram dificuldades estruturais para alcançar os resultados previstos.

É interessante notar, no caso de Laranjal do Jari, os principais conflitos são percebidos pós-plano, apesar do encerramento em abril de 2007, a Unifap continuou com atividades extensionistas como o Curso de Extensão

promovido pelo Ministério das Cidades para agentes ambientais ribeirinhos, onde teve a participação de mais de duzentos participantes no curso.

- No que efetivamente o plano diretor contribuiu para o planejamento do lugar?

Consideraremos as seguintes avaliações: aplicação sistemática do plano, os materiais produzidos sobre o plano que passaram a ser a base de consultas por órgãos públicos, universidades, institutos, Governo do Estado. Com relação a aplicação em Laranjal do Jari onde a pressão social é imensa, a ausência dos planos setoriais foi decisiva para dificuldades posteriores, a partir do ano de 2009, após dois anos de aprovação do plano, as medidas que deveriam ser adotadas para as áreas consideradas precárias como a ocupação urbana em áreas úmidas foram postergadas, a gerência do plano e a equipe de trabalho não foram constituídas (TOSTES; ALMEIDA, 2021).

Passaram 15 anos do Plano de Laranjal do Jari e ele não foi revisto e nem refeito! Amadureceu aquele Plano Diretor e a sede municipal é outra, a população cresceu, surgiram outras demandas e construções urbanas, inclusive nas áreas onde nos estudos do plano diretor foram consideradas inadequadas para o uso de moradias e atividades institucionais.

Pode-se considerar que esse fato é um fracasso de aplicação? Não, conforme diversos autores e a própria avaliação dos planos diretores no Brasil realizado pelo IPUR – Instituto de Planejamento Urbano Regional demonstra que a questão no Brasil não só elaborar os planos, mas precisava da abertura de linhas de crédito para elaboração de projetos setoriais e a capacitação continuada de equipes municipais, tal fato, não ocorreu em Laranjal do Jari. Em Oiapoque após treze meses de para aprovação do Plano Diretor de Oiapoque era de se esperar que o novo gestor que assumiu o poder público municipal, um mês após aprovação do plano, desse a continuidade na elaboração dos planos setoriais.

Em Oiapoque era uma condição pioneira. Jamais no contexto da história dos municípios amapaenses, uma gestão eleita teve a oportunidade de iniciar um mandato com um novo Plano Diretor. Todavia, deve-se considerar que no Brasil e no Amapá ainda permanece a condição em relação sobre quem elaborou a proposta. Em Oiapoque, o Ministério Público teve um papel expressivo para fazer valer o cumprimento desse importante instrumento de política pública (FERREIRA, 2018).

Diferente da situação de Laranjal do Jari, ainda há expectativas no caso de Oiapoque, pois, o Ministério Público anteriormente abriu um processo contra três ex-gestores do município para apurar responsabilidades pelo descumprimento com relação a conclusão do Plano Diretor nos prazos previstos. No Oiapoque, em que pese algumas adversidades, é algo que ainda está latente, a existência do Campus Binacional da Unifap e do Instituto Federal do Amapá (IFAP) na cidade de Oiapoque acena para uma forte possibilidade de maior participação para contribuir e dar continuidade no processo contribuição acadêmica na discussão do planejamento (TOSTES, 2022).

- As diretrizes dos planos se foram cumpridas?

Essa constatação será feita apenas sobre o município de Laranjal do Jari. Pois como foi afirmado, Oiapoque o plano aprovado é recente. Em Laranjal do Jari, as diretrizes estabelecidas tinham como forte indicador, o reordenamento espacial da área de várzea, conhecida historicamente como *Beiradão*, local que ao largo dos anos conviveu com todos os tipos de adversidades por conta da ocupação inadequada (TOSTES, 2009).

A diretriz de Ordenamento, Uso e Ocupação do Solo previa definições de médio e longo prazo para atenuar as condições adversas da população residente, o que foi percebido após cinco anos de aprovação do plano. Até o ano de 2012, a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari não aplicou nenhuma das diretrizes aprovadas no Plano Diretor,

mas utilizou a prerrogativa de buscar recursos públicos junto ao então Ministério das Cidades o apoio para diversos projetos com base no Plano Diretor. Após o ano de 2012, o Plano Diretor praticamente foi descartado pelas administrações posteriores ao mandato da gestora que foi responsável pelo apoio na elaboração do plano.

Em 2019, a equipe da Unifap realizou uma missão de trabalho na região do Vale do Jari como parte da atividade do Mestrado em Desenvolvimento Regional, na disciplina de Planejamento Urbano Regional, na oportunidade foram realizadas visitas em todo o núcleo urbano da cidade de Laranjal do Jari, Vitoria do Jari, Monte Dourado, Vila Munguba e Cachoeira de Santo Antônio. O que se pode constatar após as reuniões com técnicos do município, presidentes de associações e moradores, além da percepção in loco.

- Constituiu-se o Conselho da cidade e as principais instâncias democráticas?

Nos dois municípios ocorreram tentativas. Entretanto, o poder público municipal criou outras instâncias ou consolidou conselhos já existentes, como o Conselho do Meio Ambiente. Porém, o texto da Lei nos dois municípios definia a necessidade exclusiva da criação e implantação do Conselho da Cidade, constituído pelos representantes do poder público, instituições, associações de moradores e organizações sociais (TOSTES; ALMEIDA, 2021).

A inexistência do Conselho da Cidade é um fator adverso, pois seria uma instância importante na discussão da regulamentação de ações estratégicas, na fiscalização da aplicabilidade do Plano Diretor e na contribuição de medidas para o meio urbano e rural. Um dos itens que gerou prejuízos para o planejamento dos municípios foi a sazonalidade de prefeitos no cargo, o caso de Laranjal do Jari ainda é mais grave, pois entre 2012 e 2016, o município teve sete prefeitos, algo surreal até para os padrões existentes no Brasil (TOSTES; ALMEIDA, 2021).

No Oiapoque, o Conselho que realizava alguma discussão era o Conselho do Rio, regimentalmente se debruçava sobre questões ambientais relacionadas a dinâmica do rio, sem realizar os vínculos com o planejamento concebido pelo Plano Diretor, as ações do Conselho estavam mais diretamente relacionadas aos aspectos sociais e ambientais.

- Foi dado encaminhamento do plano com relação ao Plano Plurianual, a LDO – Leis de Diretrizes orçamentárias?

No ano subsequente da aprovação do Plano Diretor do Município de Laranjal do Jari, algumas ações decorrentes do diagnóstico do plano foram incluídas no ano de 2008. Mas a definição do plano como prioridade foi algo secundário e nos cinco anos seguintes, as ações eram praticamente pontuais, sem gerar nenhum tipo de ação estratégica integrada para o município, nesse caso, esse item é um fracasso dos gestores e não do plano aprovado.

Quanto ao Oiapoque, o gestor que iniciou o mandato em 2021 não incluiu o Plano Diretor no planejamento de 2021, pois o planejamento é realizado no ano anterior a aprovação, mas teve a oportunidade para o planejamento de 2022 de ter incluído a previsão orçamentária para o desenvolvimento de diversas ações como a elaboração dos planos setoriais, no texto da Lei, o prazo é de até dois anos para concluir (TOSTES, 2022).

- Qual o estágio atual do plano com relação a gestão municipal?

O que pode se constatar em relação aos dois municípios quanto aos itens avaliados é que os gestores repetem o comportamento de décadas anteriores, onde outros planos foram elaborados de forma técnica, porém documentos de grande qualidade que não foram aplicados. Fatores como a instabilidade política, a instabilidade no cargo de gestores, a desmobilização social pós-plano contribuiu de alguma forma para que o planejamento inicialmente concebido ficasse secundário, é fato que, esse aspecto não é privilégio de Laranjal do Jari e Oiapoque. Macapá e Santana

adotaram a mesma posição com relação aos planos aprovados em 2004 e 2006, sem, no entanto, terem elaborados os planos setoriais e tão pouco terem revisado os planos em um período de cinco anos (BOTELHO, 2017; FERREIRA, 2018). Os resultados evidenciam que os recursos públicos continuavam a ser aplicados sem critérios de planejamento, o que gerou diversos e diversificados prejuízos para o desenvolvimento municipal.

Isto ocorre por variadas razões, mas destacam-se dois aspectos relevantes (CHELALA, CHELALA, FERREIRA, TOSTES, 2014):

1) históricos resquícios patrimonialistas de algumas gestões que estabelecem uma distorcida relação com a “coisa” pública. Em alguns casos, ao término do mandato dos gestores, um grande número de ações públicas sofre solução de continuidade, além de casos relatados como o desaparecimento de documentos públicos, e até mesmo de dados dos sistemas de informação;

2) reduzida capacidade técnica atrelada ao baixo nível educacional dos agentes públicos e, do diminuto quadro de servidores efetivos, provocando com que a estrutura pública seja mantida por um elevado número de servidores temporários, cujo vínculo é a nomeação para os cargos comissionados, provocando uma significativa rotatividade de pessoal que acentua ainda mais a característica situação de fragilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados sobre as experiências dos municípios de Laranjal do Jari e Oiapoque mostram que todo o processo foi benéfico para ambos, pois deve-se considerar que os efeitos de aplicação de um plano têm dois aspectos: o primeiro é das regras sobre a espacialidade do município e da cidade, e nesse item, os gestores municipais tiveram a oportunidade de realizar a execução e falharam, os motivos já expostos no corpo do artigo.

Embora ambos estejam inseridos na faixa de fronteira, área de segurança nacional, somente o Oiapoque encontra-se totalmente nele inserido, fazendo com que haja uma atenção diferenciada na maneira de se institucionalizar a gestão e planejamento de seu território, principalmente ao se perceber a ocorrência de unidades de conservação e terras indígenas extensas nesses municípios.

Um segundo ponto, apesar da pouca eficácia sobre as mudanças necessárias na espacialidade dos municípios, houve por parte das instituições que participaram da construção dos planos, apropriação para elaboração de diversos outros projetos em diferentes áreas, contribuindo assim para um importante fator social, a geração de impactos positivos. A Universidade foi um agente importante, pois construiu o processo com outros atores e ao final, efetivou a publicação completa dos trabalhos, todos disponíveis na internet.

REFERÊNCIAS

BLONDIAUX, L.; SINTOMER, Y. **L'impératif délibératif. Politix**, Ministério das Cidades, secretaria Nacional de Desenvolvimento das Cidades, 2002, 15(57), 17-35.

BOTELHO, L. **Planejamento urbano da cidade de Oiapoque a partir da tríplice aliança rio, rodovia e fronteira**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.

CHELALA; C. CHELALA, C; ANDRADE, R; TOSTES, J. Sustentabilidade dos Municípios e vulnerabilidade regional no estado do Amapá: a região de Oiapoque. In. CARLOS, F. RAVENA.L. **Sustentabilidade dos Municípios na Amazônia**. NAEA. Belém, 2014.

FERRARI JR. J. Limites e potencialidades do planejamento urbano: Uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 2 (1): 15-28, jun. de 2004.

FERREIRA, R. **Cidade de Laranjal do Jari**: Expansão urbana – Planejamento e Políticas públicas. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amapá.

FERREIRA, S. **A lógica da ação coletiva**: Análise do processo de construção do Plano Diretor de Oiapoque. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amapá.

FRIEDMANN, J. **Insurgencies**: essays in Planning Theory, Routledge, New York, 2011.

FROTA, N, FREITAS, C; QUEIROZ, C; GONÇALVES, F. Cidadania insurgente e seus desdobramentos na iniciativa Ocupe o Cocó. **Revista da UFC**. Fortaleza, 2 (5): 16, 2017.

IBGE. **Relatório de Dados Sobre os Municípios Amapaenses**, Macapá, 2020.

HARVEY, D. **Spaces of hope**. Edinburg University Press, Edimburg, 2012.

LATENDRESSE, A; E MANZI, M. Planejamento insurgente e direito à cidade: um olhar cruzado entre as experiências de planejamento de bairro de Montreal e Salvador. In: FERNANDES, A.; M. CHAGAS, M (eds.), **O direito à cidade na França e no Brasil**: uma nova agenda urbana? Questões para um debate necessário e fecundo: diálogos França – Brasil 4. Brasil, Salvador, 2018.

LIMA, A. C. **Ocupação urbana em áreas de fragilidade ambiental**: estudo de áreas de risco socioambiental no setor sol nascente - DF. Brasília: PPGAU/UNB, 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília.

MIRAFTAB, F. Planning and Citizenship in R. Weber e R. Crane (eds.). **Oxford Handbook of Urban Planning**. Oxford University Press, Oxford, 2012. Chapter 38, pp. 1180-1204.

NASCIMENTO, O. **A paisagem urbana de Oiapoque**: Sua configuração e as implicações do contexto zona de Fronteira/BR-156/Ponte Binacional. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amapá.

PAIXÃO, E. **Análise das contribuições e alternativas para os problemas urbanos das áreas de várzea do município de Laranjal do Jari (AP)**. Universidade Federal do Amapá. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amapá.

PAIXÃO, E. TOSTES, J. Laranjal do Jari (AP): conflitos na gestão urbana de uma pequena cidade amazônica e as perspectivas a partir do plano diretor participativo. **Revista Geocrítica**, Buenos Aires. 5 (10): 116-136, 2009.

PEDRADA, T. **Análise dos investimentos entre as cidades de Calçoene e Oiapoque através da BR 156 no período de 2002 a 2016**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amapá.

PEREIRA, E; CUNHA, L. Práticas insurgentes no planejamento urbano municipal: A experiência do Campeche em Florianópolis-SC. **Anais do XVIII ENANPUR 2019**. <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>.

PLANO DIRETOR URBANO DA GRUMBILF DO BRASIL, Macapá, 1959.

PLANO DIRETOR URBANO DA H. J. COLE, Macapá, 1977.

PLANO DIRETOR URBANO DA FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Macapá, 1973.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LARANJAL DO JARI. Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari. Laranjal do Jari, 2007.

PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OIAPOQUE. Prefeitura Municipal de Oiapoque, Oiapoque, 2020.

PURCELL, M. Resisting neoliberalization: communicative planning or counter-hegemonic movements? **Planning Theory**, 8(2), 140-165, 2009.

RELATÓRIO TÉCNICO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE LARANJAL DO JARI. Laranjal do Jari, 2006.

RELATÓRIO TÉCNICO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE dos anos de 2014 a 2018. Oiapoque, 2019.

SANDERCOCK, L. Framing Insurgent Historiographies for Planning. In: SANDERCOCK, L. (Ed.). **Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History**. University of California Press, Berkeley, 1998.

SANSÃO, A. **Intervenções temporárias, marcas permanentes: apropriações, arte e festa na cidade contemporânea**. Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2014.

SCHERER-WAREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.

TOSTES, J. A. Políticas urbanas intervencionistas na Amazônia. **Anais** do Encontro Nacional de Pós-graduação em Planejamento Urbano Regional - IX Enanpur, Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

TOSTES, J. A. **Planos Diretores no estado do Amapá: A experiência do município de Laranjal do Jari**. Editora da Unifap, Macapá, 2009.

TOSTES, J. A. **Transformações Urbanas das Pequenas Cidades Amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional**. Rio de Janeiro: Publit Editora, 2011. 582 p.

TOSTES, J. A. **Além da Linha do Horizonte**. Editora Sal da Terra, João Pessoa, 2012.

TOSTES, J. A. **Em busca do Plano perdido**. Editora Sal da terra, João Pessoa, 2016.

TOSTES, J. A. A questão das terras no estado do Amapá e o desenvolvimento das cidades. **Jornal A Gazeta do Amapá**. Caderno 4, Página, 38, 27 de março de 2022.

TOSTES, J. A.; ALMEIDA, C. O trabalho informal no ambiente urbano nas cidades da Amazônia: Análise dos casos das cidades de Macapá e Laranjal do Jari. **Anais** do 9º Congresso Luso-Brasileiro de Planejamento Urbano Regional, Integrado e Sustentável. Unesp, 2021.

TOSTES, J. A.; FERREIRA, J. F. C. O corredor transfronteiriço: interação e integração entre o Amapá e a Guiana Francesa. **ANAP Brasil**, v. 8, p. 147-164, 2015.

REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE NO CONTEXTO DO SUS: O PAPEL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE



Roberto Bauer Melo de Lima
Rosa Maria Guimarães Brito
Andréa Figueiredo Gomes
doi: 10.51324/80277988.7

INTRODUÇÃO

A Constituição de 1988, considerada o marco jurídico primordial do SUS, em seus artigos 196 a 200 delinea as bases deste sistema, apresentando princípios e diretrizes orientadores em seu artigo 198, que asseguram o direito universal à saúde, com a garantia de acesso equânime e integral, contemplando todo o ciclo vital humano.

Este é o ponto onde a regionalização estabelece os seus alicerces, como um dos princípios organizacionais do SUS, que representa estratégia cardeal para a garantia do direito à saúde, com a capacidade de atenuar as desigualdades sociais e territoriais, propiciando a equidade e a integralidade da atenção, com aprimoramento da aplicação de recursos e fortalecimento do processo de descentralização da gestão e das políticas de saúde no país.

Por sua vez, as Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde (SEMS) atuam como unidades desconcentradas do MS, em uma relação estruturada, respectivamente, entre equipe de referência e apoio matricial, com a finalidade de desempenhar os papéis estratégicos robustos: como linha de comando para o Ministério da Saúde e como propagador de informações e decisões no território, tornando a dinâmica mais efetiva e hábil. As SEMS expressam um relevante potencial de articulação, integração e promoção de ações de colaboração entre os entes federativos, atuando assim de maneira efetiva na implementação das políticas de saúde nos Estados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa do tipo documental e bibliográfica, de cunho qualitativo, utilizando subsídios de fontes primárias sobre a "Regionalização", por meio da leitura, seleção, arquivamento e fichamento das informações, de acordo com as predefinições de tópicos do estudo. A análise aconteceu no período de novembro a dezembro de 2021.

A seleção de artigos e textos foi realizada na base eletrônica de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) indexados na Scientific Electronic Library (SCIELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados em Enfermagem (BDENF) utilizando os seguintes descritores ou palavras-chave: regionalização, sistema único de saúde e ministério da saúde, além dos sítios eletrônicos do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e do Ministério da Saúde.

Os critérios de inclusão considerados na busca nas bases de dados foram os seguintes: artigos com idioma em português, de qualquer modalidade de estudo, disponíveis na íntegra e gratuitamente e que contemplem em seus conteúdos, títulos e/ou resumos e/ou descritores ou palavras-chave. Como critérios de exclusão: artigos em inglês e espanhol, artigos incompletos e as duplicidades.

BASES LEGAIS DA REGIONALIZAÇÃO NO SUS

O conhecimento e a compreensão dos antecedentes históricos, propiciam-nos ter uma maior abrangência dos temas que estamos dispostos a entender, abrindo espaço para a nossa investigação interpretar melhor os fundamentos teóricos que subsidiam o estudo.

Isto posto, passamos a expor os principais marcos históricos das bases legais referentes a Regionalização na perspectiva evolutiva do SUS e avanços fruto de pactuações das Comissões Intergestores.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1998 – A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

O Brasil é um país que possui dimensões geográficas de proporções continentais, tão imenso quanto heterogêneo, onde cerca de um quarto (1/4) dos municípios são considerados de pequeno porte, contando com população inferior a cinco mil habitantes, e em torno de dois terços (2/3) contam com população inferior a vinte mil habitantes (IBGE, 2021). Representando na prática, que boa parte destes municípios não possui condições de prover todos os recursos para atender as demandas de saúde da população do seu território.

No intuito de minorar essa dificuldade, otimizar recursos públicos, facilitar o acesso ao SUS, estimular o trabalho conjunto e o compartilhamento de recursos entre União, Estados, Distrito Federal e municípios, a Constituição de 1988 estabeleceu no seu artigo 198 que a organização do SUS deve ocorrer de maneira articulada em redes regionais e hierarquizadas, orientadas pelas diretrizes da descentralização, regionalização, integralidade e participação social:

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I – Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II – Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III – Participação da comunidade.

A regionalização e a hierarquização viabilizam a descentralização no SUS, sendo integradas pelas ações e serviços públicos de saúde que constituem o sistema.

PACTO PELA SAÚDE 2006 - PORTARIA Nº 399, DE 22/02/2006

O processo de descentralização evidenciou a falta de condições da estrutura municipalizada de oferecer qualidade da atenção, além de outros problemas (PESTANA; MENDES, 2004).

Assim, instituindo diretrizes para implementação das políticas de saúde, propondo novos mecanismos e dispositivos de gestão às esferas gestoras, em 2006 o Ministério da Saúde lança o Pacto pela Vida, circunstância onde o MS, o CONASS e o CONASEMS, pactuaram responsabilidades entre os 3 gestores do SUS, no campo da gestão do sistema e da atenção à saúde, contemplando 3 dimensões: o Pacto pela Vida, em defesa do SUS e de gestão. Onde a regionalização é admitida como componente fundamental do sistema, representando o eixo estruturante do pacto pela gestão.

DECRETO Nº 7.508, DE 28/06/2011

Regulamenta a Lei nº 8080, de 19/09/90, dispondo sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa.

Definindo conceitos e regulamentando a região de saúde, o contrato organizativo da ação pública de saúde (COAP), as portas de entrada do SUS, as comissões intergestores, o mapa da saúde, as redes de atenção à saúde, o protocolo clínico e a diretriz terapêutica e serviços especiais de acesso aberto.

Conforme preconizado pela Lei nº 8080/90, o SUS deve ser organizado de maneira regionalizada e hierarquizada, viabilizando essa recomendação, o respectivo Decreto concebe as Regiões de Saúde, como espaços geográficos contínuos que compartilham identidades diversas, promulgando o desígnio de agora associar a organização, o planejamento e a execução de ações e serviços de saúde entre estes espaços.

AVANÇOS PACTUADOS NO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO

Resolução CIT nº 1, de 29/089/2011

Fixou diretrizes gerais para a instituição de Regiões de Saúde no âmbito do SUS, nos termos do Decreto nº 7.508, de 28/06/2011.

Resolução CIT nº 10, de 08/12/2016

Dispõe sobre o planejamento e custeio entre entes federados, para investimento em novos serviços de saúde.

Resolução CIT nº 23, de 17/08/2017

Estabeleceu diretrizes gerais sobre os processos de Regionalização, Planejamento Regional Integrado (PRI) e Governança da RAS. Trazendo a previsão de criação de comitês técnico-operacionais de governança, envolvendo usuários, prestadores de serviços, gestores (abrangendo o MS) para o monitoramento do funcionamento das RAS e que norteie as decisões da gestão.

Resolução CIT nº 37, de 22/03/2018

Dispõe sobre o processo de Planejamento Regional Integrado e a organização de macrorregiões de saúde, estabelecendo a coordenação deste processo pelos Estados, em articulação com os municípios e com a participação do MS.

REGIONALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A DESCENTRALIZAÇÃO

De maneira complementar, a descentralização e a regionalização são princípios que se integram na orientação da organização político-territorial do SUS.

A descentralização é um dos princípios do SUS que visa a organização desse sistema, e pode ser descrito como: o processo de transferência de responsabilidades, recursos e poder decisório da gestão, principalmente, para os municípios, em concordância com as atribuições constitucionais e legais definidas como compartilhadas ou específicas da União, estados, Distrito Federal e municípios, visando expandir a capacidade de resposta do Estado aos problemas da população, promovendo a democratização e inclusão novos agentes sociais.

Entretanto, no Brasil, a maior parte dos municípios não possuem condições de suprir de forma independente tudo o que envolve as necessidades a atenção integral à saúde das pessoas, com carências de diversos recursos, sejam financeiros, humanos ou materiais. O território brasileiro é muito heterogêneo em seus recortes, abrangendo localidades muito diversas em área, população, densidade demográfica, dinâmicas populacionais e aspectos socioeconômicos.

Considerando essa conjunção de fatores, evidencia-se a necessidade de sobrepujar os limites político-administrativos dos territórios, sem invisibilizá-los, reunindo e interligando diferentes lugares no processo de regionalização. Essa definição de recortes espaciais, chamados de regiões, tem o objetivo de garantir acesso, resolutividade e qualidade das ações e serviços de saúde; garantir a integralidade na atenção à saúde; potencializar a descentralização do sistema; racionalizar gastos e otimizar a aplicação dos recursos (BRASIL, 2006).

A regionalização representa um mecanismo prático para a transferência de responsabilidades de gestão para os municípios, proporcionando que a descentralização possa acontecer de maneira orientada, organizada, pactuada e monitorada no âmbito das comissões intergestores.

Na estado do Amapá, o sistema de serviços de saúde está organizado em três regiões de saúde: norte, central e sudoeste (Figura 1).



Figura 1: Mapa das Regiões de Saúde do estado do Amapá.
 Fonte: Modificado do Plano Estadual de Saúde do Amapá 2020-2023, p. 51.

Conforme podemos observar no mapa, a distribuição dos 16 municípios por regiões está arranjada da seguinte forma: região norte é composta por Amapá, Calçoene, Oiapoque, Pracuúba e Tartarugalzinho; a região sudoeste por Laranjal do Jari, Mazagão, Santana e Vitória do Jari e a região sul por Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Pedra Branca do Amaparí, Porto Grande e Serra do Navio.

A distribuição das regiões de saúde no Amapá apresenta uma configuração bastante desigual de distribuição de recursos, considerando que a região central possui uma maior concentração de estabelecimentos de saúde, capacidade tecnológica instalada e recursos humanos especializados, enquanto as regiões norte e sudoeste apresentam deficiência de força de trabalho especializada e baixa densidade tecnológica, além de uma atenção primária deficiente na região de saúde norte.

ATUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO INTERFEDERATIVA NO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO

Conforme a Constituição de 1988, o SUS é de responsabilidade dos 3 entes federados, municípios, estados e União. Regulamentando a Lei 8080/1990, o Decreto nº 7.508/2011, Capítulo V, estabelece como espaços de pactuação da organização e funcionamento das redes de atenção à saúde, as Comissões Intergestores.

Instituindo a Comissão Intergestores Regional (CIR), no domínio das regiões de saúde, constituída pelos secretários municipais de saúde que compõem cada região de saúde, estando vinculada à Secretaria Estadual de Saúde para finalidades administrativas e operacionais.

A Comissão Intergestores Bipartite (CIB) é integrada pelo conjunto de todos os municípios, na figura do Secretário municipal de Saúde, representado pelo COSEMS (Conselho dos Secretários Municipais de Saúde), somado ao representante da Secretaria Estadual de Saúde.

A Comissão Intergestores Tripartite é integrada pelos gestores públicos no âmbito dos municípios, agora representado pelo CONASEMS (Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde); do estado, representado pelo CONASS (Conselho Nacional de Secretários de Saúde) e da União, através do Ministério da Saúde.

O Artigo nº 32 do referido Decreto, assinala sobre que aspectos as Comissões Intergestores versarão, abrangendo os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada; as diretrizes gerais

sobre as Regiões de Saúde; as diretrizes de organização das RAS em todas as esferas; as responsabilidades dos entes na RAS; a integralidade da assistência nas pactuações interestaduais; e por fim, as competências que serão de pactuação exclusiva no âmbito da CIT.

Nessa conformidade, a articulação interfederativa proporciona que os processos de formulação e implementação de políticas públicas assumam, de maneira mais concreta, um caráter compartilhado, utilizando-se de associações colegiadas, instrumentos de pactuação e formalização de acordos intergovernamentais no SUS.

PAPEL DAS SUPERINTENDÊNCIAS ESTADUAIS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO

As Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde (SEMS), antes denominadas Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde (NEMS), são unidades descentralizadas do Ministério da Saúde, cuja organização e atuação foram redefinidas pela Portaria nº. 1844, de 13 de outubro de 2016. Objetivando fortalecê-las no SUS, o Ministério assumiu uma gestão hierarquizada única, onde vincula-se como apoio matricial à equipe de referência do MS no território, a SEMS (BRASIL, 2021).

Estas superintendências foram concebidas para cumprir duas importantes funções estratégicas: primeiramente, como um eixo de gerência para o Ministério da Saúde e complementarmente como capilarizadora de informações e disposições, tornando a atuação mais contínua, eficiente e eficaz no contexto local. No território, os superintendentes contribuem efetivamente para a articulação, integração e promoção de ações de cooperação entre os entes federativos, participando da implementação de políticas e ações de saúde na totalidade dos estados brasileiros (BRASIL, 2021).

Para cumprir estas atribuições estratégicas, as Superintendências contam com a Seção de Apoio Institucional e Articulação Interfederativa (SEINSF), que se articulam como apoio institucional ocupando os espaços de governança no SUS estadual e desempenhando o dever de assistir ao MS na consolidação do planejamento ascendente, na planificação do SUS em cooperação com os gestores, na estruturação da Educação Permanente em Saúde, na habilitação dos meios de informação em saúde, na efetivação das políticas públicas e para a avaliação e monitoramento das ações (BRASIL, 2016).

Entre as competências regimentais da SEINSF, podemos correlacionar com o processo de regionalização do SUS as seguintes: apoio ao estado, COSEMS e demais atores locais no planejamento em saúde; apoio ao processo de regionalização, com ênfase no fortalecimento do planejamento ascendente e da gestão compartilhada; apoio à qualificação das informações de saúde e fomento à inovação na gestão do SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de regionalização tem avançado a passos lentos no contexto histórico de implantação do SUS, considerando que as políticas públicas deram muita ênfase à descentralização por meio da municipalização, enquanto a regionalização passou a integrar apenas discussões mais recentes, despontando como um “meio” para fortalecer o sistema único nos municípios, possibilitando a concretização da descentralização.

Nesse aspecto as SEMS, sobretudo através das suas SEINSF, desempenham uma função de grande relevância, aprimorando a articulação interfederativa, entendendo as especificidades do território e proporcionando apoio técnico qualificado às Secretarias Estaduais de Saúde e COSEMS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAPÁ (Estado). Secretaria Estadual de Saúde. **Plano Estadual de Saúde 2020-2023**. Macapá/AP. 2020. Disponível em <[https://saude.portal.ap.gov.br/arquivos/PES%20-%20PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SA%C3%9ADE%202020%20A%202023%20\(1\).pdf](https://saude.portal.ap.gov.br/arquivos/PES%20-%20PLANO%20ESTADUAL%20DE%20SA%C3%9ADE%202020%20A%202023%20(1).pdf)>. Acessado em: 08 de dezembro de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Diário Oficial da União; 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011. Brasília: Presidência da República; 2011.

BRASIL. Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016. Brasília: Presidência da República; 2016.

BRASIL. Decreto nº 9.320, de 27 de março de 2018. Brasília; 2018.

BRASIL. Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019. Brasília: Presidência da República; 2019.

BRASIL. Portaria nº 81, de 21 de fevereiro de 2018. Brasília: Ministério da Saúde; 2018.

BRASIL. Portaria nº 347, de 1º de março de 2019. Brasília: Ministério da Saúde; 2019.

BRASIL. Portaria nº 756, de 17 de julho de 2017. Brasília: Ministério da Saúde; 2017.

BRASIL. Portaria nº 801, de 19 de agosto de 2019. Brasília: Ministério da Saúde; 2019.

BRASIL. Portaria nº 1.419, de 08 de junho de 2017. Brasília: Ministério da Saúde; 2017.

BRASIL. Portaria nº 1.844, de 13 de outubro de 2016. Brasília: Ministério da Saúde; 2016.

BRASIL. Portaria nº 2.076, de 21 de agosto de 2017. Brasília: Ministério da Saúde; 2017.

BRASIL. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Brasília: Ministério da Saúde; 2010.

BRASIL. Gestão dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde: orientações gerais. Brasília; 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa. **Estágio Preparatório dos Superintendentes Estaduais do Ministério da Saúde – EPSEMS** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. 44 p. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estagio_preparatorio_superintendentes_estaduais_saude.pdf>. Acessado em: 10 de dezembro de 2021.

CARDOSO, M. C. B.; MATTOS, A. I. S.; SANTOS, A. S.; CORDEIRO, T. M. S. C. **Processo de regionalização na saúde: perspectivas históricas, avanços e desafios**. Enfermagem Brasil, v. 15(4), p. 227-235.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2021**. Disponível em <https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/estimativa_dou_2021.pdf>. Acessado em: 08 de dezembro de 2021.



Allan Kardec
Valdenira Ferreira dos Santos
Jadson Porto
doi: 10.51324/80277988.8

Boa noite, em primeiro lugar queria agradecer muito o convite de hoje estar com vocês aqui nesse terceiro simpósio de pós graduação do PPGMDR e dizer da importância de estarmos hoje discutindo um pouco sobre o IEPA, desse papel importante que é o desenvolvimento do estado do Amapá.

A gente estava até conversando um pouquinho agora, de como às vezes a gente não conhece a história do nosso Amapá, e não percebemos como tem as instituições hoje, que estão hoje no Amapá, a sua devida importância. Então a gente vai falar um pouquinho do IEPA hoje, dizer quem é o IEPA na verdade, e depois a gente fica aberto pras perguntas de todos vocês. Como a nossa amiga Valdenira já colocou, me chamo Allan Kardec e atualmente estou na coordenação e Diretoria de Pesquisas do IEPA.

Então vamos lá, primeiro localizar o nosso IEPA. Ele está no estado do Amapá, ele tá aqui desde um tempinho, e teve sua origem na função no Museu de História Natural Ângelo Moreira da Costa Lima em 1974 e a junção junto com o Museu de Plantas Medicinais Waldemiro Gomes em 1988, e ambos foram pioneiros em estudos sobre recursos naturais do nosso estado. Pegando um pouco aqui da história do nosso IEPA, em 1965 o Museu Industrial e Comercial, depois em 1970 o Museu Histórico-Científico Joaquim Caetano da Silva. Em 1974, o Museu de História Natural Ângelo Moreira da Costa Lima e em 1980, Museu Costa Lima. Depois temos em 1985 a criação do Campus de Pesquisa da Fazendinha e em 1988 o Museu de Plantas Medicinais Waldemiro Gomes. Em 1991, o Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá, que em 1996 mudou de nome para Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, ou seja, nós IEPA estamos comemorando em 2021, 30 anos de formação do instituto, então, é uma instituição nova ainda, mas já tem contribuído muito com a Ciência no Amapá e no Brasil como um todo.

Só pra poder mostrar o papel do IEPA na formação, na implantação de estruturas estaduais na área de pesquisa, os pioneiros são na verdade a Universidade Federal do Amapá (Unifap) e a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), e depois disso vem logo o IEPA e a partir do IEPA, que também participou junto com a Embrapa e a UNIFAP na formação de grupo de estudo, de curso de pós graduação no estado do Amapá, entre eles MDR, o PPGBio e o BioNorte, do qual até hoje o IEPA faz parte desses grupos de pós graduação, e daí foram surgindo a posteriori a SETEC, que é Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado, tivemos depois a formação da Universidade Estadual do Amapá e também a formação mais recente que da Fapeap, ou seja, o IEPA participou ativamente na implantação das estruturas estaduais de pesquisa do estado juntamente com a universidade federal e com a Embrapa.

Hoje, o IEPA tem, desde a sua formação até hoje, o IEPA ele tem um grupo grande de pesquisadores, a gente tem hoje 2 pós-doutores, 24 doutores, 30 mestres, 29 especialistas e 89 pessoas do nível superior, e aí o grupo de apoio de

¹ Nossos agradecimentos a Ana Beatriz Girassol de Carvalho Pereira pela transcrição desta apresentação. O texto aqui exposto foi revisto pelos autores do diálogo realizado e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=aY8BUT96ZDM>.

nível médio e básico. O IEPA hoje tem 260 funcionários com um todo, dentro das 3 estruturas do IEPA, que aí mais pra frente a gente vai ver que tem 3 estruturas, não tem uma estrutura única. Ele tem um grande campo de pesquisa e tem outras estruturas que são agregadas ao IEPA.

Em relação com as nossas cooperações nacionais e internacionais, conta-se com uma diversidade de instituições parceiras do IEPA. Nós temos cooperações com basicamente todos os países da América Latina, temos cooperações com os EUA e com o México, países da Europa, na China, na Austrália... Hoje nós temos dentro do IEPA no último levantamento que nós fizemos, nós temos 50 instituições nacionais e 35 instituições internacionais, com projetos de pesquisa ou de cooperação técnica com o IEPA, ou seja, o IEPA mesmo tendo 30 anos, ele tem uma estrutura hoje, que eu posso dizer assim, bem extensa, na área de cooperação técnica, tanto na área nacional quanto na internacional.

Ter essas cooperações internacionais e cooperações nacionais tem ajudado basicamente a manter as pesquisas no IEPA, assim, hoje a gente fez um levantamento, mais de 90% dos recursos hoje destinado à pesquisa no estado do Amapá, eles são oriundos de instituições nacionais e internacionais que são agregadas, são parceiras do IEPA, e apenas 9% dos recursos de pesquisa do estado eles vêm de fonte diretamente do Governo do Estado do Amapá, ou seja, a maior parte das pesquisas são fomentadas por recursos e parcerias nacionais e internacionais.

Falando um pouco dessa capacitação de recursos humanos é importante a gente ter uma ideia de crescimento tanto do estado quanto da formação do IEPA, então pra termos ideia, em 1990, nós já começamos a trabalhar juntamente a formação da Universidade Federal do Amapá, que é a Unifap, e o Centro de Ensino Superior do Amapá, o CEAP, na formação de alunos de pós graduação, tcc, iniciação científica, estágios... O IEPA, na verdade, sempre foi um grande campo de estágios, uma grande atividade nesse sentido de proporcionar às universidades e faculdades do estado estágios nas mais diversas áreas que a gente vai conhecer um pouco mais à frente. Em 2000, fizemos a primeira participação junto à Seama, em 2001 junto ao IESAP e Faculdade Atual, em 2002 com a FAMA, Faculdade do Amapá, a FAMAP, com o IMES, em 2003 com o Instituto de Ensino e Cultura do Amapá, depois em 2004 com o CET, em 2005 com a Faculdade Madre Tereza e em 2006 com o Instituto Macapá de Ensino Superior.

Hoje o IEPA tem parceria com todas as instituições públicas e privadas de ensino do estado do Amapá, começamos agora também a fazer parcerias com instituições de nível médio pra que a gente possa fomentar também estágios pra essas áreas, ou seja, por nos preocuparmos como desenvolvimento da sociedade amapaense como um todo,, O IEPA fornece atividades formativas pra comunidade geral e assim tem contribuído na melhor colocação dos produtos derivados da biodiversidade no mercado local além de apresentar a grupos comunitários novos modelos sustentáveis de desenvolvimento econômico.

Uma das preocupações do IEPA não é ficar com a pesquisa somente dentro dos seus campos mas é levar sua pesquisa para a comunidade no modo geral, ensinando essa comunidade a trabalhar com modelos sustentáveis para poder fazer na verdade em todo processo e em toda cadeia produtiva do estado do Amapá o seu desenvolvimento econômico, ou seja, é uma preocupação do IEPA desde a sua formação é estar próximo da comunidade de uma forma geral mostrando a ela formas de sustentabilidade do seu produto, do produto que a comunidade tá desenvolvendo.

Essas parcerias nos auxiliaram grandemente na produção de vários conteúdos científicos. Peço desculpas aqui que eu só consegui contar até 2018, mas pra gente ver a crescente desde 2010 até hoje, pra gente ver como aumentou a produção científica de artigos e livros do IEPA, isso pensando anualmente. Nesses dois últimos anos agora, em 2020 e 2021, como advento da pandemia, nós aumentamos muito a produção científica. Nós tivemos mais tempo de ficar em casa e aí colocar pra fora as publicações que muitas das vezes estavam armazenadas e

guardadas nas gavetas e precisavam de publicações, então houve um crescimento considerável nesse sentido. Mesma coisa participação em bancas, aumentou muito a participação do IEPA em bancas de mestrado e doutorado, e TCC, e também as orientações, e agora com a entrada de mais pesquisadores junto ao BioNorte, acreditamos que essas orientações também vão dar uma alavancada a partir do próximo ano.

E como é o apoio e atuação que nós IEPA temos junto à gestão. Nós temos em todas as áreas hoje que a gente possa imaginar de pesquisa e desenvolvimento econômico, o IEPA tem um laboratório devidamente credenciado e capacitado para isso. Então o IEPA, ele tem um repositório de biodiversidade que é o único no estado, nós somos o único do estado que temos as coleções científicas tanto de botânica, ou seja fauna e flora, que são credenciadas pelo Ibama, então são certificadas, a coleção do IEPA hoje, inclusive lançamos esse ano os 30 anos de IEPA que é nosso aniversário, as coleções do IEPA, o que nós temos na coleção. A coleção do IEPA, hoje, de fauna e flora ela é muito diversificada, muito rica de informação, e informações que vem desde a época do Waldemiro Gomes, então este material coletado principalmente na área de inseto que é a área afim do Waldemiro nas nossas coleções de hoje. Temos também laboratórios de apoio à gestão de recursos naturais e ecossistemas, temos diversificação da produção do setor mineral, então nós temos dentro do IEPA geólogos que trabalham diretamente nessa área.

Hoje, temos o norte, estamos hoje fazendo parte do zoneamento estadual do Amapá, que é o ZEE, em parceria com a Embrapa. A Embrapa na verdade que coordena os estudos, mas toda parte de campo, dados primários, tanto de botânica quanto na área de zoologia elas partem de pesquisas e dos pesquisadores do IEPA. Então nós estamos com muitos grupos trabalhando e levantando todo estado pra termos até o final de 2022 um estudo completo do estado do Amapá ajudando dessa forma no seu desenvolvimento econômico.

Nós estamos com laboratórios que trabalham na diversificação da base alimentar regional, ou seja, laboratórios de alimentos, de tecnologia de alimentos, um laboratório que tem auxiliado em projetos expositivos do açaí e de outros alimentos, auxiliando a comunidade a conhecer e aproveitar melhor os benefícios de cada um desses alimentos. Temos o desenvolvimento de medicamentos e inseticidas aí, que é um laboratórios de produtos naturais e produtos medicinais, que desenvolvem de uma certa forma produtos novos pra colocar no mercado. Temos o nosso monitoramento do clima, hoje nós somos do estado o único instituto que faz levantamento de clima, de focos de incêndio, e lançamos diariamente na mídia local como é que tá a programação de clima no nosso estado e colaborando de uma certa forma com a Defesa Civil e aos outros órgãos ambientais a se organizarem. Temos laboratórios na área de controle de doenças, doenças médicas e pragas agrícolas, e também temos estudos, grupos que fazem estudo de vulnerabilidade a mudanças climáticas e os riscos tecnológicos.

Não dá pra gente falar de todos os grupos, seria meramente impossível devido ao tempo, mas eu gostaria de destacar um desses grupos, e aí vou puxar um pouquinho pro meu lado, é claro, vou puxar pra área de doenças e pragas agrícolas, são os dois laboratórios que nós temos hoje que é o Laboratório de Entomologia Médica e o Laboratório de Ecologia e Ecossistemas, e vou dar foco aqui rapidamente na entomologia médica. Só pra gente poder mostrar que muitas vezes a gente mora no estado do Amapá e não conhece a potência que é o IEPA como instituto de pesquisa.

O Laboratório de Entomologia Médica é parceiro diretamente da Organização Panamericana de Saúde e do Ministério da Saúde do Brasil, então alguns estudos hoje que são usados a nível nacional foram feitas suas pesquisas dentro do IEPA. Então mostrando aqui o primeiro projeto que foi feito, e pra ver como que é longe né, em 2008 que foi estudado mosquiteiros impregnados com inseticidas para o controle de malária, então o projeto

foi feito aqui no estado do Amapá foi aprovado, foram 3 anos de estudo, e após 3 anos com resultado satisfatórios o ministério implanta a distribuição gratuita de mosquiteiros pra toda população que vive em área de risco da malária, ou seja, um projeto genuinamente em parceria com o Ministério da Saúde hoje faz parte do programa nacional de combate à malária. A mesma coisa acontece com os inseticidas, o laboratório credenciado pelo Ministério da Saúde, ele testa todos os produtos que vão ser utilizados nos programas de dengue e de malária, então antes do produto vir a ser colocado no programa nacional, ele vem pro laboratório do IEPA, para o nosso laboratório, ele faz todos os estudos, emite os laudos, os relatórios técnicos, e aí o ministério define qual o melhor produto pra colocar no programa de dengue e de malária, então assim, uma coisa que acontece dentro do nosso estado, que é uma coisa a nível nacional e às vezes não conhecemos. Temos também estudos de novos equipamentos, novas metodologias de controle, essa é uma armadilha para coleta de mosquitos transmissores de malária, inclusive patenteada em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz, é uma patente também criada no IEPA.

Também temos pesquisas na área de controle de insetos, buscando alternativa de controle biológico, metodologias que ainda não existem que estão sendo aperfeiçoadas e brevemente colocadas também à disposição do Ministério da Saúde e aí também do Ministério da Ciência e Tecnologia pra controle de mosquito na área de grandes reservatórios e hidrelétricas. Eu peguei rapidamente esse laboratório pra mostrar que o IEPA ele tem uma diversidade muito grande e muitos laboratórios desses, eles tão diretamente ligados a grandes órgãos e prestando serviços a nível nacional, não só, e lembrando que todos os estudos nós estamos fazemos aqui, eles são aproveitados, eles são oriundos, solicitados pelo Ministério da Saúde e depois eles acabam atendendo toda a nossa América Latina porque boa parte dos países da América Latina seguem as recomendações do Brasil no Programa de Controle de Doenças.

E aí mostrar o relacionamento que o IEPA tem, o IEPA tem um grupo grande de relacionamentos tanto de ida quanto de volta, talvez seja o instituto que mais está vinculado a várias instituições, então como nós temos um grupo de pesquisa muito vasto, nós acabamos pegando todos os grupos né, desde a SDR, Ibama, ICMBio, Embrapa, ou seja, a gente pega quase todos os órgãos existentes no governo do estado do Amapá e também nos órgãos do Governo Federal. É exatamente por essa diversidade de ações que o IEPA faz, o IEPA tem uma grande diversidade de profissionais.

E mostrando basicamente isso, hoje o nosso instituto consegue atender os 17 objetivos da ODS, porque ele tem todos os grupos conectados. Se nós pegarmos por exemplo aqui, o NOT, ele é conectado a alguns órgãos, o NOT é nosso Núcleo de Ordenamento Territorial. O NuBio que é nosso Núcleo de Biodiversidade está conectado também a uma série de outros órgãos também e de objetivos linkados à ODS. Nós temos o Núcleo de Pesquisas Aquáticas, que todos já conhecem, que tem grandes contribuições do estado, então estão conectados também com esses objetivos de sustentabilidade. Temos o NHmet, é o nosso Núcleo de Meteorologia, temos o NuParq que é o Núcleo de Pesquisas Arqueológicas, temos o NuBioTec, que é o Núcleo de Biotecnologia, é lá que a gente faz produções de mudas pra distribuir mudas gratuitamente pros produtores aqui do estado do Amapá, temos o NucPAL, que é o Núcleo de Pesquisas em Alimentos; temos o Núcleo de Pesquisas Minerais e; também de Produtos Naturais, temos de Geologia e Tecnologia mineral, e também temos o nosso Núcleo de Museologia, que ele está diretamente relacionado à redução das desigualdades através do nosso Museu Sacaca.

Ou seja, o IEPA ao escolher e orientar os seus trabalhos pra conservação da natureza, ele reafirma com o Amapá esse compromisso de desenvolvimento e pesquisas e tecnologias baseadas na sustentabilidade, que eu acho que a base de tudo é exatamente isso, montar projetos que busquem sustentabilidade e que busquem essas alternativas junto às comunidades, sem isso realmente não teria um por quê da existência do nosso IEPA.

E eu não posso deixar de encerrar dizendo que além dos grupos de pesquisas que nós temos no Campus Fazendinha nós temos o nosso Museu Sacaca. E o Museu Sacaca é um museu que além de falar das diversidades que nós temos na nossa região, é mostrar pra nossa região, pra comunidade, todas as pesquisas desenvolvidas pelos nossos grupos de pesquisa, ou seja, é ali que a gente vai levar pra comunidade o que o grupo acadêmico produziu. Então esse é o nosso Museu Sacaca que está sendo recuperado, revitalizado pra ter mais transparência, ter mais informações pra comunidade, mas que a gente não pode deixar de falar que ele faz parte integral desse nosso instituto de pesquisa que é o IEPA. E, finalizando, dizer que o IEPA é, aqui uma imagem do Campus Fazendinha, mas o IEPA não é só Fazendinha né, o IEPA é aquele Campus de Fazendinha e uma Incubadora de Empresas no Marco Zero e temos no Centro de Macapá onde fica nosso Museu Sacaca, nosso museu de Arqueologia, fica nossa Farmácia do IEPA e fica também nossa sede administrativa.

Então, finalizando dizer que o IEPA ele tem esse papel importante no desenvolvimento no estado do Amapá e que é fundamental cada vez mais valorizarmos as pesquisas que são feitas pelo instituto; cada vez mais buscarmos grandes parceiros como já temos parceiros hoje e são os parceiros que mantém essa pesquisa em andamento, e dizer que com grande satisfação o IEPA vai se Deus quiser no anos de 2022 passar por uma grande reforma nos seus laboratórios ampliando e melhorando ainda mais a Ciência e Tecnologia do estado do Amapá e fomentando cada vez mais pesquisa, mais alunos, buscando ser o maior campo de estágio possível pra todas as instituições de ensino e pesquisa do nosso estado. Fico à disposição de vocês pra perguntas, caso tenha.

Valdenira Santos: Obrigada, Dr. Allan pela sua palestra. Eu digo sempre, tem uma coisa que me trouxe pro Amapá, todos sabem que sou paraense de coração e de nascimento e amapaense também de coração e além de tudo sou amazônida né. Na realidade como a gente diz sempre a ciência não tem fronteiras, a Amazônia também não tem, essas barreiras político-administrativas que nos dividem, do ponto de vista muitas vezes da gestão, elas não nos dividem do ponto de vista da Ciência e do Conhecimento, ou não deveriam nos dividir. Como testemunha, mediando a mesa, sempre que a gente recebe convite pra sair do IEPA, digo assim, é porque a gente consegue ficar mais perto um pouquinho das comunidades que muitas das vezes quando a gente está em outro ambiente fica mais difícil porque é, tipo assim, tem que correr pra todos os lados mas é bem interessante. Tem uma pergunta aqui da Vanessa Michele que é: “Professor, os investimentos oriundos do estado do Amapá, investidos nos estudos produzidos pelo IEPA, tem proporcionado possibilidades de desenvolvimento para o nosso estado?”

”

Allan Kardec: Olha... Existe sim, nós temos muitos estudos hoje que auxiliam muito no desenvolvimento do nosso estado. O ZEE eu vou falar dele muito rapidamente, ele vai ajudar basicamente toda a evolução do estado, ele muda completamente a ideia de desenvolvimento econômico no estado, com base no ZEE vai ser isso, mas grandes grupos nossos por exemplo trabalham com plantas medicinais, tem grupos que trabalham com reaproveitamentos orientando as comunidades a produção desses medicamentos. ou seja, tem muitas pesquisas em todas as áreas nossas, que auxiliam diretamente ao nosso desenvolvimento. Na área de pesca nós temos 2 grupos grandes na área de pesca, na área de botânica... Ou seja, todas as áreas do IEPA tem um pézinho lá no desenvolvimento, um pezinho lá na comunidade, porque essa é a base do IEPA, é prestar serviços à comunidade. Hoje eles não tem muitos recursos de pesquisa, boa parte das pesquisas são sob demanda então muitas vezes a gente tem que atender uma demanda solicitada mas todo recurso que entra no IEPA para pesquisa diretamente do estado eles são voltados diretamente para o nosso desenvolvimento.

Valdenira Santos: A gente ainda não tem outra pergunta mas tem algo que eu gostaria de frisar, que a gente não pode esquecer, que quando professor Alan apresenta essa linha do tempo de onde o IEPA surge e apresenta essas relações com as diversas instituições, a gente tem que lembrar e o Dr. Jadson está aqui conosco, eu o convido a comparecer, a nossa história viva do Amapá está aqui ao lado, a gente tem que lembrar como diz o Dr. Jadson que o Amapá na realidade ele é um estado que ele chega dentro dessa questão da Ciência é um estado tardio, acho que isso foi muito debatido nesse evento do MDR, todas as falas eu tive a oportunidade de ouvir as pessoas que participaram, nossos palestrantes convidados angustiados, você sente essa angústia nessa relação da produção do conhecimento para o desenvolvimento do estado nas suas diversas formas de desenvolvimento e até de repensar efetivamente o que se chama de desenvolvimento.

A pergunta da Vanessa, sobre o Estado, qual é o viés do desenvolvimento que efetivamente nós estamos falando, e, exatamente porque ele se chega tardio na Ciência? E eu acho que o professor Allan pode até comentar um pouquinho disso, o que que fez, fez com que muitos órgãos que fomentam a pesquisa do país não olhassem para o Amapá, Então a gente queria resgatar por exemplo a história da doutora Odete e eu sou testemunha disso, das vezes que ela ligava ao CNPq e tipo assim, dizendo “O Amapá existe! O Amapá está iniciando, está dando seus passos na ciência, o Amapá precisa que o Ministério de Ciência e Tecnologia lembre que ele está aqui na foz do maior rio do mundo”.

Allan Kardec: É um dos grandes problemas nossos, Valdenira, e depois eu passo pro Jadson complementar que ele tem muita informação pra isso. É assim, nós somos o único estado que tem um instituto de pesquisa estadual e isso dificulta um pouco porque não é fácil você fomentar a pesquisa a nível de estado sendo um órgão estadual, todos os outros estados da região norte possuem instituições de pesquisa a nível federal, então isso facilita essas pesquisas dele, então nós temos isso. Mesmo assim eu digo que o IEPA mesmo com pouco tempo, 30 anos, sendo um órgão estadual, ele tem uma capacidade de produção muito grande, o IEPA tem uma produtividade magnífica pra um grupo pequeno, novo, porque nós somos novos, porque se a gente for comparar com o Museu Goeldi, se a gente for comparar com o INPA lá no Amazonas nós somos novinhos né, somos filhotes ainda, estamos em fase de crescimento.

Eu estou no IEPA já desde 2005 já efetivamente e o IEPA cresceu muito nesse período, cresceu muito na sua formação técnica, cresceu muito em mestrados e doutorados, agora estruturalmente o IEPA não cresceu tanto e isso dificulta muito a pesquisa porque a pesquisa está em crescimento constantemente. Então hoje a gente tá buscando o quê? esse crescimento estrutural do IEPA pra albergar esses pesquisadores que tem capacidade técnica pra isso pra poder produzir cada vez mais, então assim, tem crescido muito.

Eu acredito que o IEPA nos próximos anos vai ser um IEPA diferente, acho que a ideia do IEPA é grande, a Valdenira colocou bem, nós temos pessoas, que na época da Odete, conheci pouco a Odete mas eu sei a história dela e a importância que a Odete tem não só pro IEPA mas pra pesquisa no estado do Amapá como um todo, a Odete foi um marco na pesquisa do Estado, e assim, pelo cabedal de conhecimento que ela tinha, pela experiência que ela tinha, ela albergava pra ela, trazia pra ela essa responsabilidade da pesquisa do estado e fazia com que o CNPq e outros órgãos de fomento olhassem para o Amapá, então isso foi importante naquele período e contribuiu decisivamente no crescimento do IEPA e de outras instituições de pesquisa do nosso estado, mas o estado ainda é novo na pesquisa e por ser novo na pesquisa ele ainda sofre algumas coisinhas, principalmente conectadas quando depende diretamente do Governo Federal, mas é uma luta constante que a gente tem que vivenciar, temos que

matar um leão a cada dia para que a gente possa botar a pesquisa cada vez mais em andamento, a gente não pode desistir... se a gente desistir a pesquisa para e a gente tem que continuar mesmo com todas as dificuldades mostrar que nós somos importantes. Dei exemplo de um laboratório. Mas todos os laboratórios têm importância fundamental, se eu pegar o Laboratório de Pesquisas Aquáticas ele tem um trabalho fenomenal na foz do rio Amazonas que é indiscutível e que ele serve de parâmetro não só pro Amapá mas pro Brasil e para o mundo, então assim, nós temos muitas pesquisas importantes. Falta mais fomento, falta mais recurso, agora mesmo sendo um instituto pequeno a gente tá produzindo bastante coisa.

Valdenira Santos: Obrigada, Allan. Professor Jadson Porto, estamos ansiosos pra ouvir a sua voz.

Jadson Porto: Então, vamos dialogar! Vamos começar por essa questão do *tardio*.

A questão do *tardio* não diz respeito somente ao aspecto da sua identificação produtiva do Estado. Vamos nos ater a questão da ciência e tecnologia, na minha leitura existem dois momentos de início da ciência e tecnologia aqui no estado. A primeira, a partir da década de 1940, uma iniciativa absolutamente privada que foi puxada pela ICOMI na exploração do manganês, seja pelos levantamentos geológicos para a exploração manganesífera, seja pela atração de pesquisadores da USP, que chegaram a montar um grupo, laboratórios fantásticos lá na Serra do Navio pra fazer esse levantamento mineral. Ou seja, foi uma leitura técnico-científica direcionada para a geologia. O segundo aspecto, trinta anos, na década de 1970, aparece uma outra, mas já tinha um outro olhar, que foi apresentado ontem pelo Dr. Antônio Cláudio, Diretor Geral da Embrapa Amapá, que é a chegada da Embrapa aqui no Amapá. Com Embrapa começa-se diversificar as atividades de pesquisa no então Território Federal.

Vinte anos depois, na década de 1990, entra a universidade. Aí sim, com a implantação da Unifap, fixam-se as pesquisas para além do processo produtivo, inicialmente com 9 cursos exigindo trabalhos de conclusão de curso na formação de seus alunos. Mas somente em 2006, 16 anos depois que foi iniciada a universidade é que começa a pós graduação *stricto sensu* aqui, e essa pós graduação só foi possível mediante a parceria com o IEPA e a Embrapa. Se não fosse esta parceria, não existiriam os programas de pós graduação em Desenvolvimento Regional e nem em Biodiversidade. Cursos esses que foram os primeiros a serem implantados no Amapá e que completam 15 anos. Em 2021, a Unifap completou 31 anos.

Observem, então, que entre 1990 e 2006 nós temos cursos de graduação e alguns cursos *lato sensu*, especialização, mas os cursos de especialização também não tinham esse viés mais criterioso, mais aprofundado. A universidade começou a ministrar alguns cursos de especializações, vou destacar dois aqui: Geografia e os vários cursos de especialização no curso de Enfermagem. Quando se entra na questão de mestrado, então a universidade é *tardia*, pois ela chega no último decênio do século XX, inicialmente com mestrados interinstitucionais, sendo o primeiro, em História, com a Unicamp. O Estado do Amapá é *tardio* porque ele começa a diversificar um pouquinho as suas atividades a partir da segunda metade do século XX.

Quanto à geração de conhecimento, há três momentos aqui para se pensar: a geração de conhecimento, a exposição do conhecimento e a leitura do conhecimento. Então, dentre essa diversidade de construção de geração, exposição e leitura, Sobre a leitura, chamo atenção basicamente para as menções. Ou seja, não basta você produzir, você tem que ser citado. A literatura tem que ser citada, nesse ponto vou ressaltar um resgate executado pelo IEPA, a coleção 30 anos da produção do IEPA, um resgate absolutamente necessário, porque ela foi criada e foi

disponibilizada. Então, com essa geração do conhecimento que o IEPA possui nesses 30 anos, ele terá muito mais visibilidade porque a gente faz parte agora de uma geração atual é pelo acesso à internet, com leituras em e-books.

Então, essa visibilidade que se foi colocado no IEPA, acompanhando essa modernização da divulgação, permitindo gente do outro lado do mundo a ter acesso a essa coleção dos 30 anos. E essa coleção mostra para os leitores reflexões como “Caramba! O IEPA já produzia isso aqui na década de 1990, 30 anos atrás e não houve avanço nenhum”! Por que não houve avanços? Tem diversas explicações para isso.

Entre nós, geógrafos, o espaço amapaense é um espaço cujas transformações são muito lentas. E essas transformações lentas por conta de acesso à informação e, muitas vezes, as informações quando chegam, já chegam defasadas, até mesmo os editais quando chegam, chegam em cima da hora de sua expiração. Nós não temos tempo e nem condições de mandar nossas propostas. Aí vem a importância do segundo decênio do século XXI, da implantação de uma fundação de amparo à pesquisa (FAP) do estado, a Fundação Tumucumaque. É uma FAP por estado.

Esta fundação não está preocupada somente para apoio. Mas para amparar, para fomento, para estímulo, política pública. Não uma política pública qualquer, mas uma política acadêmica, política científica. Assim começam os editais, nesses editais a gente começa a ter acesso a bolsa de doutorado, bolsa de mestrado, bolsa de pós-doc, em que o candidato não precisa ter a concorrência nacional.

Neste rumo, Allan, ousou afirmar que o Amapá possui uma capacidade instalada técnica muito bem consolidada, basta observar os indicadores que você acabou de mostrar, embora tardio, os indicadores estão muito altos, muito bons! Veja o caso da coordenadora desta Mesa, a Valdenira nos indicadores do *Google Scholar* i10 é 15 e no *Researchgate*, sua pontuação chega a quase 20 e seu índice *h* é 10! Um outro autor que faz parte do mestrado de Desenvolvimento Regional, é um professor que tem um blog, que é o José Alberto Tostes... Allan, Ele tem 2.5 milhões de acesso. Então, nós temos capacidade instalada, nossos alunos ganham prêmios, alunos de iniciação científica ganham prêmios, agora recentemente em setembro ganhou a orientanda do Prof. Jodival Costa, ela ganhou o prêmio nacional do CNPQ de iniciação científica.

Valdenira Santos: Prêmio de robótica teve o IFAP! Olimpíadas de matemática esteve classificado o Amapá.

Jadson Porto: Aí tem também o prêmio destaque, e é um jornalista amapaense que concorrendo ao prêmio nacional com prêmio de destaque de jornalismo científico, ficou em segundo lugar. Então, perceba que nós já temos uma capacidade instalada muito bem estabelecida aqui. Precisa ser estimulada? Sim, precisa ser estimulada. Quando você mostra ali no seu gráfico que 91% de recursos externos, depois ficam reclamando, dizendo que o Amapá não tem produção nenhuma...

Allan, nós temos 5.875 dissertações e teses defendidas. Hoje, há pouco, a ex-coordenadora do mestrado em Saúde comentou que tem 200 dissertações defendidas, o Filocreão, nosso ex-coordenador comentou que são 174 dissertações defendidas que já entregaram tudo, mas tem mais 20 que estão só aguardando entregar a versão final, ou seja, nós já temos essa produção aqui, só nessa brincadeira já são 400... O PPGBio são 180 dissertações aproximadamente, o ProfMat que tem 10 anos... então, PPGBio 15 anos, o PMDR 15 anos; Ciências da Saúde, 10 anos; ProfMat 10 anos, só nessa aqui a gente tem 700, daqui a pouco nós teremos 1000 dissertações defendidas aqui no estado.

Allan Kardec: Mas Jadson, eu tenho certeza, não foi teimar por isso, mas o estado do Amapá nos próximos anos, ele vai ser assim, em termo de pesquisa ele vai ser muito grande, um dos maiores da região norte, nós temos muita

produção no estado e somos novos, nós somos novos e precisamos, lógico, de muitas coisas ainda, mas mesmo com o que nós já temos, com a capacidade instalada que a gente tem hoje, com o corpo técnico que nós temos, pode anotar isso: os dez próximos anos a gente vai se despontar na região norte na área de pesquisa, porque nós temos muita coisa interessante nesse estado que, às vezes, nem nós do estado sabemos. Se você parar pra dar uma levantada em que o estado tem, nossa é impressionante

Valdenira Santos: Sim. E algo que aqui chama atenção nas pesquisas, assim complementando, já que a gente tá num bate papo aqui, eu sempre falo que se você olhar o Amapá, quando a gente fala da região amazônica mas quando você olha a área, o espaço amapaense mesmo em si, essa diversidade de biomas, que induz a você a ter diversidade de recursos naturais e também uma diversidade de usos, e o uso pelo homem vai gerar também uma diversidade de conflitos, mas a gente tem representante, e acho que isso chama a atenção, os olhos do mundo até, nós temos representações de quase todos os biomas brasileiros, porque a gente tem representações da floresta densa de terra firme, do cerrado, da área costeira, marinha em si, e agora com a descoberta de recifes de corais, pra quem não sabe, recifes retiro o nome corais, por favor, a descoberta dos grandes recifes amazônicos, e a gente tem que pensar também que os recifes. Eles, também, tem um potencial de biotecnologia e também tem, não é só a questão da conservação mas potencial também de uso para fármacos, então é essa diversidade, apesar de ele estar lá na plataforma, a mais de 150 km da gente. Só que, eu digo assim, as pesquisas elas passam aqui na nossa frente. Essa diversidade de ecossistemas que induz toda essa outra diversidade humana também que se completa e dialoga, podemos dizer assim, ela faz com que outras pessoas olhem pra cá do ponto de vista científico, quando eu olho outros estados, eu sempre faço assim né, eu olho a Bacia Amazônica, olho o Bioma Amazônico, então quando você olha essa diversidade isso chama os olhos do mundo, num pequeno espaço. Agora, isso traz problemas

Jadson Porto: Traz problemas, mas também traz avanços.

Allan Kardec: Estão conectados, não tem jeito, não tem como fugir disso.

Jadson Porto: Estão conectados! não tem como. Nós estamos num espaço aqui, no lado oeste, por exemplo, vai ter conflito com certeza. Então, lembra do Meré quando falava sobre qual o entorno das unidades de conservação no Amapá? Pela lei são aqueles 10 km circulando a unidade de conservação, mas teve um determinado órgão que falou “não, não é esses 10 km não, é o estado inteiro”. Então, porque naquele momento foi dividido, você tinha antes da flota, era 55% do estado do Amapá ele era restrição de uso do seu território, hoje são 72%. E aí Allan, vou pegar um pouquinho do diálogo que vocês estão fazendo aí, meus alunos estão me chamando atenção aqui no youtube, eles se divertem e ficam um pouco assustados quando eu falo pra eles que não existe Amapá, existem “Amapás”. O Amapá do Norte não é o Amapá do Sul, que não é o Amapá litoral, que também não é o Amapá do oeste. Que Amapá é este que nós estamos pensando no tal desenvolvimento. Além disso, quando a gente pega a tese do Salustiano, onde ele indica que são cinco tipos de cerrados existentes no Amapá; quando lemos a tese da Odete; a tese aqui da primeira doutora em Geologia Marinha do Brasil, que é a jovem coordenadora desta mesa, primeira no Brasil, que está aqui discutindo algo que é importante para o mundo inteiro e que às vezes a gente tem a impressão que não é importante para o Amapá. Não é à toa que o IEPA possui muito mais investimento externo do que local.

Allan Kardec: É uma pena, viu Jadson, é uma pena.

Valdenira Santos: O Allan estava chamando atenção exatamente disso, dessa importância que muitas das vezes se dá ao Amapá do ponto de vista externo, os governos federais e estaduais, estamos discutindo o óbvio aqui. Discutindo no contexto IEPA. E a gente ainda não consegue ter esse olhar do estado, eu sempre costumo lembrar também, eu e o Allan a gente conversa muito isso no IEPA. Por exemplo, se você pensar outro instituto estadual que tem no Brasil e IPT, e IPT é uma potência óbvio dentro de um outro contexto da região, mas que consegue estar inserido, aliás, que o estado ali consegue, como é que eu digo, ter esse *feedback* com esse instituto. Eu sempre olho que tenho colegas do IPT e eu vejo como eles acompanham obras, inclusive acompanham todas efetivamente com levantamentos científicos, óbvio, todas as incursões do próprio estado lá. Estou falando aqui do ponto de vista costeiro que é mais o nosso *métie*, são eles que ajudam nos monitoramentos, mas é o que eu digo, tu tens uma contrapartida do estado ali efetivamente, aliás eles são uma potência dentro de tecnologia, tanto a tecnologia para estudo de áreas marinhas rasas, quanto de...

Allan Kardec: Só pra complementar, é que isso tem que ser uma política de governo, se o governo cria ali “ah eu fazer uma Política de Ciência e Tecnologia e vou investir em tais estudos dentro do estado que tem potencial”, você vai trabalhar com isso, mas isso tem que ser uma política estadual de governo, não é “eu vou criar isso, essa vai ser minha política de trabalho”. Enquanto você não faz e coloca isso como uma política estadual, ele fica meramente como mais um apêndice do estado que atende várias demandas mas não é uma plataforma de governo, então isso é que tem que trabalhar, e o Jadson fala isso, trabalhar essa Ciência pra mostrar a importância que ela tem, pra que isso vire uma proposta de governo, que se virar uma proposta aí sim a coisa anda.

Jadson Porto: Sim. Muito boa sua Observação. Vamos inserir algumas informações pra dar uma sustância a esse caldo aqui. Pós-graduação, quando se tem investimento externo, o grau de exigência pra nós termos acesso a esse investimento externo é alto, nós temos que ter não somente... não basta ser doutor, você tem que ter produção, então o sarrafo aumenta. Quem tem acesso a esses recursos externos, são aqueles que tem uma produção, um sarrafo um pouco mais alto na sua produção. Então é a pós-graduação que vai permitir que os demais acompanhem isso, e nesse ponto tem que ter um diálogo, tem que ter um acompanhamento. Não basta você ter esses investimentos externos em pesquisa! Mas, também, na produção econômica. porque quando você tem a inserção de uma produção econômica, muda a estrutura da cidade e muda a estrutura da educação.

Se vier, por exemplo, efetivamente o petróleo por aqui, vai ter que mudar a estrutura educacional daqui, da capital e lá do Oiapoque que é mais próximo desta possível exploração, vai ter que mudar a visão de mundo... Então, no momento quando nós comemoramos os 15 anos da Pós-Graduação no estado, o MDR e o PPGBio são os primeiros cursos, nós estamos dando os primeiros passos pra esse processo de amadurecimento científico. Por que os primeiros passos? O PPGBio é o que possui doutorado desde a sua origem (2006), então o sarrafo dele aumenta mais ainda. Para quem é da gestão pública, para investir na Ciência e Tecnologia, a pessoa tem que ter uma visão tão instigante de Ciência e Tecnologia para não ficar a reboque.

Então, esse aqui não é um problema do Estado do Amapá, é um problema do Brasil, enquanto eu estava como presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa, eu estava vendo daqui o cenário brasileiro inteiro. Todas as Fundações de Amparo à Pesquisa estavam com o mesmo problema de estimular a Ciência e Tecnologia, nós mais

ainda por conta das características da própria Fundação, basta ler o estatuto dela como ela foi criada, a legislação que ela foi criada. O esforço que a fundação faz, para poder estimular a Ciência e Tecnologia do estado, é hercúleo... O esforço que a presidente faz pra poder garantir esse estímulo, esse fomento à Ciência e Tecnologia, vocês não fazem ideia do trabalho que ela tem de tentar articular isso, aí quando tem esses projetos como foi apresentado na mesa anterior, a gente tem que dar nossas vidas...

Allan Kardec: Pois é, Jadson, e a gente não pode esquecer de lembrar o nome da Fapeap que ela tem ajudado e muito no Amapá, a nossa presidente Mari desde que ela assumiu lá a Fapeap ela tem se esforçado imensamente, como você bem colocou, para pós-graduação, para projetos pequenos, pra projetos grandes, então assim, sem a Fapeap a gente estaria ainda numa situação muito pior.

Jadson Porto: E o que é interessante nessa questão da fundação, é que ela não é uma fundação de amparo à pesquisa estadual, ela é de Estado.

Allan Kardec: Ela atende a todos os órgãos de educação, isso é muito importante.

Jadson Porto: Então quando você me mostrou aqui, em seu slide sobre o IEPA, a contribuição do IEPA na formação de intelectuais, tanto de iniciação científica quanto fazendo estágio, são esses alunos, é essa turma que estão aí com vocês que vem fazer mestrado com a gente, ou que vai fazer mestrado e doutorado fora do estado, então essa articulação, muitas vezes não são articulações institucionalizadas. Tem muito de relação pessoal do orientador com o pesquisador do IEPA, do orientador com o pesquisador da Embrapa, do orientador com o pesquisador lá do Ibama, então essa leitura um pouco mais institucionalizada precisa ser mais estimulada também.

Valdenira Santos: Jadson, complementando, acho que uma complementação que a gente pode fazer e isso você percebe, se a gente for olhar mais a fundo dentro da produção científica mesmo, não só do IEPA mas das instituições se você olhar os colaboradores que ali estão você vê essa diversidade, na realidade, você acaba vendo exatamente essa comunicação que por vezes até o pessoal diz que parece não existir mas que não é bem verdade né, que nos bastidores tu tens todo o movimento do dia a dia, você vê né, geralmente você tem o que Unifap, IEPA, Embrapa, precisa até a gente fomentar mais esse publicar juntos, isso fortalece mais o estado do ponto de vista dessa inserção do estado com várias instituições, e uma outra coisa que não deu pra mencionar mas por exemplo, no âmbito até da Defesa Civil, o esforço que o IEPA tem feito de apoio em todas essas questões de desastres, não conheço um desastre ambiental...

Allan Kardec: Complementando tudo que a Val falou enquanto ela fica travada lá. Hoje realmente o nosso núcleo de meteorologia do IEPA dá informações pra todas as áreas de governo, então hoje assim, a situação no Bailique, vamos discutir o Bailique rapidamente, a gente está trabalhando o Bailique com os estudos que o IEPA desenvolve no Bailique há mais de 10 anos, então assim, o que nós temos de informação do Bailique estão dentro do IEPA, nos mais diversos Grupos, principalmente no grupo que a Valdenira coordena também que é o grupo de Pesquisas Aquáticas, então é com essa base de informação que nós hoje estamos buscando alternativas para resolver essa situação de água salobra no Bailique. Então são pesquisas que precisam continuar, precisam ser mais robustas pra

gente ter informações mais precisas, então tem tanta coisa pra ser feita nesse estado ainda, e a gente tem buscado as parcerias pra isso, essa parceria é fundamental, ontem mesmo a gente fez uma discussão pra começar a analisar os poços do estado do Amapá, analisar como que é nossa base aqui, nosso lençol freático no estado que a gente não conhece, Geologia desse estado.

Jadson Porto: Allan, eu vou fazer uma provocação pra ti. Em 2023 o Amapá completará 80 anos como unidade federativa. Fiz uma provocação para a Valdenira sobre esse assunto, 80 anos, e as imagens satélites e imagens aéreas. Na sua apresentação você mostrou que o IEPA é da década de 90.

Allan Kardec: O IEPA mesmo é de 1991, 30 anos agora.

Jadson Porto: Pois é, década de 1990, e fora as outras instituições. Vamos pensar alguma coisa sobre 80 anos?

Allan Kardec: Vamos trabalhar. Vamos pensar alguma coisa bacana, que mostre o IEPA, o estado do Amapá, da Ciência.

Valdenira Santos: Do Amapá para o Brasil e o mundo, eu acho que a professora hoje...

Allan Kardec: Tem uma história bonita pra se contar, uma história de crescimento, o Amapá cresceu muito nesses últimos anos.

Valdenira Santos: Sim. E esse Amapá do Brasil para o mundo porque eu lembro que a professora Edna na nossa palestra de abertura, essa questão, a gente precisa exatamente dizer “estamos aqui”. Acho que ouvi muitos professores em suas palestras falando “tem que ficar essa bandeira, e dizer olha, a gente está aqui”. Eu sempre digo assim, é do Amapá mesmo para o Brasil e para o mundo, porque essas realidades do Amapá são pouco conhecidas lá fora, elas são pouco conhecidas do país e conhecidas lá fora, entendeu? Todas as vezes, uma coisa bem interessante, todas as vezes que a gente recebe pesquisadores de fora por conta das colaborações internacionais, acho que o Allan também passa isso, acho que todos os pesquisadores em diversas temáticas de pesquisa. Uma das frases que mais a gente ouviu é assim ó: “esse modelo ou esse tipo de análise não serve para cá” ou “vamos adaptar, vamos ter que fazer uma adaptação dessas metodologias” que muitas vezes já estão consagradas na literatura científica muitas das vezes e que isso é um outro problema que a gente sofre dentro da pesquisa, que como isso já está bem consagrado dentro da academia e da ciência, essa caixinha.

Então, quanto tu trazes qualquer coisa que destoe dessa consagração metodológica, você tem uma outra barreira a vencer, e daí a importância das colaborações e parcerias externas, porque elas nos ajudam a vencer essas barreiras. Eu lembro assim, eu conto história das praias, a gente sempre falou que o Amapá tinha praia, mas é ruim, em todos os eventos “não, o Amapá não tem praia, só lama do rio Amazonas”. Imagina que tu trouxestes um pesquisador, digo assim, a síndrome do vira-lata, um pesquisador de renome internacional, a Papa né em praias no mundo, ele veio, visitou e ele disse “Não Valdenira, isso aqui você tá certa, elas só são diferentes dos outros sistemas no mundo, é só isso, mas é um sistema de praia”. Aí o Brasil inteiro: “nossa Valdenira vocês tem praia, realmente” e digo “é né, temos praia sim! entendeu?”. Então assim, acho que todos os pesquisadores sofrem com isso dentro das

suas linhas temáticas, abrir essas caixas metodológicas de tal forma que elas estejam de certa forma vinculadas com a nossa realidade, sem desconsiderá-las.

Jadson Porto: Na apresentação do Allan ele comentou sobre a importância dos remédios, falou sobre a questão dos remédios, o laboratório, o laboratório não, a parte medicinal...

Allan Kardec: O Núcleo de Pesquisas de Plantas Medicinais.

Jadson Porto: Observe só, em nenhum momento foi falado sobre os investimentos em química fina, pra estimular esse setor. Em nenhum momento foi falado disso. Lá no Amazonas, eu comentei ontem, lá no Amazonas na exploração do açaí, com aquela fábrica flutuante, não sei se você acompanhou Allan. Eles não são preocupados com o açaí como alimento não, eles são interessados na química fina. Como o barco é flutuante ele não tem base, ele vai pra onde o rio permitir ir, vai chegar aqui. Então onde é que estão os investimentos nos cursos, no curso de química voltado para a química fina? Só o curso de farmácia que possui um negócio desses, porque tem pesquisadores atuando diretamente nisso.

Valdenira Santos: Bem pessoal, a gente tem uma pergunta, na realidade é muito mais uma observação, da Aparecido Correa, que diz “Vejo que a participação do IEPA na formação, mesmo não sendo instituição de ensino, é bem maior do que aparece, pois muitas vezes fica na informalidade”. Esses registros, né Allan, acho que podia comentar isso e logo após tem outra observação.

Allan Kardec: O que a gente buscou fazer nesse período que a gente tá frente do IEPA lá e a Val tá de prova disso, nós criamos, fizemos contratos e convênios de parceria com todas as instituições de pesquisa e ensino do estado porque não tinha, então hoje todos os alunos do nosso IEPA eles estão devidamente cadastrados no nosso sistema de RH do IEPA, que não tinha essa informação. E se coloca muito bem isso, era muito assim “ah eu quero fazer um estágio no laboratório X”, vinha tal, fazia o estágio, voltava e acabou. Não tinha um registro disso dentro do IEPA, então nós perdemos um pouco dessa história nossa, quantos alunos passaram pelo IEPA nos últimos anos? A gente não sabe. Nesses últimos 3 anos a gente consegue saber isso, porque nós temos todos eles cadastrados no sistema do IEPA.

Mas, anterior a isso, a gente não tem essa informação. E aí acaba perdendo um pouco assim da importância, parece que o IEPA não tá diretamente no ensino e o IEPA tá muito no ensino, nós temos hoje dentro do IEPA mais de 40 estagiários nas mais diversas áreas, só no laboratório de entomologia médica o qual eu coordeno, são 8. Então nós temos 8 bolsistas de iniciação científica dentro do laboratório, de um único laboratório. E aí tem os outros laboratórios que também tem, então a gente consegue começar a montar essa história de ensino do IEPA.

Nós temos hoje um grande mundo de mestres, alunos de mestrados e doutorados dentro do IEPA sendo formados, então isso tem contribuído, então essa história de educação do IEPA ela está sendo montada pra que a gente possa futuramente conta-lá também, não só na pesquisa mas também no ensino, embora o instituto não seja entre aspas, de ensino, mas ele forma tanta gente e faz tanto curso, tantas capacitações, tantos treinamentos, então o IEPA hoje ele está como pé também no ensino e não só na pesquisa.

Valdenira Santos: E o Allan colocou uma coisa importante, essa questão da capacitação né, da contabilização, a gente não se preocupa muito nas contabilizações mas são muitos cursos de capacitação pra sociedade em geral, na realidade, desde a comunidade, estudantes de graduação, de pós graduação, dentro por exemplo da geotecnologia, puxando a sardinha um pouquinho, sensoriamento remoto, eu nem consigo contar quantas pessoas foram beneficiadas, técnicos do estado pra entender essas tecnologias espaciais e saber usá-las exatamente pra estudar o território.

Continuando a gente tem duas observações por exemplo aqui da questão “Nesse aspecto da colaboração interinstitucional, houve uma grande falha, obviamente que não foi deliberada, que essa questão na própria articulação da própria rede RIPAP”, no ponto de vista institucional né, essa articulação em si entre a rede RIPAP, eu não sei como que está a rede, não sei se o Allan dá pra comentar alguma coisa nesse momento.

Allan Kardec: Dá para comentar sim. O RIPAP ficou basicamente desmontada nos últimos anos, no ano passado se não me engano, 2020, nós começamos a recuperar e inclusive começamos a fazer reuniões mais periódicas da rede, já temos alguns projetos em conjunto da rede, muitos trabalhos hoje da Secretaria de Ciência e Tecnologia eles são decididos pela RIPAP, pela rede que é composta pelas instituições, UNIFAP, Embrapa, IEPA, UEAP, IFAP...

Então, hoje, o RIPAP já começou a funcionar dentro do estado, mas ele até o último um ano e meio, dois anos, ele realmente estava inativo, parado, mas agora ele já começou a funcionar e já estamos começando a montar algumas coisas em conjunto, inclusive até decisão de editais, o que vai ser lançado a RIPAP tem participado. Assim, ainda não está a pleno vapor mas já saiu da inércia, já começou a se movimentar.

Valdenira Santos: Ok, só aqui ainda tem os comentários, a questão da química fina e a relação fitoquímica e fitoterápica, colocando essa questão que na realidade, no caso a química fina talvez esteja querendo dizer a fitoquímica ou a química de produtos naturais, eu não sou da área, não tenho como comentar isso, não sei também.

Jadson Porto: Eu inicialmente agradeço imensamente o comentário da Terezinha de Jesus. A quem agradeço pelo seu esclarecimento, seja química fina ou fitoquímica, e química de produtos naturais, os investimentos pra esses setores aqui no Amapá são pouquíssimos. Então, por mais que nós tenhamos essa potencialidade, se houver investimento em Ciência e Tecnologia nessas potencialidades, tais potencialidades poderiam ser elevadas à enésima potência, então agradeço imensamente Terezinha pelos seus esclarecimentos.

Agora, é bom a gente perceber isso, porque nós temos aqui uma zona franca verde que poderia ser estimulada com essa questão dos fármacos por exemplo. Tem que verificar, analisar, sobre o que está escrito na legislação sobre a Zona Franca. Mas, para que haja esse tipo de investimento aqui, teria que ter uma mudança na estrutura educacional aqui a universidade, teria que ter mudança educacional lá no ensino médio. Não basta só fazer um negócio desses, tem que ter mudança mais profunda.

Valdenira Santos: Na realidade, você tem que criar, acho que uma das questões dentro já, passando dessa questão e a gente se metendo, a questão da melhoria, digamos, da qualidade, não gosto de dizer “qualidade”, acho que é inserção dessas partes da Ciência no Ensino, conectado com a nossa realidade, porque se tu tens todo um potencial de biodiversidade, uma coisa é a gente discutir isso a nível de Ciência ou até nível de Estado, outra coisa é isso estar sendo discutido lá na base, nem digo estar sendo discutido, mas essa informação chegar lá na escola, chegar lá no ensino, porque esses são os nossos profissionais do futuro, vão ser os mestres, doutores, os

empreendedores, eles ainda dentro daquela história “criança como futuro do Brasil”, não gosto muito dessa história, acho que isso é um contínuo dentro do aspecto da vida humana mas é interessante essa conexão, e aí Allan, e recuperar né, por exemplo, da importância que o Museu Sacaca tem como uma vitrine também não só de Ciência e Tecnologia do IEPA, mas do próprio estado o Amapá, porque ele recebe alunos de várias, aliás, daqui a pouco a gente vai ter um evento para as crianças, de contação de histórias e isso tudo relacionado também ao próprio imaginário amazônico e relacionado às nossas realidades.

Então acho que essa questão que até se debateu durante o evento e não digo que isso é algo só do Amapá, é algo de país, que se debate hoje a questão da Ciência como uma das bases até da questão de melhoria da própria educação, melhorar entre aspas, a gente tá falando de educação no ponto de vista do ensino básico, fundamental na realidade, que a gente precisa, descobre que passam por outras questões que não só do conhecimento, mas é bem importante a gente recuperar isso e recuperar essa importância do Museu Sacaca dentro desse aspecto.

Allan Kardec: O museu é importantíssimo pro IEPA, até um tempo atrás discutiram a ideia de separar o museu, tirar o museu do IEPA e a gente foi contrário a isso, até a Val participou também das discussões sobre isso, porque o IEPA tem um papel fundamental na difusão da ciência. Então assim, é ali que a comunidade vai conhecer a Ciência, vai ver o que nós estamos produzindo no estado, vai entender o que é esse processo científico. Desvincular o museu do IEPA eu acho que é uma grande perda pra Ciência do estado, porque o museu tem um espaço da ciência propriamente dita mas tem um espaço pra contar a história do Amapá, quem vai ao IEPA vai entender o que é uma... e eu digo isso que traz pessoas de outro estado pra cá pra conhecer o museu, eles ficam encantados em conhecer como que é a dinâmica das populações do estado, que a gente não consegue ver em um outro lugar.

O Museu Sacaca tem isso. Ele consegue te mostrar isso, então se eu mostro o estado do Amapá e junto com isso eu mostro a Ciência produzida no Amapá, eu tô passando a informação e to difundindo a Ciência, então o museu é fundamental pra essa etapa do IEPA de crescimento. Infelizmente muitas pessoas no nosso próprio estado separaram o IEPA Fazendinha do Museu, acham que o Museu é uma coisa e a Fazendinha que é a pesquisa é outra, no entanto não, o Museu Sacaca tem que reproduzir o que a Fazendinha, o que pesquisa está fazendo, essa é a ideia de resgatar o Museu Sacaca, a gente está trabalhando pra isso, pra mostrar a nossa Ciência dentro do Estado, dentro de um museu, de uma forma tranquila, de uma forma fácil da população assimilar, e eles tem outros projetos grandes aí de ampliar muito esse museu.

Mas fazer um Museu de Ciência mesmo, isso tem sido discutido bastante dentro do IEPA, e eu acredito que isso vai sair, a gente vai ter um museu pra contar a história do IEPA, a história do Amapá e as pesquisas feitas no Amapá de uma forma muito mais forte assim, de ter um museu mesmo que seja além de encantador, seja esclarecedor e a gente tem trabalhado bastante nisso também, e eu acredito que o IEPA com seu museu Sacaca e com seu museu de história vai contribuir muito com a ciência no Amapá.

Valdenira Santos: E é um dos maiores espaços, se eu não me engano, de museu a céu aberto e já ganhou prêmio.

Jadson Porto: Cada um com a sua função, existe uma rede de museus. O museu Sacaca faz parte da rede de museus do CNPq?

Allan Kardec: Sim, ele inclusive participa da semana nacional de museus.

Jadson Porto: Então, faz parte... É, popularização da ciência!

Valdenira Santos: Pessoal, estamos aqui, 20h38m, acho que vamos entrar nas nossas considerações finais, se alguma questão mais, assim só se falando de se referir às questões das parcerias institucionais, a Cida tá que nem Guarasuco aqui, a Maria Aparecida

Allan Kardec: Ela está contribuindo diretamente.

Valdenira Santos: É não, mas tá certo, tô gostando de ver, eu tive que ficar fazendo umas provocações, o pessoal tava muito “mudinho” aqui no chat, eu não sei o que aconteceu, temos uma audiência pequena também aqui né, por isso também que fiquei repetindo as considerações aqui. Uma outra questão, fora isso, só a questão da importância de aceitar essa implicação da ciência e sociedade e possibilidade de novas reflexões, eu costumo dizer que as vezes nem são tão novas assim, elas são velhas reflexões, porque desde de como eu entendo lá na Rede Ecolab, eu tava até falando que tenho saudade dessa rede né, onde tu tinha pesquisa, gestão, a sociedade ali, os estudantes de graduação.

Na época a gente não tinha nem pós graduação, acho que o último Ecolab 2007, acho que foi no segundo ano do MDR, segundo ano do PPGBio né, e aquilo era um fórum né praticamente que a gente tinha de conectar todo mundo ali, mesmo que em torno das áreas costeiras. Mas não deixava de ser praticamente um fórum, de se quebrar, não no mau sentido, pau, mas as diferentes visões. Isso é importante porque também se traz crescimento, já se diz o ditado “a unanimidade é burra”, esses debates são interessantes, essas diferentes visões, a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade, que é muito pregada né.

Jadson Porto: Debate esse que não estava na programação.

Valdenira Santos: Sim. Não estava, mas aconteceu. A vida é isso, tem uma frase que eu gosto muito: “a vida é o que, ela acontece enquanto a gente faz planos”. Claro, planejar é importante, eu sou defensora do planejamento, as pessoas me conhecem que eu sou defensora do planejamento, mas também tem que deixar um pouco, já mudei bastante há margens também para as coisas acontecerem, isso é importante, somos seres humanos. O Laurent hoje, o Jadson até falando do lançamento do nosso livro lá. Aí ele falando (Laurent) que é preciso as pessoas entenderem que pesquisador também é ser humano, que ele também tem os seus pensamentos, além daquilo que ele se dedica, do método, da pesquisa e da ciência, ele também se deslumbra ao fazer as coisas, ele também fica extasiado ou fica desolado diante das situações né, não é esse super-deus que as pessoas muitas das vezes até tentam colocar né. As coisas não são bem assim né, são seres humanos, ele até tava comentando isso, da importância do livro Rotas e Roteiros, que a Teca achou muito poético, mas dessa questão de mostrar esse lado dos pesquisadores mesmo com os estrangeiros.

Jadson Porto: Tem um poeta como autor né...

Valdenira Santos: É, tem um poeta como autor, uma aspirante a poeta que não tem coragem de colocar suas poesias em livros, né, divulgar suas poesias né... Estão guardadas, estão guardadas, quando morrer aí o pessoal

pega e publica. Então pessoal, o avançado da hora, vamos encerrando por aqui, vou solicitar que o professor Allan faça suas últimas considerações, após o professor Jadson e após nós temos que relembrar que amanhã às 14h 30 nós temos a conferência do professor Sampaio que estará conosco encerrando o evento, esse terceiro simpósio. Então, por favor, Dr. Allan, meu chefe tá.

Allan Kardec: Obrigado, Val. Não tem chefe, nós somos todos parceiros. Em primeiro lugar não deixaria de agradecer ao convite, acho que discutir ciência é muito interessante e assim, é uma coisa que a gente ama fazer, então a gente tem trabalhado muito no sentido de colocar o IEPA mais de uma vez assim, ele já tava no trilho, mas colocar ele em uma linha reta e colocar ele mais em evidência, porque sendo assim, quando você não é visto você não é lembrado, então a gente tem buscado muito todo o trabalho do IEPA em destaque, mostrando a importância do IEPA pra o desenvolvimento do estado, isso é fundamental.

Dizer que o IEPA hoje é parceiro de todas as instituições e quer ser parceiro de muito mais outras, porque é com parceria que a gente cresce, o crescimento tá aí e ter inteligência de entender que essa busca por parceiros por instituições, por trabalhos, ele faz parte do crescimento coletivo de todo laboratório. Então, a gente tem buscado muito isso no instituto hoje, que é um instituto que eu posso dizer pra vocês que eu estou nele há 18 anos e tenho um grande apeço. Gosto muito do que eu faço dentro do instituto, e busco levar esse IEPA, que é uma instituição grande para o Estado para entender e reconhecê-lo.

Expor do papel do IEPA nesse Estado, o papel do IEPA na pós graduação, o IEPA tem papel importante nisso, e dizer que estamos mais uma vez, abertos às instituições de pesquisa, de ensino, a pessoas que queiram desenvolver pesquisa, queiram fazer estágios, buscar novos conhecimentos, então o IEPA é isso, o IEPA é uma casa aberta à Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá e está sempre disposto ao trabalho, não tem nenhuma contra indicação a ninguém, a nada. Muito pelo contrário.

Agradeço muito, embora a proposta não era uma discussão mas acabou sendo um debate, mas é um debate interessante, um debate que nos mostra que estamos trilhando os caminhos certos, e acreditamos que a Ciência no estado do Amapá junto com a Universidade Federal, com a UEAP, com a Embrapa, com o IFAP vai despontar muito ainda em Ciência e vai aparecer muita gente boa dentro desse estado. Porque o Estado tem uma capacidade muito grande de desenvolver pessoas que tem esse apeço, que entende a Ciência e que tem conhecimento. Então acho que falta mesmo é darmos foco pra essas pessoas, dar um destaque e condições pra que as pesquisas aconteçam.

Então, parabenizo os 15 anos do MDR, que é importante pro Estado, muito importante, é o primeiro curso de pós do Estado, e que continua hoje firme e forte auxiliando nosso desenvolvimento e dizer que, estamos aí, somos parceiros e vamos continuar nossa luta em busca de melhores dias no estado.

Valdenira Santos: Obrigada, Allan. Jadson, por favor, suas considerações finais.

Jadson Porto: Gostarei de agradecer imensamente a conversa aqui com o Allan, não estava previsto, aprendi muito. E uma coisa que eu acho que é importante a gente destacar além da importância que o IEPA vem contribuindo para o Estado, na questão do desenvolvimento que foi a proposta original da conversa, mas a importância do IEPA na geração de intelectuais. Você comentou aqui que tem aproximadamente 40 estagiários, eu usaria dizer que já deve ter passado por você uns 4000 estagiários durante todo esse período.

Valdenira Santos: Mais... mais, Jadson.

Jadson Porto: Pois é, então nessa construção de intelectuais vocês colaboraram, não somente por aqueles que estão somente pra fazer estágios. A semente foi plantada. E outras sementes cresceram, ficaram frondosas, geraram frutos e flores. É interessante começarmos perceber. Por isso que eu gostarei de ressaltar esse olhar da geração de intelectuais, geração de conhecimento, e eu vou tocar novamente nessa tecla, a respeito do livro, da coleção dos 30 anos.

Com essa criação, houve uma *criação*, a partir de agora, a partir dessa criação desses intelectuais, nós teremos a *construção* desses intelectuais, que são aqueles que passaram por aí, que hoje são professores da universidade, são professores do IFAP, são professores da UEAP, são professores de faculdades particulares. Após a Construção, aí vem a *manutenção* e a *modernização*, que são eles que deram sequência em outros níveis.

Então, o Dr. Ivo Theis (FURB) hoje falou da ida à Ítaca. Ainda não chegamos em Ítaca, ainda estamos nas embarcações, mas também ainda estamos esperando ter a chegada dos bárbaros, como ele expôs em sua apresentação, mas estamos esperando a chegada desse investimento em Ciência e Tecnologia que nos últimos anos tem caído imensamente.

Estamos esperando os bárbaros chegarem, o investimento chegar. Mas isso não é suficiente de qualquer maneira, numa certa forma, muito desse investimento que nós temos são os externos. Nós estamos gerando conhecimento e estamos gerando massa crítica, e estamos gerando intelectuais. Parabéns, Dr. Allan, pela atuação do IEPA neste momento, dessa construção desses intelectuais e também na construção do conhecimento sobre.

BEM VIVER, UMA ALTERNATIVA PARA REPENSAR MODOS DE VIDA PÓS-PANDEMIA¹



Liliane Cristine Schlemer Alcântara
Carlos Alberto Cioce Sampaio
doi: 10.51324/80277988.9

INTRODUÇÃO

Diante da crise de saúde em torno da Pandemia do novo Coronavírus (Sars-CoV-2), que ganha gravidade a partir do primeiro semestre de 2020, que ocasiona a patologia denominada Coronavirus Disease 2019 (COVID-19), vive-se atualmente momento surreal. Desde o final de 2019, não se imaginava que o projeto civilizatório atual poderia demonstrar, em um curto espaço temporal e tão ilustrativamente, sua vulnerabilidade frente ao avanço sem fronteiras de uma patologia que assola indiscriminadamente países do mundo todo, independentemente de serem países com muito alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), alto, médio ou baixo. Ainda que a Pandemia afete todas as pessoas do planeta, evidencia-se a desigualdade estrutural ecossocioeconômica atual.

Ilustra-se no quadro 1, que 20% da população do planeta atualmente concentra 66% da renda bruta, com aumento de 4% em relação a edição anterior, o que corresponde a um incremento de renda de US\$ 4.500. Ou, então, que 41% da população concentra 15% de renda bruta. Ainda que haja países com “muito alto IDH”, entre eles existem Índices de Gini significativamente elevados, o que sugere desigualdade social, como os Estados Unidos (0,414: com o 17º IDH) e Chile (0,440: 43º: o maior IDH da América do Sul). Infelizmente, no grupo de países com “IDH alto”, o Brasil é o segundo com o pior Índice de Gini (0,539), e África do Sul sendo o pior (0,630).

A expectativa de vida também reflete a desigualdade social. Embora discreto, ressalta-se um aumento de 6 meses na expectativa de vida dos países com “IDH baixo” em relação a edição anterior. Para exemplificar os efeitos mais perversos da desigualdade social, os países com maior e menor expectativa de vida, Hong Kong com 84,9 anos (aumentou 8 meses em relação a edição anterior) e República África Central com 53,3 anos (na versão anterior era Serra Leoa com 52,2 anos) possuem renda, PIB e IDH, inversamente proporcional (UNDP, 2020a; 2020b).

¹ Este texto baseou-se em duas publicações: (i) com modificações significativas do artigo publicado: SAMPAIO, C. A. C.; ALCANTÁRA, L. C. S.; VIEIRA, P. H. F. Bem Viver: uma alternativa para repensar modos de vida pós-Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)*, v. 59, jul./dez, 2021; (2) versão reduzida do trabalho publicado: ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. Bem viver como alternativa: repensando modos de vida pós-pandemia do novo Coronavírus do Covid-19. In: V Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, (SEDRES), 2021, Taubaté. Anais... Taubaté: SEDRES, 2021. Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da bolsa de produtividade em pesquisa (P&Q) do projeto *Cidades e Soluções: Ecossocioeconomias Urbanas: Cadeias socioprodutivas sustentáveis que promovem o bem viver territorial*.

INDICADORES	PAÍSES AGRUPADOS PELO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)				TOTAL OU MÉDIA
	Muito alto valor (%)	Alto valor (%)	Médio valor (%)	Baixo valor (%)	
Demografia em milhões de habitantes	1.563 (20)	2.957 (39)	2.199 (29)	921 (12)	7.640
Esperança de vida à nascença (anos)	80	75	69	61	71
Média de anos de escolaridade	12	8	6	5	8
Renda nacional bruta per capita/ano (US\$)	44.566 (66)	14.255 (21)	6.153 (9)	2.745 (4)	67.719
CO2 (Toneladas/ano)	10.4 (60)	5.1 (29)	1.6 (9)	0.3 (2)	17.0
Consumo de material doméstico per capita	17.2 (39)	17.7 (41)	5.3 (12)	3.3	43

Tabela 1 - Sintético Cenário Eossocioeconômico Contemporâneo

Fonte: UNDP (2020a; 2020b).

Obs.: Todos números entre parênteses significam percentuais, resultado do valor da própria célula dividido pelo Total ou Média do referido Indicador.

Ainda se não bastasse tais assimetrias, os mesmos 20% da população que representam os Países com “muito alto IDH”, concentram 60% do lançamento de dióxido de carbono (CO₂) em toneladas de todo planeta. Houve acréscimo de 3% em relação a edição anterior. Em compensação diminuiu 3% para os países com “IDH alto” e mantendo-se o percentual para dos demais grupos de países. A notícia mais alentadora é que a produção de dióxido de carbono diminuiu em 1,4 toneladas per capita ano em relação a edição anterior do relatório. 49% da população que representam os países com “médio IDH” e “baixo IDH” correspondem ao lançamento de 11% de CO₂. Baseando-se na tendência do cenário evidenciado, se Índia, que atualmente representa 18% da população mundial², escalar posições, saindo da classificação entre países de “médio IDH”, aumentaria proporcionalmente sua emissão de dióxido de carbono.

Além dessa desigualdade explícita, existe uma parcela considerável de pessoas que não possuem o mínimo de condições humanas de viver dignamente. O Banco Mundial atualizou em 2015 o parâmetro de avaliação das pessoas que vivem na pobreza extrema para aquelas que vivem com US\$ 1,90 por dia ou menos. Baseado neste parâmetro, em 2019, o Índice Multidimensional de Pobreza que abrange 101 países considerou cerca de 1,3 bilhões de pessoas como sendo multidimensionalmente pobres. Nesta pesquisa, destaca-se que a África Subsaariana e o sul da Ásia possuem a maior proporção de pobres com 84,5% (UN, 2020).

Santos (2020) alerta sobre a existência de uma Europa invisível. Não tendo condições mínimas de higiene ou de realizar isolamento social, quando se refere aos campos de refugiados atualmente estabelecidos, originados da migração de contingentes significativos de populações, que em função de guerras (sobretudo civil e étnica), fome e sede, buscam melhores condições de vida. Não diferente da América Latina, agravada pelo fenômeno da favelização e com os acampamentos de venezuelanos. A Secretária Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o

² A Índia possui, em 2019, uma população de 1.366.400. Estima-se que, em 2030, terá 1.503.600, ultrapassando a população chinesa que atualmente é a maior, com 1.433.800 habitantes, mas que daqui há 10 anos será de 1.464.300 (UNDP, 2020b).

Caribe (CEPAL) alertava dos efeitos devastadores da pandemia de COVID-19 sobre a economia mundial: “[...] nenhum País poderá combater esta pandemia sem a cooperação global e regional” (UN/CEPAL, 2020, p. 5)”.

Vive-se um momento que os contrastes sociais se evidenciam, e apesar dos avanços tecnológicos e científicos (TY, 2020), como as vacinas de prevenção a COVID-19 desenvolvidas no final de 2020. Países considerados referências como modelos de desenvolvimento, como os Estados Unidos que possuem o sistema de saúde considerado o mais caro do mundo, não escapou do caos quanto ao controle do vírus. Outro exemplo a Itália, que alcançou a de letalidade da COVID-19 de 10%, em 2020. No contraexemplo, a Alemanha, por ter gerenciado efetivamente a crise, a partir da identificação prévia de casos positivos assintomáticos obteve taxa de letalidade por volta de 0,5% (Oliveira, 2020). O sistema de governo descentralizado alemão teve papel também decisivo, diferentemente do que ocorreu na França (CARBAJOSA; BASSETS, 2020).

Em meio a macrocrise da saúde, surgiu outra, a socioeconômica, decorrente do que se denomina por quarentena societária, com diferentes graus de reclusão social, que deflagrou a paralisação total e parcial da economia, ilustrado na vida cotidiana dos núcleos urbanos (cidades). A crise impactou os mercados financeiros globais com pesadas perdas e intensa volatilidade. Deste modo, interrupções nas cadeias de suprimentos, queda dos preços das commodities, em particular o petróleo, agravaram ainda mais o impacto econômico causado pela Pandemia. Ao mesmo tempo, moedas locais fracas restringiram a capacidade do governo de estímulo fiscal para estabilizar a economia e enfrentar a crise na saúde e a crise humana que se instalou (UN, 2020a).

Aflora-se um debate ético a respeito da impossibilidade de valorar monetariamente vidas humanas. Não se trata de discussão econômica, mas de um direito fundamental que deve ser resguardado pelos Estados Nacionais. Ainda que seja uma pergunta que intriga a resposta, limita-se aqui a realizar ponderações tangenciais. Mais precisamente, atem-se a seguinte questão: quais são as oportunidades e limites para repensar o projeto civilizatório contemporâneo por meio dos modos de vida que satisfazem as necessidades humanas significativas? Neste sentido parece oportuno trazer o debate em torno do que Amitai Etzioni (2017) intitula como “The new normal”, na ocasião que se confronta o projeto civilizatório atual, ou seja, os modos de vida atuais, predominantes urbanos, os quais paradoxalmente são resultados de duas lógicas: a primeira, privatização dos ganhos econômicos de curto prazo em detrimento da socialização dos custos socioambientais de médio e longo prazos (Alcântara e Sampaio, 2019); a segunda, a relação assimétrica entre ser humano e seres não humanos, replicada também na relação homem e homem (FERNANDES; SAMPAIO, 2016).

Neste ensaio procurou-se trazer à tona a incerteza à cerca do futuro. Objetivou-se, assim, propor um diálogo de ideias significativas a respeito dos desafios esperados para o período pós-Pandemia para pensar uma proposta de desenvolvimento ou, melhor, de pós-desenvolvimento em torno do Bem Viver. Apesar do conceito original (*sumak kawsay*, *suma kamaña*, *kume mognen*³) ter sido apropriado por grupos políticos, econômicos e intelectuais, tem suas bases filosóficas na ideia de viver em plenitude e; apesar dos paradoxos e contradições, há uma relação direta entre saúde, neste caso a pandemia, meio ambiente e desenvolvimento, particularmente tratado aqui de Bem Viver.

Faz-se necessário aprofundar o diálogo destes conceitos, desde sua epistemologia, princípios e objetivos. Entre as três correntes do tema Bem Viver, enaltece-se neste texto a ecocêntrica, que evidencia a relação homem e

³ O conceito traduzido para língua castelhana de *Buen Vivir*, originou-se de povos pré-hispânicos latino-americanos.

natureza e, por sua vez, a própria relação homem e homem. Destaca-se que se reconhece a primeira visão, a indigenista, como sendo basilar para pensar as duas outras, tanto a ecocêntrica quanto a estadista. Este capítulo estrutura-se por esta Introdução, os aspectos gerais do COVID-19 e sua abordagem como fenômeno complexo. Trata-se teoricamente sobre a biopolítica, relações de poder e subjetividade, e da abordagem pós-desenvolvimentista do Bem Viver, sobretudo da tese do desenvolvimento à escala humana de Manfred Max-Neef (1993). Realizou-se as aproximações dos debates teóricos com a pressuposta empiria.

PANDEMIA DE COVID-19 E PROJETO CIVILIZATÓRIO: MODOS DE VIDA E SUAS DUAS LÓGICAS PREDOMINANTES

Grandes epidemias assolaram o mundo no passado rotuladas como “pestes”. No século II d.C., o Império Romano caiu sob uma epidemia conhecida como peste Antonina ou dos Antoninos. Durante a peste bubônica ou peste negra no século XIV, inúmeras pessoas morreram, estendendo-se da Ásia Central, precisamente na China, à Europa, em decorrência do comércio marítimo internacional. Citam-se outras epidemias, gripe espanhola, gripe suína (H1N1), síndrome respiratória do Oriente Médio (MERS) e síndrome respiratória aguda grave (SARS) (TY, 2020). O Coronavírus atual, semelhante ao vírus da síndrome respiratória grave (SARS) que ocorreu entre 2002-2003 (SARS-CoV-1), se dissemina com maior rapidez, o que acarretou mais tempo entre o período de infecção e a manifestação da doença (VERNIMMEN, 2020). Os primeiros casos de COVID-19 surgiram na China, alastrando-se para Coréia do Sul, a posteriori a países asiáticos, Itália, Espanha e França, na Europa, e em outros países dos demais continentes (UN/WHO, 2020b).

Diante desta problemática e da prospecção do que se esperar da pós-Pandemia, destaca-se a oportunidade para pensar um novo projeto civilizatório, na qual se repensa os atuais modos de vida, predominantes urbanos, tal como sugere o diálogo em torno das experiências de Ecosocioeconomias que promovem o Bem Viver, tema que se está pesquisando nos últimos 20 anos (SAMPAIO, 2002; 2005; 2010; SAMPAIO et al., 2019), que remete a um conjunto de contribuições para primeiro entender e depois para superar duas lógicas de dominação enunciadas anteriormente. A primeira, refere-se a racionalidade econômica que limita o ser humano a lógica do *homo economicus*⁴: privatização dos ganhos econômicos de curto prazo em detrimento da socialização dos custos socioambientais de médio e longo prazos (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2019); a segunda, trata da racionalidade ambiental e social sob a perspectiva reducionista do antropocentrismo egocêntrico: a mesma relação assimétrica existente entre ser humano e seres não humanos é transposta na relação homem e homem (FERNANDES; SAMPAIO, 2016).

Em outras palavras, as ecosocioeconomias apontam a possibilidade a partir de experiências reais e em curso de uma transição da compreensão reducionista do mundo, resultante das lógicas de dominação apontadas, baseada na situação binária entre sujeito e objeto, para o do entendimento sistêmico e complexo da dinâmica socioambiental, ou seja, ecocêntrica, sustentada na cooperação entre sujeitos de direitos, inclusive a própria natureza (SAMPAIO; ALVES, 2019).

Destacam-se iniciativas - ainda que não se denominem de ecosocioeconomias - como a chamada de “Economia de Francisco”, endossadas por autores de vanguarda, como Jeffrey Sachs, Joseph Stiglitz, Amarty

⁴ A figura patológica do *homo economicus* remete ao que Aristóteles (1991) apontava como crematística que era o risco que o homem corria quando aliciado pela atividade do negócio. O negócio é uma profissão voltada intencionalmente para o dinheiro, que sonha com ele que não tem outro elemento nem outro fim, que não tem limite no qual possa deter-se o desejo. Os negociantes só pensam em viver e não em Bem Viver.

Sen, Vandana Shiva, Mohammad Yunus, Kate Raworth, entre outros. Esta nova economia tem como desafio repensar a economia mundial existente, humanizando e tornando-a mais justa e sustentável, baseada nos valores que nossa civilização associa ao feminino: cuidado, colaboração, generosidade, cíclico (em oposição ao linear), distribuição (DOWBOR, 2020). Outra iniciativa, que faz crítica ao desenvolvimento baseado meramente no crescimento econômico, é a teoria do decrescimento (*degrowth*), reconhecida entre as ecossocioeconomias, que propõe que a economia decresça com propostas como redução do consumo, agricultura regenerativa, renda básica universal e outros (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2021).

Modos de vida qualificados contrariam a perspectiva reducionista de compreender o homem a partir da esfera meramente econômica, mesmo porque baseado no cenário sintético ecossocioeconômico contemporâneo apresentado no Quadro 1, indicadores meramente econômicos positivos não garantem efetivamente indicadores ambientais melhores, aliás, muito pelo contrário. Para Guerra (1993), pesquisas sobre o tema “modos de vida” centram-se em dois aspectos fundamentais: “[...] Por um lado, a análise da relação entre as diferentes práticas cotidianas (de trabalho, de vida familiar, de consumo, de lazer, etc.) e, por outro, as relações que o conjunto destas práticas cotidianas estabelecem com as relações sociais mais gerais” (p. 65). Para a autora, o termo é plural e seu constructo epistemológico tradicional voltadas aos “modos de produção” e “modos de reprodução” levam em conta três níveis analíticos: sistema e atores; história e cotidiano; e objetivo e subjetivo na percepção do real. Neste último, introduzindo as racionalidades e os afetos, corroborando com Max-Neef (1993), que propõe um modelo para um Desenvolvimento à Escala Humana (DEH).

Nesta proposta, Max-Neef (1993) reitera que o melhor processo de desenvolvimento “[...] será aquele que permita elevar mais a qualidade de vida das pessoas e este, por sua vez, dependerá das possibilidades que as pessoas têm de satisfazer adequadamente suas necessidades humanas fundamentais” (p. 40). Para o autor, estas necessidades são finitas, classificáveis e universais e se dividem em uma categoria existencial, cujas necessidades passam pelo Ser, Ter, Fazer e Estar; e uma categoria axiológica que compreende as necessidades de Liberdade, Proteção, Afeto, Entendimento, Subsistência, Participação, Ócio, Criação e Identidade, que se desenvolvem por sua vez, na articulação orgânica de três dimensões: individual, coletiva e ecossistêmica. Neste sentido, Max-Neef (1988) faz um desafio: “Já não se trata de corrigir o existente, essa oportunidade já foi perdida há muito tempo. Já não se trata de agregar novas variáveis aos antigos modelos mecanicistas. Se trata de refazer muitas coisas partindo do zero e de conceber possibilidades radicalmente diferentes.” (p. 63). Para Max-Neef (1993) a articulação orgânica entre homem, natureza e tecnologia dependem de uma base sólida, baseada no protagonismo das pessoas. Neste contexto, Foucault (2004) possibilita pensar em outros modos de vida e destaca, “[...]O cuidado de si implica sempre uma escolha de modo de vida, isto é, uma separação entre aqueles que escolheram este modo de vida e os outros” (p. 139-140).

Por outro lado, a visão linear de progresso fica restrita aos ditames bipolares tanto do sistema capitalista, no qual contrapõe capital (meios de produção) e trabalho, quanto da economia de mercado, na qual enaltece a lei da oferta e da procura de produtos. Um ditame reforça o outro, o que reverbera no enfoque de mau desenvolvimento, conforme ilustra o Quadro 1, que reduz de certo modo o significativo de felicidade por possibilidades de consumo (SAMPAIO, 2005; SVAMPA, 2011, 2016; SOLÓN, 2016). Segundo Max-Neef (1993),

consumo consiste em uma modalidade de satisfator inibidor ou, senão, singular das necessidades humanas, ou seja, podendo ser compreendidos como satisfatores que respectivamente: satisfaz uma dada necessidade, na ocasião que se compra excessivamente brinquedos para uma criança, o que pode dificultar o atendimento de outras necessidades, como o afeto; ou pode satisfazer uma necessidade específica, como o voto a um candidato no período eleitoral que pode atender a necessidade de participação, no entanto não criando sinergias no atendimento de outras necessidades, quando o voto não decorre de uma pesquisa prévia do candidato, o que portanto não se compreende como ato pleno de cidadania.

Na ocasião que se trata de uma concepção multidimensional do desenvolvimento, não há como deixar de considerar o eixo transversal existente entre saúde e meio ambiente, diante da indissociabilidade entre dinâmicas sociais e sistemas ecológicos (FERNANDES; SAMPAIO, 2016). A exemplo de tal interação incondicional, a Pandemia do Novo Coronavírus que desencadeou a COVID-19. Tal patologia afetou sobretudo grandes cidades, nos quais há concentrações populacionais que ocasionam ambientes construídos, o que remete que os elementos da natureza são cada vez mais escasseados, ficando restritos, ou quando os tem, a parques urbanos. O que se faz urgente promover uma modalidade de gestão urbana eminentemente ambiental para pensar abordagens de cidade sustentável. Como também sugere Bittar (2020), o próprio cotidiano pode obscurecer formas de patologia social.

[...] nas ações e nas mentalidades, e sequer nos apercebemos de quanto tóxicos se tornaram os ambientes tocados (controlados, manipulados) pela humanidade – da intoxicação do solo, da água, do ar à toxicidade da política, das redes sociais e do convívio cotidiano – constituídos na base do orgulho, do egoísmo, da posse e da competição individualista. Em nosso cotidiano, normalizamos o absurdo, e nos habituamos com as patologias sociais, sem nos darmos conta de sua periculosidade, apenas nos importando com o surgimento das repentinas patologias sanitárias (s. p.).

Para Bittar (2020), a COVID-19 pode conduzir a uma “[...] desordem e reordenação: a natureza como agente da desordem” (s.p.). Isto é, a transição do que se considera “normal” para uma nova ordem das coisas e que torna necessário readaptar-se ao caos instaurado para reordenar a um novo modo de vida. Como destaca Durkheim (1983), quando a sociedade não passa por estágios subsequentes na qual não cumpre uma “evolução integral”, o que pode se denominar de transitoriedade (conceito tratado mais a frente), pode comprometer a relação simbiótica entre homem e natureza. Deste modo, a biopolítica preconizada por Foucault contribui para pensar em modelos alternativos de desenvolvimento mais sustentáveis.

BIOPOLÍTICA: UM ENFOQUE DESENVOLVIMENTISTA?

Ao adotar a visão cartesiana na análise da relação homem-natureza, percebe-se a relação dicotômica e excludente desta perspectiva. O bem comum passou a ser uma metáfora para mascarar o antropocentrismo egocêntrico centrado no desenvolvimento a qualquer custo. Na visão de Pilon (2020, s.p.), “[...] propostas de “desenvolvimento”, as “soluções” tecnológicas, geralmente ignoram os impactos sociais, culturais e ambientais, vinculando a natureza (o capital natural) ao domínio financeiro, que exige sempre mais recursos, aumenta a poluição e os resíduos, sem alterar o sistema irracional de produção, transporte e consumo que assola o mundo de hoje e que provoca os agravos à saúde física e mental”.

Para Leite e Belchior (2014) “[...] por ser racional, o homem possui uma ética solidária em relação a todas as formas de vida, sendo responsável por suas condutas que influenciam a atual geração, bem como as futuras. Tem, ainda, o dever de solidariedade frente às outras formas de vida, sendo responsável pelo equilíbrio ambiental, incorporando a ideia de justiça intergeracional” (p. 27). As medidas dos governos para lidar com crises socioeconômicas e socioambientais têm impacto a longo prazo nos direitos humanos. O Estado tem como missão estabelecer a paz e a ordem em caso de abalo a estrutura da organização política divididas em internas ou externas, genéticas ou funcionais, fisiológicas ou patológicas, distinguidas em três espécies: sistema político, governamental ou internacional (PASQUINO, 2004). A UN (2020b) explicita que, “[...] este momento exige ação política coordenada, decisiva e inovadora das principais economias do mundo, e o máximo apoio técnico e financeiro aos mais pobres e pessoas e países mais vulneráveis” (p. 1).

Foucault oferece uma cuidadosa diferenciação de modos distintos de poder empregados como resposta a uma pandemia como é o caso do Coronavírus em que se concentra a reação do Estado. Para Schubert (2020, p. 1) “Essa análise biopolítica é “de cima para baixo” e não tem lugar conceitual para agência, liberdade e tomada de decisão democrática.” Esse foco da teoria biopolítica sobre instituições estatais e poder repressivo é, no entanto, apenas um efeito colateral da contribuição central de Foucault para críticas sociais: nomeadamente mostrar que o poder repressivo funciona nos sujeitos. Para Ty (2020, p. 2), “[...] sob a atual economia política internacional na época da pandemia, mais contradições entram em jogo. Existem contradições não antagônicas entre a elite econômica e a elite política; e contradições antagônicas entre as classes dominantes, por um lado, e as pessoas e a Natureza, por outro. Em uma palavra, estamos testemunhando um choque de valores a favor de egoísmo ou compaixão no trabalho”.

De um lado, as elites políticas estão divididas entre atender às necessidades de saúde do povo e de outro, o ganho econômico e o lucro das elites econômicas. Alguns governos ficam do lado das grandes empresas, optando por conduzir os negócios o mais rápido possível, para não comprometer a economia do País; outros se preocupam com o risco de aumentar exponencialmente o contágio por Coronavírus, optando primeiro pela saúde das pessoas e isolamento social. Conforme Foucault (2008), o poder não pode ser repressivo, ou seja, é necessário perceber o lado positivo da decisão coletiva. Ou seja, novas relações capitalistas de produção perpassam por dois mecanismos de poder que surgiram na segunda metade do século XVII e decorrer do século XVIII: anátomo-política do corpo (ou disciplina) e a biopolítica da espécie humana: “A biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 292-293). Deste modo, quando se refere ao sujeito, remete-se a subjetividade⁵, a relação do sujeito consigo mesmo, daquele que age sobre si mesmo, autotransformando-se (GALLO, 2017). Para Foucault (2013) em francês, existem as palavras, “sujeito” e “subjetividade”, onde o “si mesmo” estabelece a “[...] relação que este ser humano enquanto sujeito tem com ele mesmo numa relação política” (p. 131).

Na ocasião que se pensa em tal perspectiva de subjetividade, Sampaio et al. (2017) aponta para a individualidade territorializada, distanciada do individualismo. Uma individualidade com identidade no território, onde se vive e se apropria, podendo chamar de meu lugar, tornando-se parte dele, no qual é possível estabelecer a intersubjetividade. Para Azkarraga (2006), podemos nos referir tanto aos sentidos que as pessoas

⁵ Nos dias 17 e 24 de novembro de 1980, Foucault proferiu duas conferências no Dartmouth College na cidade de Hanover, New Hampshire, intituladas Verdade e subjetividade e Cristianismo e confissão. As duas conferências foram publicadas em francês apenas em 2013.

constroem desde sua individualidade - os sentidos pessoais e intransferíveis - como aqueles sentidos que se localizam no plano da intersubjetividade. “[...] Nos referimos aqueles sentidos compartilhados por uma comunidade de pessoas, ou dito de outra forma, aos significados que comunicam e colocam em relação uma série de sujeitos” (p. 744). Neste sentido, Alcântara e Sampaio (2020, p. 86) afirmam que, “[...] a intersubjetividade permite aos indivíduos identificar suas necessidades e reclamar seu reconhecimento”. A intersubjetividade é o elemento basilar para compreender o significado de comunidade que, por sua vez, remete ao contexto do Bem Viver, que representa uma ruptura das duas lógicas tratadas anteriormente: *homos economicus* e antropocentrismo egocêntrico.

PÓS-DESENVOLVIMENTO E BEM VIVER

Para Santos (2010), é difícil imaginar o fim do capitalismo, ainda que a crise em relação a Pandemia do Coronavírus ilustra sua limitação e suas contradições: como justificar eticamente o aumento de preços de produtos essenciais a vida neste período de crise diante do aumento da demanda? Santos (2010) assinala que repensá-lo ou reformulá-lo somente seria possível na ocasião que se inclua parâmetros éticos na tradição ocidentalista (na qual corporifica a economia de mercado/sistema capitalista), como dignidade, respeito e senso de território. Ou seja, [...] criar alguma distância teórica e epistemológica com a tradição ocidental” (p. 8). Que permita, deste modo “[...] minimizar os custos sociais da acumulação capitalista dominada pelos princípios do individualismo (versus comunidade), a competência (versus reciprocidade) e taxa de ganância (versus complementaridade e igualdade)” (p. 11). Sob esta perspectiva cíclica e espiral, ultrapassa a forma linear que caracteriza progresso e desenvolvimento reducionista impregnada no pensamento ocidental. Porto-Gonçalves (2009), afirma nesta perspectiva que,

[...] a afirmação da diversidade e o legítimo direito à diferença devem mergulhar na compreensão dos complexos mecanismos pelos quais a opressão, a injustiça e a exploração procuram se legitimar, o que significa entender as relações entre as dimensões cultural e social, econômica e política e coleciona novos epistemos entre os protagonistas que estão promovendo processos institucionais de novas configurações territoriais (p. 130).

A partir da América Latina, emerge uma proposta pós-desenvolvimentista que se denomina Buen Vivir, reconhecido inicialmente nas Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (2009). Dos dois países, o Equador possui a maior trajetória do conceito, destacando-se além da Constituição de 2008 o Plano Nacional Estratégico do Bem Viver, nas suas edições entre 2009-2013, 2013-2017 e 2018-2021 (CABANILLA, 2014). Este discurso pós-colonialista do Bem Viver “[...] se inscreve como um conceito ontológico, referente às formas de vida e reprodução social dos povos originários em harmonia com os ciclos e o reconhecimento da Mãe Terra (Pachamama)” (ALCÂNTARA, 2019, p. 28). Hidalgo-Capitán (2012) ainda que se refira a três correntes do Bem Viver identificadas no Equador, tem-se a compreensão que essas vertentes se estendem a demais países:

A primeira e originária seria a corrente indigenista e pachamamista, caracterizada pela relevância que se dá a autodeterminação dos povos indígenas na construção do Bem Viver, assim como aos elementos mágico-espirituais (la Pachamama). [...] Estaria vinculada com o pensamento indígena pré-moderno. [...] A segunda seria a corrente socialista e estadista, caracterizada pela relevância que dá a gestão política-estatal do Bem Viver, assim como aos elementos relativos a equidade social. [...] e a terceira seria a corrente pós-desenvolvimentista e ecologista, caracterizada pela relevância que se dá a

construção participativa do Bem Viver, com a inclusão de aportes indigenistas, socialistas, feministas, teológicos e, sobretudo, ecologistas. (p.16).

Opta-se neste ensaio pela corrente ecologista (ecocêntrica), denominada também como pós-desenvolvimentista ou pós-estruturalista, ainda que se reconheça a corrente indigenista como antecedente balizador para se pensar o *Buen Vivir*. A visão ecocêntrica anteriormente referenciada, representada por alguns intelectuais progressistas da América Latina e da Europa ligados ao ambientalismo e a outros movimentos sociais, questiona a vertente que relaciona desenvolvimento à destruição da natureza (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2017). Esta proposta vem ao encontro da perspectiva de imaginar outros modos de vida possíveis e se dá por meio do reconhecimento de que o espaço geográfico e do território pode sustentar epistemes ontológicas (PORTO-GONÇALVES, 2009), como é o caso do *Sumak Kawsay* (Quechua), *Suma Qamaña* (Aymara) ou o *Kume Mongen* (Mapuche). Na concepção de Alcântara et al. (2017, p. 69), este discurso surgiu de um lado da crítica ao reducionismo e ao produtivismo do modelo desenvolvimentista ocidental, e por outro da cosmovisão dos povos indígenas do altiplano e “[...] se configura como uma filosofia de vida cujo valor fundamental está conectado ao bem maior de preservação da natureza e no direito das comunidades de viverem de acordo com suas tradições”.

Para Alcântara e Sampaio (2017, p. 233) “O debate sobre a crise de caráter sistêmico e civilizatório sugere reflexão sobre o sentido de Bem Viver, o qual se relaciona a qualidade de vida e remete a questões como espiritualidade, natureza, modos de vida, consumo, política e ética”. O Bem Viver também considera o fortalecimento dos territórios e o reconhecimento de outras formas de ser e estar no mundo, como formas de vida que sempre existiram, sobreviveram e preservaram suas características com um certo grau de autonomia frente ao processo de modernização e colonização.

Partindo do princípio da diversidade, valorização e respeito pelos “outros”, se passa de uma alternativa produtivista para uma construção coletiva de formas de vida com novas estruturas políticas, econômicas e sociais. Esta proposta passa pela necessidade de respeito à natureza e pela equidade entre homens e mulheres, em um complexo processo de desconstrução e de superação de velhas categorias coloniais e patriarcais (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2019, p. 37).

O Bem Viver para Acosta (2010) “se apresenta como uma oportunidade para a construção coletiva de uma nova forma de vida” (p.7). Neste contexto, Walsh (2005), pauta a importância do Bem Viver na pluridiversidade e interculturalidade, entendendo-os como: “processos de intercâmbio que permitam construir espaços de encontro entre seres e saberes, sentidos e práticas distintas” (p. 45). Alcântara e Sampaio (2019, p. 19) destacam o Bem Viver “[...] como forma de resistência aos postulados do neoliberalismo em particular, questionando o conceito hegemônico de desenvolvimento e o modo de vida consumista ocidental, cuja concepção de vida expressa uma relação diferente entre os seres humanos e seu entorno social e natural”. Corroborando com Acosta (2016), que “[...] questiona o conceito ocidental de bem-estar, e, enquanto proposta de luta, enfrenta a perspectiva colonizadora do poder” (p. 12).

Reyes (2020) afirma que a perda atual da biodiversidade atual é comparável as outras grandes extinções de espécies que deixaram de existir. Para o autor, está se vivendo a “sexta extinção” (p. 27), na era do antropoceno ou como denomina Moore (2017), a era do capitaloceno, onde a biodiversidade por meio de funções ecossistêmicas está a serviço do capitalismo, o que está resultando indubitavelmente ao colapso do sistema. Assim, faz-se necessário refazer caminhos, estratégias epistêmicas e políticas que contribuam para superar a atual crise civilizatória (SANTOS, 2010).

PROGNÓSTICO GLOBAL NA PERSPECTIVA DO BEM VIVER: ASPECTOS ECOSSOCIOECONÔMICOS

Não se tem dúvidas que são necessárias medidas emergenciais antes de prognosticar globalmente um novo projeto civilizatório na perspectiva do Bem Viver, mesmo porque é prioritário superar a crise, por meio de governança internacional, a exemplo de grupos de liderança mundiais como o G20, proporcionando estabilidade econômica global, nacional e subnacionais, e de gestão territorial como as indicadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Mesmo porque os governos locais possuem contextos geográficos físicos e humanos próprios, o que requer exame coletivo de impactos e coordenação de políticas sociais, fiscais e monetárias, apoio para as pequenas e médias empresas e o setor informal, direcionar recursos para as famílias mais vulneráveis, proteção social, redução de impostos e de taxas de juros, apoio salarial e outros. Não se deve esquecer que estas medidas devem ser tomadas relevando-se o tema da equidade social, aproveitando o momento para se pensar em questões éticas e políticas para então gestionar a crise socioeconômica.

A Pandemia de Covid-19 remete a um momento dramático que pode protagonizar antagonismos nas relações de poder, política, governança e Bem Viver. Para Leff (2020: 11): “[...] de olho nas estruturas do poder político, o futuro planetário é debatido em torno de três sistemas de governo: regimes autoritários, populistas, democracias capitalistas e social-democracias”. Para o autor, a intervenção de governos no atual “estado de exceção” pode justificar o poder soberano impostos pelos governos que podem “[...] ditar novas regras de convivência da humanidade com a natureza” (p. 12). Aaltola (2020) reafirma que “[...] Essas crises de legitimidade podem ser facilmente usadas para criticar as autoridades ou para construir visões alternativas de um senso “saudável” de coesão nacional” (p. 7, grifos do autor). Este parece ser o momento de repensar modos de vida, sobretudo urbanos, adotando novos modos de produção e de consumo mais sustentáveis; sistemas de governança participativos; e um sistema político mais transparente.

Escobar (2019) aponta que a análise da atual conjuntura nacional e planetária frente à crise da Pandemia e aos debates éticos, teóricos e políticos sobre o tema, postula uma hipótese de que conhecimentos dos povos em movimento, comunidades em resistência e movimentos sociais temáticos postulam novas formas de pensamento paradigmático. Não implica dizer que os conhecimentos de pesquisadores, instituições e da ciência não sejam importantes, mas “[...] senão que já são claramente insuficientes para gerar as perguntas e pautas para enfrentar as crises” (p. 39).

Como sugere Max-Neef (2005), desconfia-se que a racionalidade, quando reduzida pela lógica instrumental econômica, que ocasionou tantos problemas socioambientais, tenha capacidade por si só de resolvê-los. Neste sentido, o momento pode fortalecer o compromisso de implementar a Agenda 2030, que estabelece os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁶ e 169 metas, que tem como escopo erradicar a pobreza e promover vida digna para todos, dentro dos limites do planeta, e que cada país adote suas próprias prioridades e que atuem em parceria global de maneira a orientar as escolhas necessárias para melhorar a vida das pessoas (ONU, 2015), como também os acordos internacionais em torno das mudanças climáticas.

⁶ Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são: (1) erradicação da pobreza; (2) fome zero e agricultura sustentável; (3) saúde e bem-estar; (4) educação de qualidade; (5) igualdade de gênero; (6) água potável e saneamento; (7) energia limpa e acessível; (8) trabalho decente e crescimento econômico; (9) indústria, inovação e infraestrutura; (10) redução das desigualdades; (11) cidades e comunidades sustentáveis; (12) consumo e produção responsáveis; (13) ação contra a mudança global do clima; (14) vida na água (15) vida terrestre; (16) paz, justiça e instituições eficazes; e (17) parcerias e meios de implementação (ONU, 2015).

Ainda que se possa ter a eminência de um novo paradigma, Kuhn (1978) aponta que sempre há resquícios de elementos do paradigma que se deseja superar. O que parece oportuno relevar a tese da transitoriedade postulada pelas *Ecosocioeconomias*. Isto é, as novas dinâmicas sociais em curso mesmo que se contradizem com seus antecedentes, devem considerar a possibilidade de manter interlocução com esses, como por exemplo: agroecologia e consumo crítico com agricultura de ganhos de escala; permacultura e *ecovillages* com design arquitetônico monodisciplinar; *slow movement* com *fast food*; *degrow* e *transition towns* com desenvolvimento local, entre outros.

Quando se admite a presença de elementos contraditórios nas novas dinâmicas sociais, o que Nicolescu (2002) aponta como a tese do terceiro incluído, reconhece haver um continuum entre o que supostamente denomina-se por relação dicotômica, onde se encontram pontos constituídos de elementos que compõem ambos os extremos, a rigor considerados como opostos. Ou seja, o mesmo problema/tema que origina uma divergência entre posições contrárias, é o que também os aproximam (SAMPAIO et al., 2021). A transitoriedade, sob tais argumentos, ainda que possa parecer inusitada é necessária para a reconstituição de novos mundos ante as graves crises que a Pandemia apresenta, (i) saúde e meio ambiente e (ii) desigualdade socioeconômica, como também as apontadas no Quadro 1. No entanto, ainda que se reconheça no paradigma emergente elementos do decadente, da mesma forma a transitoriedade pressupõe que há elementos próprios da experiência nova, que neste contexto sugere inovações sociais, como as *ecosocioeconomias* (SAMPAIO et al., 2019).

A Pandemia do novo Coronavírus tornou-se uma séria ameaça em torno do mundo que se conhece. A tomada de consciência pública sobre os riscos do Covid-19 inicialmente centrou-se nos aspectos biológicos, epidemiológicos da doença, mas desencadeou sucessivamente em outras esferas, social, econômica e política (AASTOLA, 2020). O cenário pós-Pandemia tem sido tratado em muitos ensaios, como na obra Aaltola (2020), Carbajosa e Bassets (2020), Dowbor (2020), Leef (2020), Oliveira (2020), Ramonet (2020), Reyes (2020), Santos (2020), Schubert (2020), Ty (2020), Vernimmen (2020) e outros.

A respeito do Bem Viver, o que torna este trabalho singular, sobretudo na perspectiva ecocêntrica, ressalta-se a necessidade de repensar como mencionado a relação assimétrica tanto entre homem e natureza, estabelecida pela visão antropocêntrica que originou a denominada problemática socioambiental, quanto entre homem e homem, o que se aponta como problemática social ou, então, antropocentrismo egocêntrico. Ainda que didaticamente possa parecer duas problemáticas distintas, mas se trata de uma apenas. A ideia de desenvolvimento é reduzida na maioria das vezes a um cálculo de benefícios econômicos de curto prazo, o que se entende por tempo geracional, que pode sugerir um intervalo temporal de 72 anos⁷, sobre prejuízos socioambientais de médio e longo prazos, que perpassa por uma escala temporal intergeracional (FLORIT; SAMPAIO; PHILIPPI Jr, 2019). Talvez não seja coincidência que a previsão do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas prospecta cenários e longo prazo até 2100 (UN/WMO, 2014).

Cabe ressaltar, sob a crítica da perspectiva ecocêntrica, que o antropocentrismo egocêntrico parece não relevar que o homem é dotado de inteligência para prospectar uma vida intergeracional, pois se deseja, enquanto animal, passar seu código genético para as próximas gerações. Não menos importante, o homem é douto para saber que há

⁷ Baseado na média da expectativa de vida ao nascer entre mulher (73.8) e homem (69.6), segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano 2018.

outras formas de vida, inclusive que fazem possível sua própria existência. Portanto, há que se declinar do que Touraine (1992) sugere: a história não pode ser reduzida em historicidade, ou seja, a produção da humanidade contada por ela própria. Como dito, a vida não é exclusividade humana, pois havia outras formas de vida antes do aparecimento do *homo sapiens sapiens*. O que pode sugerir, aliás, a partir de uma visão apocalíptica, que a vida provavelmente continuará, ainda que se seja difícil de imaginar.

Ainda que o cenário pós-Pandemia possa ser oportuno, como se objetiva neste texto, não se tem dúvidas que no momento da Pandemia exija ações imediatas de governo com senso de urgência por questões de Estado, como saúde e meio ambiente, para que haja coesão social por meio de políticas econômicas de estabilidade. Para Aaltola (2020): “[...] a governança global da saúde e esforços de segurança no combate às pandemias foram baseado em um forte imperativo de separar política e politização⁸ - vista como aspectos negativos e dificultadores - dos atuais esforços preventivos e responsivos” (p. 5). Para o autor, a política legítima pode ser um facilitador na promoção e mobilização dos recursos necessários nos esforços de construir a infraestrutura necessária em momentos de crise. Entretanto, sem legitimidade pode se tornar abusiva e ineficiente.

Os setores econômicos mais atingidos pela pandemia foram aqueles considerados como serviços não essenciais, que, em termos objetivos e pragmáticos, se localizam principalmente no atendimento de necessidades por satisfatores singulares ou, até mesmo, inibidores, conforme comentado, que dentro de uma nova concepção de projeto civilizatório/modos de vida, questiona-se sua significância ou, então, que tal serviço possa ser reproduzido coletivamente no âmbito doméstico ou de vizinhança. O preparo de refeições, além de atender a necessidade de sobrevivência (alimentação), reforça relações de duas outras necessidades, afeto e de criação, quando se produz gastronomicamente e coletivamente o alimento. Os modos de vida sobretudo urbanos⁹, colapsado pela sociedade de consumo, ocasiona padrões de comportamento que podem ter relação com ansiedade e angústia, quando necessidades afetivas não são satisfeitas. Conforme a United Nation (2020): “A crise do COVID-19 está ameaçando a coesão social dentro dos países, pois seu impacto atinge profundamente nossa sociedade, no comportamento dos indivíduos e afeta nossos bem-estar e saúde mental” (p.11).

CONCLUSÕES OU (IN)CONCLUSÕES?

É inegável que estamos diante de uma crise de saúde global, que além de estar matando milhares de pessoas, provoca sofrimento na forma de dor às famílias que perderam seus entes queridos ou ocasiona angústia às pessoas que possam a vir ser infectadas, o que também resulta em mudanças significativas socioeconômicas. O que pode remeter: qual forma de governo está produzindo resultados mais efetivos em relação as essas duas questões cruciais, a da saúde pública e a do desenvolvimento? Diante desta situação, valendo-se de estudos da biopolítica de Foucault, remete a duas formas possíveis de governo. O primeiro caso, formas coercitivas e autoritárias de governo e, o segundo caso, sistemas de governança política que atendem ao significado de bem comum. No entanto, como mencionado, há situações transitórias entres estes dois polos.

⁸ Para Lagroye (2003), a politização pode ser definida como uma operação social, que não pode ser imputada somente a estratégias, atores e organizações políticas, mas abarca também uma dimensão individual, que se funda em preocupações concretas, ambições ordinárias e finalidades sociais legítimas, cuja convergência perturba a ordem hierárquica dos “lugares” sociais.

⁹ De acordo com Carvalho (2003: 111), a natureza foi classificada segundo sua utilidade para as necessidades humanas, expressando, assim, pragmatismo antropocêntrico. Para Dulley (2004: 21): “[...] no caso dos seres humanos, o seu meio ambiente mais comum são as cidades que podem ser vistas como natureza modificada pelo homem, afastada portanto da categoria natureza, assumindo a categoria de meio ambiente específico, denominado também de meio ambiente construído”.

Iniciando-se pelo segundo caso, encontram-se os bons exemplos das democracias avançadas, o modelo alemão, valendo-se da prática de governo descentralizado, que conseguiu entre os países europeus resultados mais promissores na prevenção e combate ao Covid-19. Da mesma forma Nova Zelândia que conseguiu eliminar o vírus, ao menos momentaneamente, decorrente a medidas restritivas impostas pelo governo e a Islândia que ofereceu testes diagnósticos gratuitos a todos. Ressalta-se, que nestes dois últimos casos, países liderados por mulheres. Quanto ao primeiro caso, destacam-se dois exemplos bem-sucedidos, considerando que os dados divulgados sejam verdadeiros, diante da restrição de averiguação deles. Pode-se citar outros exemplos, como o governo chinês, tendo implementado uma política de *lockdown* (restrição vigiada) que conseguiu limitar o contágio na região onde se deflagrou a Covid-19, e o caso venezuelano, por restrições de mobilidade sociais implementadas anteriores a Pandemia, como o fechamento de fronteiras.

Como também anteriormente citado, além de se tratar de uma crise de saúde pública e de economia global, trata-se também de uma crise civilizatória que desafia a humanidade neste momento, não somente para pensar, mas para produzir um novo paradigma civilizatório, como sugere a Agenda 2030, quando se refere aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), no qual estabelece um padrão de (pós)desenvolvimento que melhor equaciona a relação entre homem e natureza de maneira que possa criar modos de vida societários mais resilientes pós-desenvolvimentistas.

Trata-se de um momento surreal, o que confere incertezas, mas também oferece oportunidades, o diálogo estabelecido apontou que os modos de vida mais resilientes seriam aqueles pensados a partir da corrente ecocêntrica do Bem Viver, que se caracteriza como um Pós-Desenvolvimento, aproximando-se da tese de Manfred Max-Neef, intitulada desenvolvimento à escala humana, que se baseia na elaboração de um conjunto de satisfatores sinérgicos que atendem a nove necessidades humanas fundamentais – sobrevivência, proteção, afeto, entendimento, participação, ociosidade, proteção, identidade e liberdade.

Ainda que Max-Neef trate de uma décima necessidade, transcendência, não a considerava na época ainda universal, no entanto sugeriria que ela dava significado ao sentido da vida. A partir da corrente indígenista do Bem Viver, que antecede a ecocêntrica, transcendência pode ser compreendida como cosmovisão que reconhece que os seres não humanos vivos são sujeitos de direito. Em outras palavras, na ocasião que se remete a pensar na vida em plenitude, refere-se a estabelecer relações tanto simétrica entre homem e natureza quanto síncrona e diacrônica entre homem e homem. Diferentemente da visão patológica antropocêntrica egocêntrica, sugerindo o homem como que esse fosse o único merecedor de direitos, aliás, segundo a sociedade de mercado, nem todos, mas os mais afortunados.

Na tentativa árdua de racionalizar transcendência, ainda que se possa parecer determinista, parte-se da perspectiva da neurociência, inspirado no *best seller* de Robert Lent, Cem bilhões de neurônios. A transcendência pode ser resultado de uma percepção, ocasionada por uma forma qualquer de energia captada por receptores neurais, comumente chamados de sentidos - visão, audição, tato (sensibilidade corporal), olfação (cheiro) e gustação -, que incide sobre as interfaces entre o homem, enquanto organismo físico, conhecido como corpo, e o ambiente, ou seja, a natureza na sua plenitude. Neste sentido, a crise em torno da Pandemia do Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) pode despertar na humanidade, em diferentes graus, como sugere a tese do terceiro incluído mencionada, uma sensibilidade quanto aos problemas (necessidades humanas) que realmente importam, depois que se desnuda a materialidade incrustada na sociedade de consumo e que também coisifica a natureza, como mero recurso.

As experiências ecossocioeconômicas, estudadas e catalogadas, referindo-se a diversas modalidades passíveis de serem complementares, como Economia circular/Cadeia produtiva sustentável, Tecnologias sociais/Economia solidária e Fair trade, Responsabilidade social(ambiental) corporativa/Benefit corporation,

Degrow/Tansition towns e Fontes de energia renováveis, Consumo crítico/Células de consumo responsável, Slow movement/Gestão urbana sustentável, Permacultura/Agroecologia e Ecovilas além de outras, podem se constituir o que Ignacy Sachs intitula como enciclopédia do cotidiano, no sentido de criar alternativas sistêmicas para solução dos problemas que o paradigma vigente não consegue mais responder. Faz-se mister, então, restabelecer modos de convivência entre humanidade e natureza, segundo a visão ecocêntrica de Bem Viver, baseados em modelos sustentáveis. Acreditar igualmente em “outro mundo possível”, como uma utopia possível, que possa atender as necessidades humanas à escala humana.

REFERÊNCIAS

AALTOLA, M. “Covid-19 – A trigger for global transformation? political distancing, global decoupling and growing distrust in health governance”. **Journal of Perinatology**, v. 29, 2020, p. 262–275.

ACOSTA, A. **El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo**. Una lectura desde la Constitución de Montecristi, Fundación Friedrich Eber, FES-ILDIS, Quito: 2010.

ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade de imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. Fundação Rosa Luxemburgo. São Paulo, Editora Elefante e Autonomia Literária: Jan. 2016, 264 p.

ALCÂNTARA, L. C. S. Bem Viver ou vida em plenitude: tecendo a teia da existência. In: **Ambiente e Sociedade no Brasil Central**: Diálogos Interdisciplinares e Desenvolvimento Regional. 2. ed. [e-book] / Organizador: Sandro Benedito Sguarezí. – São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Editora UNEMAT, 2019. 288 p.

ALCÂNTARA, L. C. S. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 40, 2017, p. 231-251.

ALCÂNTARA, L. C. S. **Bem Viver e ecossocioeconomias**. Cuiabá: EdUFMT, 2019.

ALCÂNTARA, L. C. S. “Indicadores de Bem Viver: pela valorização de identidades culturais”. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 53, jan./jun. 2020, p. 78-101. DOI: 10.5380/dma.v53i0.62963.

ALCÂNTARA, L.; SAMPAIO, C. A. C. Decrescimento na perspectiva das cidades em transição: resiliência e ética socioambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and, Environmental Science**, 10 (2), p. 81-96, 2021.

ALCÂNTARA, L. C. S.; GRIMM, I.; SAMPAIO, C.A.C.; MANTOVANELLI JR, O.; FEUSER, S.; GARCIA, M. Bem Viver: discussões teórico conceituais. **Revista Pensamiento Actual**, v.17, n. 28, 2017.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

AZKARRAGA, J. E. **Identitate Kooperatiboaren bilakaera**: Arrasateko Kooperatiba esperientzia. UPV-EHU. Eskoriatza, 2006.

BITTAR, E.C.B. **Coronavírus**: uma pandemia para rever as patologias sociais do cotidiano. 08 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-08/pandemia-rever-patologias-sociais-cotidiano>. Acesso em: 01/maio/ 2020.

CABANILLA, E. Turismo comunitario, su complejidad y aporte al buen vivir: construcción de políticas públicas en base a modelo complejo de desarrollo territorial. In: Primer encuentro internacional de Turismo Comunitario y Social de la UNASUR. **Actas ...**, La Paz, Bolivia: 2014. p. 01-06.

CARBAJOSA, A.; BASSETS, M. Alemanha anuncia ter controlado coronavírus enquanto França ensaia estratégia para deixar quarentena. **El País**, Berlim e Paris, 18/Abr/2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-04-18/alemanha-anuncia-ter-controlado-coronavirus-enquanto-franca-ensaia-estrategia-para-deixar-quarentena.html>. Acesso em 19/04/2020.

CARVALHO, I. C. M. Os sentidos de "ambiental": a contribuição da hermenêutica à pedagogia da complexidade. In: LEFF, H. (Coord.). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 99-121.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DOWBOR, L. **Paradigmas para uma Economia de Francisco (I)**. <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia-Politica/Paradigmas-para-uma-Economia-de-Francisco-I-/7/46318>. Acesso em 15/abril/2020.

DULLEY, R. D. “Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais”. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, 2004.

EL CLARÍN. **Academia holandesa propõe um decrescimento sustentável**. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2020/04/28/academia-holandesa-propoe-decrescimento-sustentavel/>. Acesso em 30/abril/2020.

ESCOBAR, A. **Desde abajo, por la izquierda, y con la Tierra**: “SUrreando desde Abya Yala/Afro/Latino/América”. ANO 2, No. 2 Edición Especial Dossiê SULear: set 2019.

ETZIONI, A. **The new normal**: finding a balance between individual rights and the common good. Abindgon: Routledge, 2017.

FLORIT, L.; SAMPAIO, C. A. C. PHILIPPI JR, A. O desafio da ética socioambiental: equidade com consideração moral para além dos humanos. In: FLORIT, L. F.; SAMPAIO, C. A. C.; PHILIPPI JR., A. **Ética socioambiental**. Barueri: Manole, 2018, p.3-16.

FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. A natureza da problemática socioambiental. In: SILVA, S. D. e; SAYAGO, D.; ToNI, F; CAMPOS, F. I. **Ensaio em ciências ambientais: crises riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, v.1, p. 153-166.).

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Hermenêutica do Sujeito**. Martins Fontes, São Paulo, 2004.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **L'origine de l'herméneutique de soi** – conférences prononcés à Dartmouth College, 1980. Paris: Vrin, 2013.

GALLO, S. Biopolítica e subjetividade: resistência? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 66, p. 77-94, out./dez. 2017.

GUERRA, I. Modos de vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia - Problemas e Práticas**. (13), 1993, p. 59-74.

HIDALGO-CAPITÁN, A. L. El buen vivir ecuatoriano en el contexto de la economía política del desarrollo. En: Dominguez, R.; Tezanos, S. (Eds.). **Actas del I Congreso Internacional de Estudios del Desarrollo**. Santander: Universidad de Cantabria: 2012. Disponible en: <<http://congresoreedes.unican.es/actas/PDFs/202.pdf>>. Acesso em: 27/abril/2020.

KUHN, T. **Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAGROYE, J. **La politisation**. Paris: Belin, 2003.

LEFF, E. “A cada quien su vírus la pregunta por la vida y el porvenir de una democracia viral”. HALAC – Historia Ambiental, Latinoamerica, Caribeña-HALC. **Revista de la SOLCHA**. Abril de 2020. Disponível em: <https://halacsolcha.org/2020Leff.pdf>. Acesso em 26/abril/2020.

LEITE, J. R. M.; BELCHIOR, G. P. N. Direito constitucional brasileiro. In: LEITE, J. R. M.; PERALTA, C. E. (Org.). **Perspectivas e desafios para a proteção da biodiversidade no Brasil e na Costa Rica**. 2014.

LENT, R. **Cem bilhões de neurônios**: conceitos fundamentais de neurociências. São Paulo: Atheneu, 2004.

MAX-NEEF, M. “Foundations of transdisciplinarity”. **Ecological Economics**, v. 53, 2005, p. 5-16.

MAX-NEEF, M. **Desarrollo a escala humana**. Barcelona: 1993.

MAX-NEEF, M. **La Economía descalza**. Editora Nordan, 2.ed. Montevideo: 1988.

MOORE, J. W. “The capitalocene. Part I: on the nature and origins of our ecological crisis”. **The Journal of Peasant Studies**, vol. 44, 2017, p. 594-630. DOI 10.1080/03066150.2016.1235036

NICOLESCU, B. **Manifesto of transdisciplinarity**. New York: State University of New York (SUNY) Press, 2002.

- OLIVEIRA, M. Por que a Itália tem mais mortes pelo novo coronavírus? **Folha de São Paulo**. 25 mar 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrioesaude/2020/03/por-que-a-italia-tem-mais-mortes-pelo-novo-corona-virus.shtml>. Acesso em 14/abril/2020.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2015**. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/> Acesso 01/maio/2020.
- PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 12ª ed. Brasília. Universidade de Brasília, 2004.
- PILON, A. F. **Pessoas, ambientes, desigualdade e doença**: um enfoque ecossistêmico. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/pessoas-ambientes-desigualdade-e-doenca-um-enfoque-ecossistemico/>. Acesso em: 27/abril/2020.
- PORTO GONÇALVES, C. W. “De saberes y de territorios: diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana”. **Polis**, Revista de la Universidad Bolivariana, v. 8, n. 22, 2009, p. 121-136. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682009000100008>
- RAMONET, I. “La pandemia y el sistema – mundo”. **La Jornada**. México: 2020. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/ultimas/mundo/2020/04/25/ante-lo-desconocido-la-pandemia-y-el-sistema-mundo-7878.html>. Acesso em 30/abril/2020.
- REYES, L. G. **Colapso del capitalismo global y transacciones hacia sociedades comunitarias**: mirando más allá del empleo. Manu Robles Arangiz Fundazioa. Bilbao: 2020.
- SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: EDIFURB, 2010, v.1. p.145.
- SAMPAIO, C. A. C.. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul (RS): EDUNISC, 2005, v.1. p.146.
- SAMPAIO, C. A. C. Conhecimento organizacional como um novo enfoque analítico para formulação de estratégias em organizações In: 54a. Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 2002, Goiânia (GO). **Anais...** (CD-ROM). Goiânia (GO): SBPC, 2002.
- SAMPAIO, C. A. C.; GRIMM, I.; J.; ALCANTARA, L. C. S.; MANTOVANELI JR, O. **Ecossocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis**. Blumenau: Edifurb, 2019, v.1. p.219.
- SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K. Ecossocioeconomias: um conceito em construção. SAMPAIO, C. A. C.; GRIMM, I.; J.; ALCANTARA, L. C. S.; MANTOVANELI JR, O. **Ecossocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis**. Blumenau: EDIFURB, 2019, v.1, p. 15-34.
- SAMPAIO, C. A. C.; PARKS, C.; MANTOVANELI JR, O.; QUINLAN, R.; ALCANTARA, L. “Bem viver e ecossocioeconomia: entre subjetividade e o bem comum”. **Saúde e Sociedade**, v. 26, n. 1, jan/mar, p. 40-50, 2017.
- SAMPAIO, C. A. C.; SOARES, M. J. N.; PROCOPIUCK, M.; SOUZA, R. R. De. **Estudos socioambientais e arranjos socioprodutivos urbanos e regionais**. Blumenau: Edifurb, 2021, prelo.
- SAMPAIO, C. A. C.; SKEWES, J. C.; ALCANTARA, L. C. S.; FLORIT, L. F. CEBERIO de LEÓN, I.; OLMEDO, C. **Transcendence**: tenth fundamental need of human scale development theory. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau. Mimeo.
- SANTOS, B. S. **Decolonizar el saber, reinventar el poder**. Ediciones Trilce. Montevideo: 2010.
- SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra. Editora Almedina. Abril, 2020. 35 p.
- SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SCHUBERT, K. Crying for repression: populist and democratic biopolitics in times of COVID-19. **Critical Legal Thinkin - Law and the Political**. 1 April 2020. Disponível em: <https://philpapers.org/archive/SCHCFR.pdf>. Acesso em 15/abril/2020.
- SOLÓN, P. **¿ Es posible vivir bien?** La Paz, Bolivia: Fundación Solón, 2016, 76 p.
- SVAMPA, M. Pensar e desarrollo desde América Latina. **Anais** do Seminário Latinoamericano Derechos de la Naturaleza y Alternativas al extractivismo. Colectivo Voces de Alerta, CLAES, Jóvenes por la Igualdad y CEPPAS

(Org.). Buenos Aires: 2011, p. 1-25. Disponível em: <http://www.maristellasvampa.net/archivos/ensayo56.pdf>. Acesso em: 09/abril/2020.

SVAMPA, M. Frontera D. **Revista digital**. Entrevista. Maristella Svampa y la crisis del ciclo progresista en Latinoamérica. 31 de Marzo 2016. Disponível em: <http://www.fronterad.com/?q=maristella-svampa-y-tesis-ciclo-progresista-en-latinoamerica>. Acesso em: 09/abril/2020.

TOURAINÉ, A. **Critique de la modernité**. Paris : Fayard, 1992.

TY, R. **From fear to compassion**: contradictions in the time of the coronavirus pandemic. 2 April 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/42517141/Rey_Ty_Article_2020_.From_Fear_to_Compassion_Contradictions_in_the_Time_of_the_Coronavirus_Pandemic. Acesso em 15/abril/2020.

UN, United Nation. **Coronavirus-driven debt crisis threatens poor countries already at risk, says UN report**. 9 April 2020. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2020/04/1061492>. Acesso em 13/abril/2020 (a).

UN, United Nation/WHO, World Health Organization. **Dashboard Coronavirus (Covid-19)**. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em 02/05/2020 (b).

UN, United Nations/Comisión Económica para América Latina y el Caribe – CEPAL. **COVID-19 tendrá graves efectos sobre la economía mundial e impactará a los países de América Latina y el Caribe**. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/covid-19-tendra-graves-efectos-la-economia-mundial-impactara-paises-america-latina>. Acesso em 13/abril/2020 (c).

UN, United Nations. UNDP, United Nations Development Program. **Human development indices and indicators 2019**. New York: UNDP, 2020(a).

UN, United Nations. UNDP, United Nations Development Program. **Human development reports**. New York: UNDP, 2020 (b). Available: Human Development Reports (undp.org). Access in 20/12/2020.

UN, United Nation/WHO, World Meteorological Organization. **IPCC, Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate change 2014**: synthesis report. contribution of working groups I, II and III to the fifth assessment report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 151 pp., 2014.

VERNIMMEN, T. “Closing in on the new coronavirus”. **Knowable Magazine from Annual Reviews**. 2020. Disponível em: <https://www.knowablemagazine.org/article/health-disease/2020/closing-new-coronavirus>. Acesso: 01/abril/2020.

WALSH, C. Interculturalidad, conocimientos y decolonialidad. In: **Signo y pensamiento**. v. XXIV, n° 46. p. 39-50. Bogotá, Colombia: 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86012245004>.

AUTORES



Adalberto Carvalho Ribeiro: Licenciado em Pedagogia; Bacharelado em Direito; Mestre em Desenvolvimento Sustentável; Doutor em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental; Pós-doutor em Educação. É docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UNIFAP); Coordenador do Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas (PPGDAP/UNIFAP) (2011-2012).

Allan Kardec Ribeiro Galardo: Biólogo; mestre em Biologia Animal; Doutor em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários. Coordenador do Laboratório de Entomologia Médica e Diretor de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA).

Ana Karolina Lima Pedrada: Graduada em Engenharia de Produção e Engenharia Têxtil; Mestranda na área de Desenvolvimento Regional na Universidade Federal do Amapá, na área de Planejamento Ambiental e Agroecologia. T^E docente do Instituto Federal do Amapá - IFAP, Campus Santana, atuando no colegiado do curso Técnico em Logística.

Andréa Figueiredo Gomes: Graduada em Administração; Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá. Administradora da seção de auditoria do Amapá (SEUAD/AP) vinculada ao Denasus, na Superintendência Estadual do Ministério da Saúde Amapá.

Antonio Claudio de Almeida Carvalho: Possui graduação em Engenharia Agrônoma; Mestrado em Estatística; Doutora em Desenvolvimento Socioambiental. Pesquisador da Embrapa Amapá; Ex-Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Amapá (2011-2014); Chefe Geral da Embrapa-Amapá (a partir de Fevereiro 2021).

Antonio Sérgio Monteiro Filocreão: Doutor em Desenvolvimento Socioambiental - NAEA/UFPA; Professor Associado dos Cursos de Ciências Sociais - UNIFAP; Vice-reitor da UNIFAP (2010-2014); Coordenador do PPGMDR - UNIFAP (2017-2021).

Charles Chelala: Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional; Professor da Universidade Federal do Amapá e Analista de Orçamento e Planejamento. Assessor Técnico do Senado Federal.

Cláudia Chelala: Economista, Mestre em Desenvolvimento Sustentável (UNB), Doutora em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA), Professora da Universidade Federal do Amapá. Pró-Reitoria de Administração e Planejamento (2006 - 2010); Coordenadora do Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas (2012 - 2014); Coordenadora do Curso de Ciências Ambientais; Diretora do Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento (DMAD/Unifap). Docente do Mestrado em Ciências Ambientais (PPGCA/Unifap).

Débora Silva de Araújo: Possui graduação em Ciências Naturais; Mestranda em Desenvolvimento Regional.

Jadson Porto: Geógrafo; Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Docente fundador do Mestrado em Desenvolvimento Regional; Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional na UNIFAP (2008-2010; 2013-2016). Vencedor do Prêmio Amapá de Ciência Tecnologia e Inovação – 2021, Categoria Ciências Humanas.

Janayna Santos de Sousa Costa: Possui graduação em Agronomia; Mestre em Desenvolvimento Regional. Extensionista agropecuária do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá.

José Alberto Tostes: Arquiteto e urbanista; Mestre e Doutor em História e Teoria da Arquitetura; Professor Titular do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Mestrado em Desenvolvimento Regional.

Kátia Souza Rangel: Geógrafa; Mestre e doutora em Geografia; Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional.

Larissa Pinheiro de Melo: Bacharel em Ciências Ambientais; Mestre em Desenvolvimento Regional; Docente efetiva do Instituto Federal do Amapá (IFAP), na área de Meio Ambiente.

Marco Antonio Chagas: Doutor em Desenvolvimento Socioambiental - NAEA/UFPA; Professor Associado do Curso de Ciências Ambientais-UNIFAP; Coordenador do PPGMDR - UNIFAP (2021-2024).

Nadiane Munhoz Araujo: Engenheira Agrônoma; Mestranda em Desenvolvimento Regional; É funcionária pública da Universidade do Estado do Amapá.

Olivan do Nascimento Saraiva: Agrônomo; Mestre em Desenvolvimento Regional; É Auditor Fiscal Agropecuário na Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária do Amapá - DIAGRO.

Paulo Vitor Giralddi Pires: Graduado Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo; Mestre em Comunicação Midiática; Doutor em Comunicação; Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR/UNIFAP); Diretor da TV e Rádio Universitária.

Patrícia Quaresma: Graduada em Secretariado Executivo e em Direito; Mestranda em Desenvolvimento Regional na UNIFAP. Coordenadora de Gestão Fundiária da Amapa Florestal e Celulose, AMCEL.

Roni Mayer Lomba: Geógrafo; Doutor em Geografia; Pós-doutor em Ciências Sociais. Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional no período de 2011 a 2013.

Valdenira Ferreira dos Santos: Bacharel em Geologia; Mestrado em Geologia e Geoquímica (área de concentração: Geologia Marinha e do Quaternário); Doutora em Geologia e Geofísica Marinha, com estágios de doutorado no Laboratoire Régional de Télédétéction (LRT - Caiena - Guiana Francesa) e na Maison de Télédétéction (Montpellier - França). Participou do Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado do Amapá e da Criação do atual Núcleo de Pesquisas Aquáticas no IEPA/AP. É pesquisadora do IEPA e professora/orientadora no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (MDR) da UNIFAP. Colaboradora nos cursos de Pós-Graduação em Dinâmica da Terra e dos Oceanos (UFF) e em Geodinâmica e Geofísica (UFRN). Representante pelo IEPA no Programa de Geologia e Geofísica Marinha-PGGM.

Wardsson Lustrino Borges: Engenheiro Agrônomo, Doutor em Ciência do Solo. Pesquisador da Embrapa (Amapá e Agroindústria Tropical). Foi gestor na Embrapa-Amapá (2014 e 2015), como Secretário Executivo do Comitê Técnico Interno e foi Chefe Adjunto de Pesquisa & Desenvolvimento da Embrapa Amapá (2015 e 2018). Docente do Mestrado em Desenvolvimento Regional.

Yurgel Pantoja Caldas: Graduado em Letras; Mestrado em Teoria Literária; Doutorado em Literatura Comparada; Pós-doutor em Letras. Coordenador do Mestrado em Desenvolvimento Regional no período de 2009 a 2011.



O programa, nos últimos 15 anos, tem contribuído na qualificação de dezenas de profissionais da área da Educação e eu, especificamente, fui motivado a continuar em busca do acesso ao programa em virtude das condições socioeconômicas do espaço amapaense, sobretudo as do município do Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa, onde tive a oportunidade de conhecer e trabalhar.

Paulo Roberto Miranda da Silva

O programa de Pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, é importante no entendimento das dinâmicas ocorridas na evolução da história do estado do Amapá, que produziu em 15 anos estudos científicos nas distintas áreas do conhecimento, sendo uma rica fonte de pesquisa, que permite conhecer o estado através de diferentes olhares científicos. Dá-me expectativa para aprimorar o conhecimento, pois têm um seletor conjunto de métodos e técnicas adequados às pesquisas científicas.

Maysa Vilhena dos Anjos

Esse momento de encontro e reflexões sobre nossas pesquisas servem como pontapé aos novos desafios que encontraremos adiante, o do fortalecimento do PPGMDR como instrumento de pesquisa, formação e indutor ao desenvolvimento regional no Amapá.

Roni Mayer Lomba
Yurgel Caldas

A formação do pensamento crítico adquirido neste mestrado contribuiu para que eu seja uma cidadã, intelectual e debatedora sobre o desenvolvimento local, regional e sobre o planejamento urbano no território amapaense.

Andréa Figueiredo Gomes

Em 15 anos de existência, o PPGMDR contribuiu não somente na qualificação de técnicos e docentes da Unifap e da sociedade amapaense, em suas quase 180 dissertações defendidas, mas, também, na geração de conhecimento sobre este espaço amazônico; docentes, ao retornarem de seus doutorados integraram o curso, consolidando a manutenção da massa crítica, bem como na instalação de novos programas de pós-graduação no Amapá.

Jadson Porto

